



AMADORA
Câmara Municipal

**DIAGNÓSTICO POBREZA
NA INFÂNCIA DO
CONCELHO DA
AMADORA**

FICHA TÉCNICA

Título

Diagnóstico da Pobreza na Infância do Concelho da Amadora 2024

Entidade Promotora:



AMADORA
Câmara Municipal

Câmara Municipal da Amadora

Em colaboração com:



Rede Social da Amadora - Conselho Local de Ação Social

Documento elaborado por:

Paulo Teixeira

Ana Oliveira

Ana Isabel Carlos

ÍNDICE

ÍNDICE	3
ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS	4
LISTA DE SIGLAS	7
NOTA INTRODUTÓRIA	8
ENQUADRAMENTO TEÓRICO E POLÍTICO	10
SÍNTESE DIAGNÓSTICA	15
ABORDAGEM METODOLÓGICA	19
ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA	22
RENDIMENTOS E APOIOS SOCIAIS	42
EDUCAÇÃO	53
RESPOSTAS EDUCATIVAS E SOCIAIS PARA A 1ª INFÂNCIA	63
SAÚDE	71
HABITAÇÃO	80
PROTEÇÃO	87
ANÁLISE SWOT	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	100

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por sexo, nos anos 2011 e 2021 (Nº)	22
Gráfico 2 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por grupo etário, nos anos 2011 e 2021 (Nº)	22
Gráfico 3 - Crianças residentes no concelho da Amadora, dos 0 aos 19 anos (2022) (%)	22
Gráfico 4 - Crianças e jovens residentes no concelho da Amadora, por sexo e grupo etário (até aos 19 anos) (2021) (Nº)	2232
Gráfico 5 - Evolução do Índice sintético de fecundidade no concelho da Amadora (2019-2023) (Nº)	23
Gráfico 6 - Evolução da Taxa bruta de Natalidade no concelho da Amadora (2019-2023) (%)	24
Gráfico 7 - Agregados Domésticos Privados no concelho da Amadora, por número de indivíduos (2011 e 2021) (Nº)	25
Gráfico 8 - Taxa de variação dos Agregados Domésticos Privados 2011-2021, no concelho da Amadora, por freguesia de residência (%)	25
Gráfico 9 - Indicadores de privação habitacional, por composição agregado familiar, em Portugal, 2020-2023 (%)	35
Gráfico 10 - Beneficiários com processamento de prestações de desemprego no concelho da Amadora, em dezembro de 2023 (Nº)	45
Gráfico 11 - Taxa de risco de pobreza, segundo a composição do agregado familiar, Portugal (2021-2022) (%)	45
Gráfico 12 - Agregados Familiares com processamento RSI no concelho da Amadora, em dezembro de 2023, por dimensão da famílias (%)	46
Gráfico 13 - Agregados Familiares com processamento RSI no concelho da Amadora, em dezembro de 2023, por situação face a rendimentos (%)	46
Gráfico 14 - Beneficiários de RSI, residentes no concelho da Amadora, por freguesia, em dezembro de 2023 (Nº)	47
Gráfico 15 - Beneficiários de RSI, residentes no concelho da Amadora, por escalão etário, em dezembro de 2023 (Nº)	47
Gráfico 16 - Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública de Ensino no Concelho da Amadora, por nível de ensino (ano letivo 23/24) (Nº)	53
Gráfico 17 - Taxa bruta de escolarização no concelho da Amadora, por nível de ensino, entre os anos letivos 2019/20 e 2021/22 (%)	54
Gráfico 18 - Taxa bruta de escolarização no concelho da Amadora no ano letivo 2021/2022, por nível de ensino e sexo (%)	55

Gráfico 19 - Alunos a frequentar as Escolas do concelho da Amadora, no ano letivo 2023/2024, por nível de ensino (Nº)	56
Gráfico 20 - Taxas de retenção e desistência no Ensino Básico e do Ensino Secundário, no concelho da Amadora, entre 2021 e 2023 (%)	56
Gráfico 21 - Alunos por computador com internet, por nível de ensino, entre 2018/2019 e 2021/2022 (Nº médio)	58
Gráfico 22 - Valor mediano das rendas por m2, de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho da Amadora, nos segundos semestres dos anos 2019, 2020, 2021 e 2022 (€)	58
Gráfico 23 - Crianças abrangidas pelo SASE na Amadora, em 2023, por grupo etário e segundo os escalões (Nº)	59
Gráfico 24 - Taxa bruta de pré-escolarização no concelho da Amadora entre os anos letivos 2018/20 e 2021/22 (%)	63
Gráfico 25 - Número de crianças inscritas em creche e em pré-escolar, por natureza do estabelecimento de ensino, no concelho da Amadora entre os anos letivos 2018/20 e 2021/22 (Nº)	64
Gráfico 26 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, em dezembro de 2023, por sexo e condição relativa a médico de família (Nº)	72
Gráfico 27 - Taxa de mortalidade infantil no concelho de Odemira, nos anos 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e 2021 (%)	73
Gráfico 28 - Principais doenças nas crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora (top 20), em 2023 (Nº - quantidade de problemas)	74
Gráfico 29 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, dos 0 aos 17 anos, com obesidade (%)	75
Gráfico 30 - Valor mediano das rendas por m2, de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho da Amadora, nos segundos semestres dos anos 2020, 2021, 2022 e 2023 (€)	80
Gráfico 31 - Indicadores das condições físicas, sanitárias e de aquecimento das habitações em Portugal, 2023 (%)	82
Gráfico 32 - Fogos do PHM da Amadora, por freguesia, em 2023 (Nº)	83
Gráfico 33 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, por grupo etário (Nº)	89
Gráfico 34 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, pelas nacionalidades mais representadas (Nº)	89
Gráfico 35 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, por freguesia (Nº)	90
Tabela 1 - Número de Famílias com Processos Familiares Ativos, Novos e Existentes, residentes no Concelho da Amadora, por por tipo de família (em dezembro de 2023) (Nº; %)	26

Tabela 2 - Número Agregados familiares que recorreram ao SAAS- Amadora e o número de diligências efetuadas (2023) (Nº; %)	27
Tabela 3 - Taxa de risco de pobreza de acordo com as características socio-demográficas (2020-2022) (%)	43
Tabela 4 - Titulares com processamento de prestações familiares no concelho da Amadora, em dezembro de 2023 (Nº)	47
Tabela 5 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, em dezembro de 2023, por grupo etário e condição face a médico de família (Nº)	72
Tabela 6 - Dados referentes à Saúde Infantil do ACES da Amadora, em 2023 (Nº; %)	73
Tabela 7 - Indicadores de privação habitacional, por condição de pobreza, em Portugal, 2020-2023 (%)	81
Tabela 8 - Indicadores de condições físicas, sanitárias e de aquecimento das habitações em Portugal, 2023 (%)	82
Tabela 9 - Casos acompanhados pelo NACJR da Amadora, de acordo com a idade, sexo e tipologia de caso em 2023 (Nº)	87
Tabela 10 - Caracterização processual da CPCJ da Amadora, entre 2021 e 2023 (Nº)	88
Tabela 11 - Tipo e Nº de medidas de promoção e proteção aplicadas e executadas, em 2023 (Nº)	91
Tabela 12 - Pedidos recebidos para execução de medidas na área tutelar educativa, por medida e sexo (2023) (Nº)	92
Tabela 13 - Tipologias de crimes registadas nos processos judiciais de origem dos pedidos recebidos para execução de medidas na área tutelar educativa, por sexo (2023) (Nº)	92
Figura 1 - População residente na Amadora, entre os 5 e os 19 anos, com dificuldades (Nº de dificuldades), por grupo etário e tipo de dificuldade (2021) (Nº)	31
Figura 2 - Crianças e jovens com NEE a frequentar Agrupamentos de Escolas do concelho da Amadora (ano letivo 2023/2024) (Nº)	32
Figura 3 - Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção precoce, em 2023 (volume processual e casos acompanhados por critério de risco) (Nº)	33
Figura 4 - Alunos de Nacionalidade Estrangeira a frequentar Agrupamentos de Escolas da Amadora, no ano letivo 2023/2024 (Nº)	34
Figura 5 - Crianças refugiadas a residir no concelho da Amadora, em 2023 (Nº)	35
Figura 6 - Indicadores de privação habitacional nas crianças entre 0-17 anos, em Portugal, 2023 (%)	36
Figura 7 - Crianças e jovens (0 aos 17 anos) em acolhimento residencial e familiar no concelho da Amadora em 2023 (Nº)	38
Figura 8 - Número de creches no concelho da Amadora, segundo a natureza jurídica (Nº)	65
Figura 9 - Número de equipamentos pré-escolar no concelho da Amadora, por Agrupamento de Escolas (Nº)	66

LISTA DE SIGLAS

ACES - Agrupamentos de Centros de Saúde

AE - Agrupamento de Escolas

CEB - Ciclo de Ensino Básico

CM - Câmara Municipal

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

ELI - Equipa Local de Intervenção

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, Instituto Público

LPCJP - Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

NACJR- Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco

NEE - Necessidades Educativas Especiais

NIJ - Núcleo de Infância e Juventude

PLPPDCJ - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

RSI - Rendimento Social de Inserção

SASE - Serviços de Ação Social Escolar

SNS - Serviço Nacional de Saúde

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

UCC - Unidade Cuidado na Comunidade

UCSP - Unidade de Cuidados de Saúde Partilhados

USF - Unidade de Saúde familiar

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

NOTA INTRODUTÓRIA

O Diagnóstico da Pobreza na Infância do Concelho da Amadora, desencadeado pela Rede Social da Amadora, apresenta-se como parte de um processo de planeamento ao nível da política local que congrega e articula diversas informações e dados, com o objetivo de aumentar a eficiência, eficácia e impacto da intervenção da Rede Social da Amadora e das entidades que a compõem, especificamente na área da pobreza na infância, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das crianças e jovens residentes no concelho.

Este diagnóstico constitui-se, assim, como um instrumento de planeamento, partindo de um conhecimento mais aprofundado e abrangente de dimensões do Diagnóstico Social Local, nomeadamente acerca da Pobreza na Infância, focando o levantamento de problemas e necessidades, mas também dos recursos existentes no concelho. Pretendeu-se construir um diagnóstico setorial de forma a que possa integrar uma atualização mais global do diagnóstico social local. Neste sentido, destaca-se o carácter pioneiro deste processo de diagnóstico, ao procurar sistematizar dados específicos da área da Pobreza na Infância, autonomizando-os de um processo de diagnóstico social mais amplo.

Importa salientar que a construção deste Diagnóstico teve por base uma perspetiva multidimensional do conceito de pobreza, entendendo a pobreza infantil como uma situação de privação ou déficit de bem-estar em dimensões consideradas fundamentais para o bom desenvolvimento da criança. Nessa linha, todas as recomendações apresentadas encontram-se alinhadas com as principais orientações europeias e nacionais que defendem uma intervenção centrada nos direitos das crianças no combate à pobreza e exclusão social na infância.

A abordagem metodológica utilizada valorizou a perceção de atores relevantes nesta área - entidades/profissionais que integram a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora - num processo predominantemente participativo. A informação que se apresenta resultou da análise cruzada das perceções recolhidas em contexto de grupo e dos dados obtidos junto da Câmara Municipal da Amadora e de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística ou outros órgãos da administração pública).

Este processo contou com o contributo de um conjunto diversificado de organizações com atuação no concelho, o que possibilitou a obtenção de informações relevantes,

permitindo uma leitura mais aprofundada sobre a realidade específica do Concelho e a identificação de pistas de intervenção para o futuro.

Com este documento pretende-se, assim, que o Município da Amadora e as entidades parceiras da Rede Social da Amadora passem a ter: i) um diagnóstico que permita um conhecimento mais profundo na área da Pobreza na Infância, resultado da reflexão e participação dos *stakeholders* locais e onde todos se revejam; ii) um instrumento de suporte ao planeamento futuro, que proporcione clareza estratégica quanto à intervenção a seguir, e em coerência com as políticas e estratégias nacionais e europeias; iii) um instrumento de trabalho que possa servir de referência a todas as entidades que direta, ou indiretamente, desenvolvem a sua ação nesta área e que permita potenciar e maximizar o aproveitamento das oportunidades de financiamento e apoio para projetos/candidaturas a programas/medidas e respostas na área social.



ENQUADRAMENTO TEÓRICO E POLÍTICO

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

O problema da pobreza infantil está longe de ser erradicado nas sociedades modernas e é em torno desta problematização que se desenvolvem várias discussões teóricas e metodológicas em relação ao próprio conceito (Sarmiento & Veiga, 2010). Embora não exista uma definição universalmente aceite, a compreensão multidimensional do conceito da pobreza tem sido a mais utilizada a nível internacional, por refletir a natureza indivisível e interdependente de todos os direitos humanos (United Nations, Committee on Economic, Social and Cultural Rights, 2001).

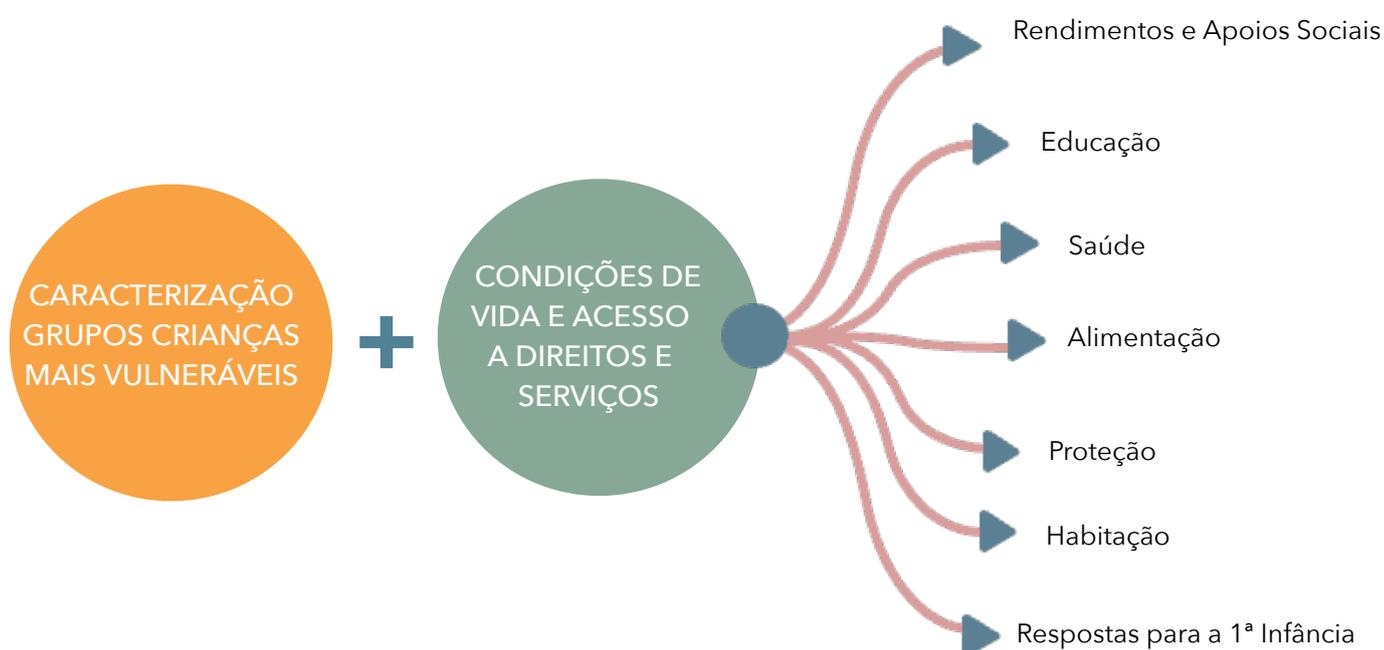
Tendo em consideração a Carta Internacional dos Direitos, a pobreza pode ser definida como a condição humana caracterizada pela privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários ao usufruto de um nível de vida adequado e de outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais (United Nations, Committee on Economic, Social and Cultural Rights, 2001).

A pobreza na infância é, assim, um fenómeno multidimensional que afeta as crianças e os seus direitos de diferentes formas. As crianças que crescem na pobreza são, frequentemente, privadas de igualdade de oportunidades educativas e de cuidados infantis, de acesso a cuidados de saúde, de alimentação e habitação adequadas, de apoio familiar e de proteção contra a violência, vendo também limitadas as suas oportunidades de participação em brincadeiras, desporto e cultura. Além disso, as situações de pobreza prejudicam frequentemente o direito das crianças a serem ouvidas e de verem as suas opiniões tidas em conta nas questões que lhes dizem respeito. De forma geral, a pobreza e exclusão social tanto podem ser uma causa, como o resultado do desrespeito e das violações dos direitos humanos (FRA, 2018).

Assim, e em linha com o que defendem alguns autores, para o presente Diagnóstico foi adotada uma perspetiva compreensiva e multidimensional do conceito de pobreza infantil, considerando não só os indicadores económicos, mas também os fatores que contribuem para o bem-estar das crianças e para o exercício dos seus direitos (Sarmiento & Veiga, 2010). Neste sentido, partiu-se do entendimento que a pobreza

infantil resulta da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que as crianças estão expostas, correspondendo a um estado de privação em diversas áreas relacionadas com o seu bem-estar com sejam educação, saúde, habitação, rendimentos das famílias e inserção social (Bastos et al., 2008, in Sarmiento & Veiga, 2010).

De acordo com Bradshaw et al. (2006, in Sarmiento & Veiga, 2010), e numa perspetiva dos direitos das crianças, o bem-estar pode ser definido como a realização dos seus direitos, e pode ser analisado através de um conjunto de *clusters* distintos. Com base na proposta destes autores, organizámos o Diagnóstico tendo em conta as seguintes dimensões:



ENQUADRAMENTO POLÍTICO

As crianças são um grupo particularmente vulnerável à pobreza e a grande preocupação não incide apenas sobre o número de crianças pobres, mas também sobre as consequências de viver na pobreza (Sarmiento & Veiga, 2010).

A circunstância da pobreza nas crianças é geradora da inacessibilidade a bens e serviços fundamentais (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024), desencadeando situações de violação dos direitos fundamentais das crianças e dos jovens, com consequências a longo prazo, o que reafirma a necessidade de investir nas crianças para quebrar o ciclo de desvantagem e promover uma sociedade mais coerente e com melhor desempenho no seu todo, que tire o máximo partido do seu capital humano (Comissão Europeia, 2013).

É desde aqui que surge um novo quadro estratégico, mais abrangente, da UE para garantir a proteção dos direitos de todas as crianças e o acesso seguro aos serviços fundamentais para as crianças vulneráveis.

A adoção da Recomendação da Comissão Europeia de 2013 "Investir nas crianças: quebrar o ciclo de desvantagens", a proclamação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017) e o apelo à Garantia Europeia para a Infância (2021) são sinais de uma maior vontade de combater a pobreza infantil e melhorar o bem-estar das crianças na perspetiva dos seus direitos.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em particular, abriu novas oportunidades para a adoção de políticas mais abrangentes para garantir uma melhor promulgação e implementação dos direitos sociais e económicos, que em certa medida já constavam da Carta dos Direitos Fundamentais da UE.

Mais concretamente, a nova estratégia global da UE para os direitos da criança e a Garantia Europeia para a Infância são iniciativas políticas apresentadas pela Comissão Europeia para melhor proteger todas as crianças, ajudá-las a usufruir dos seus direitos e colocá-las no centro da elaboração das políticas da UE.

No que respeita à Garantia Europeia para a Infância, destina-se a crianças com menos de 18 anos em risco de pobreza e/ou exclusão social, complementando a estratégia para os direitos da criança, nomeadamente a dimensão socioeconómica, saúde e educação; e coloca em prática o princípio 11 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Artigo 24

1. As crianças têm direito à proteção e aos cuidados necessários ao seu bem-estar. As crianças podem exprimir livremente as suas opiniões. Essas opiniões devem ser tomadas em consideração nos assuntos que lhes digam respeito, de acordo com a sua idade e maturidade.

2. Em todas as ações relativas a crianças, sejam elas tomadas pelas autoridades públicas ou instituições privadas, o interesse superior da criança deve ser uma consideração prioritária.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Princípio 11- Acolhimento e apoio a crianças

a. As crianças têm direito a serviços de educação e acolhimento na 1ª infância a preços acessíveis e de boa qualidade.

b. As crianças têm direito à proteção contra a pobreza, tendo as crianças de meios desfavorecidos, em especial, direito a beneficiar de medidas específicas destinadas a promover a igualdade de oportunidades.

Estratégia da UE para os direitos da criança

Propõe novas ações para melhor proteger, promover e cumprir os direitos da crianças, em 6 áreas temáticas prioritárias: participação na vida política e democrática; inclusão socioeconómica, saúde e educação; combate à violência contra as crianças e garante da sua a proteção; justiça adaptada às crianças; sociedade digital e da informação; dimensão global – apoiar, proteger e capacitar as crianças de todo o mundo, incluindo durante crises e conflitos.

Garantia Europeia para a Infância

Visa prevenir e combater a exclusão social das crianças necessitadas, garantindo o acesso a serviços essenciais, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades, devendo os países da UE estabelecer planos de ação nacionais específicos relativos à Garantia para a Infância.

A **Garantia Europeia para a Infância** fornece orientações e instrumentos para que os Estados-Membros da UE assegurem que todas as crianças em risco de pobreza na Europa tenham acesso a serviços essenciais. Para proteger as crianças, os países da UE devem assegurar que todas as crianças carenciadas/em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a:



Deste modo, a Garantia Europeia para a Infância interpela à construção e aprofundamento de um quadro de políticas nacionais de luta contra a pobreza e a exclusão social das crianças e dos jovens, visando a quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza, desigualdade e desvantagem, a redução dos impactos socioeconómicos da pandemia da doença COVID-19 e, mais recentemente, da crise energética provocada pela Guerra na Ucrânia, bem como a subida dos preços decorrente do cenário económico inflacionista, afetando inegavelmente a qualidade de vida das populações. A estes impactos acrescem, igualmente, os efeitos internacionais da Guerra no Médio Oriente (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024).

Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024

Encontra-se organizada em 5 pilares: I) Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens; II) Apoiar as famílias e a parentalidade; III) Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens; IV) Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens; V) Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.

Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030

A ENCP terá 2 planos de ação com horizontes temporais diferentes, tendo sido aprovado o I Plano de Ação da ENCP 2021-2025 com mais de 270 medidas a desenvolver, organizadas por seis eixos estratégicos, tendo o primeiro eixo como objetivo reduzir a pobreza nas crianças, jovens e suas famílias.

Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030

Documento estratégico norteador da política pública de implementação da Recomendação Europeia relativa à criação da Garantia Europeia, refletindo a estratégia definida para o combate à pobreza infantil. Materializa-se em 4 pilares de atuação: I-Emprego, qualificações e competências; II-Proteção social e ação social; III-Serviços essenciais de qualidade; IV-Inclusão de crianças e jovens especialmente vulneráveis.

Em Portugal, tem existido, ao longo da última década, um claro compromisso com a promoção dos direitos das crianças, sobretudo ao nível da legislação. Nos últimos anos o compromisso político assumido foi consolidado e reafirmado com a criação da Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024, e a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, que assume a redução da pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias como primeiro eixo estratégico.

Nesta linha, a implementação da Garantia para a Infância em Portugal, para além de ter subjacente um reforço das políticas que visam proporcionar o acesso efetivo e gratuito das crianças a serviços essenciais de qualidade, como a saúde, educação ou cuidados de primeira infância, aposta igualmente no reforço de respostas de apoio de proximidade, e em rede, junto dos fenómenos de risco de pobreza para as crianças (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024).

O Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância (PAGPI) 2022-2030, aprovado a 17 de janeiro, pelo Conselho de Ministros, através da RCM n.º 3/2023, congrega e articula um quadro integrado de políticas públicas com o objetivo de lutar contra a pobreza e a exclusão social das crianças e dos jovens e assegura a progressiva concretização da Recomendação Europeia.

A execução do PAGPI 2022- 2030 revela-se fundamental, também, no quadro do desenvolvimento e cumprimento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (ENCP 2021-2030), contribuindo, ao mesmo passo, para a concretização das metas do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

SÍNTESE DIAGNÓSTICA

Um diagnóstico social na área Pobreza na Infância pretende fornecer um conjunto de informações relevantes que facilitem a clareza estratégica para o percurso de planeamento a desenvolver no concelho no que respeita à intervenção neste domínio.

Neste sentido, as informações que poderão ser consultadas com maior detalhe nos diferentes capítulos do documento, dão conta de dados, que ainda que não sejam absolutamente novos, são significativos para melhor compreender a realidade social e financeira da população infanto-juvenil do Concelho da Amadora.

Apresentamos de seguida uma síntese dos principais dados obtidos, os quais pretendem contribuir para o processo de planeamento futuro:

DIMENSÃO DE ANÁLISE	PRINCIPAIS DADOS DIAGNÓSTICO	PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES
<p data-bbox="172 1234 354 1375">GRUPOS CRIANÇAS MAIS VULNERÁVEIS</p> 	<ul style="list-style-type: none">▸ Aumento da proporção da população residente no concelho com pelo menos 1 dificuldade (entre 2011 e 2021).▸ Aumento do nº de crianças acompanhadas pela ELI face a 2021.▸ Aumento da população estrangeira residente no concelho, sendo este grupo um dos que apresenta maior risco de pobreza (5.020 alunos estrangeiros; 21 crianças refugiadas no concelho)▸ Em 2023, as famílias com crianças foram mais afetadas em termos de privação habitacional.▸ Existência de casos de crianças abandonadas/entregues a si próprias (n=16) e aumento dos casos de negligência.	<ul style="list-style-type: none">▸ Apostar numa intervenção concelhia centrada nos direitos das crianças▸ Desenvolver uma ação concertada com vista à promoção da cidadania ativa e a inclusão social de grupos mais vulneráveis.▸ Dar continuidade ao investimento em políticas locais que promovam a integração escolar e formativa das crianças e jovens com NEE ao longo de todo o percurso educativo.▸ Criar mecanismos locais de diagnóstico e monitorização dos grupos que apresentam um risco acrescido de pobreza ou exclusão social, por forma a uma melhor identificação e caracterização das necessidades existentes.

RENDIMENTOS E APOIOS SOCIAIS



- Agravamento do limiar de pobreza na população portuguesa e aumento da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, em linha com a perceção de aumento das situações de carência económica e social no concelho da Amadora.
- O aumento do risco de pobreza afeta mais significativamente os menores de 18 anos.
- 21.254 beneficiários de abono de famílias, 16.942 com majorações ou montante adicional ao abono de família e 4.456 beneficiários da Garantia para a Infância.
- Relação positiva entre baixos níveis de escolaridade e desemprego com incremento do risco de pobreza.
- Taxa de desemprego de 9,9% na Amadora (em 2021), acima do valor a nível nacional e na Grande Lisboa. Aumento do nº de pessoas inscritas no Centro de Emprego entre 2023 e 2022.
- Promover uma ação social próxima e integrada, junto dos agregados com crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade social e financeira.
- Reforçar a ação da rede concelhia, no sentido de rentabilizar respostas existentes e recursos humanos, em ações concertadas.
- Apostar na criação de mecanismos de trabalho partilhados entre as entidades com atuação na área social no concelho.
- Incentivar o desenvolvimento empresarial no concelho.

EDUCAÇÃO



- Aumento do nº de alunos no concelho, muito associado ao aumento da população estrangeira a residir no concelho.
- Evolução positiva das taxas de escolarização no Ensino Básico e Secundário, contudo a taxa de retenção e desistência regista um aumento.
- Perceção de um acentuado absentismo escolar no concelho.
- Cerca de 40% dos alunos do concelho abrangidos pelo SASE, na sua maioria do escalão A (60,5%), dando conta da fragilidade económica de alguns agregados.
- Definir e implementar medidas/ ações locais no âmbito da promoção do sucesso escolar, da valorização da escola e do processo formativo das crianças e jovens
- Atuar no sentido de reduzir as desigualdades no acesso à educação e no processo de integração escolar dos alunos estrangeiros.
- Reforçar o desenvolvimento de projetos/ações locais que potenciem a ocupação saudável dos tempos livres e a definição de projetos de vida que valorizem o percurso educativo.

RESPOSTAS PARA A 1ª INFÂNCIA



- Taxa de pré-escolarização apresenta uma tendência de decréscimo, sendo identificado pelos atores uma insuficiência dos equipamentos e vagas das respostas para a 1ª infância (creche e jardim de infância)
- Regista-se uma tendência de crescimento das crianças a frequentar o ensino pré-escolar (entre os anos letivos 2021/22 e 2022/23).
- Maioria das crianças inscritas em creche e equipamentos de pré-escolar frequentavam estabelecimentos da rede privada e lucrativa e rede solidária (2022/23).
- Amadora conta com 41 creches, na maioria da rede privada e solidária, e com 31 equipamentos de pré-escolar da rede escolar pública (2023).

- Promover a reflexão conjunta sobre estratégias para aumentar a taxa de cobertura das respostas educativas e sociais de 1ª infância no concelho.
- Potenciar a qualificação das respostas existentes e o seu ajustamento à realidade laboral das famílias.

SAÚDE



- 17,7% dos utentes inscritos no ACES da Amadora em 2023 eram crianças e jovens até aos 17 anos.
- 69,6% das crianças e jovens inscritos tinham médico de família, embora a percentagem de inscritos sem médico seja ainda elevada (30,2%), sobretudo nas crianças até aos 5 anos.
- Perceção de falta de resposta e recursos humanos na intervenção na saúde mental com crianças e jovens
- Excesso de peso e obesidade destacam-se entre as principais doenças identificadas na população infanto-juvenil.

- Delinear estratégias concelhias que garantam o acesso de todas as crianças e jovens a cuidados de saúde primários e saúde mental.
- Promover reflexão conjunta em torno do planeamento estratégico no âmbito da saúde mental.
- Atualizar o conhecimento sobre a realidade do concelho na área da saúde.
- Implementar programas/ações locais (interinstitucionais) de prevenção e promoção da saúde.
- Investir e apoiar iniciativas de educação alimentar nas escolas, dirigidas a alunos e famílias

HABITAÇÃO



- Dificuldade da população no acesso a habitação a custos controlados.
- Em 2023, o nº de agregados portugueses em situação de sobrelotação e privação severa das condições de habitação aumentou.
- O risco de privação habitacional é mais significativo na população pobre, para as crianças/jovens até 17 anos e para a população residente em áreas urbanas.
- Principais dificuldades nas habitações relacionam-se com impermeabilidade e aquecimento das casas.
- Os pedidos de habitação municipal são maioritariamente de famílias monoparentais e com baixos rendimentos.

- Dar continuidade à implementação da Estratégia Local de Habitação da Amadora.
- Promover a reflexão conjunta sobre a implementação de estratégias de dinamização do mercado de arrendamento local
- Reforçar a divulgação e comunicação dos apoios existentes, quer ao nível dos programas e medidas de apoio ao arrendamento.

PROTEÇÃO



- Existência de situações de vulnerabilidade no concelho.
- Aumento do número de casos sinalizados à CPCJ da Amadora em 2023.
- Maioria dos processos acompanhados são de crianças até 10 anos (49%).
- Problemáticas mais frequentes relacionam-se com exposição a violência doméstica, adoção de comportamentos de perigo, negligência, abandono escolar e maus-tratos físicos e psicológicos.
- Perceção de aumento da delinquência juvenil no concelho

- Planeamento estratégico no âmbito da promoção e proteção dos direitos das crianças (PLPDCJ).
- Reforçar a intervenção articulada e concertada entre entidades na resposta às sinalizações.
- Definir estratégia concertada para a implementação de programas de prevenção de comportamentos de risco e da delinquência juvenil.
- Incentivar maior proximidade entre forças de segurança e a população infanto-juvenil.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica utilizada procurou cumprir o principal objetivo de aumentar e/ou aprofundar a informação disponível sobre a área da Pobreza na Infância na Amadora, com vista ao aumento da eficiência, eficácia e impacto da intervenção da Rede Social da Amadora e das entidades que a compõem.

Nessa linha, a metodologia utilizada neste processo foi estruturada com base num conjunto de princípios e pressupostos bem definidos, assumindo como elementos centrais em todo o processo a participação e envolvimento dos atores relevantes, bem como a definição das principais conclusões por área de análise, e a produção de uma análise síntese dos principais dados de diagnóstico.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para além dos pressupostos inerentes ao trabalho da equipa da Logframe, a estratégia metodológica contemplou um conjunto de princípios fundamentais:

- Processo de consulta participativo que abrangeu a auscultação de entidades/profissionais com intervenção na área (*workshop*);
- Abordagem multi-método no que diz respeito aos métodos e estratégias de recolha de informação;
- Diversidade na natureza da informação, utilizando indicadores quantitativos em complementaridade com indicadores qualitativos;
- Lógica de trabalho colaborativo ao longo de todo o processo, com os representantes da CM da Amadora.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Em termos metodológicos, optou-se por uma “perspetiva múltipla”, com a utilização de diferentes fontes de recolha de dados e o cruzamento de informações distintas e complementares entre si, que serviram de suporte ao presente documento, nomeadamente: recolha de dados estatísticos oficiais, relativos a indicadores sobre dimensões que são abordadas e aprofundadas no presente documento; e as perceções

de entidades com intervenção, direta ou indireta, na área, e que integram a comissão alargada da CPCJ da Amadora.

A recolha e produção da informação que se apresenta neste Diagnóstico seguiu um conjunto de etapas sequenciais e interligadas entre si:



Após a fase inicial de arranque dos trabalhos, em estreita articulação com o Núcleo Executivo do CLAS da Amadora, procedeu-se a uma análise aprofundada de um conjunto de documentos de referência já existentes, a nível nacional e sobre a realidade do concelho da Amadora, nomeadamente documentos estratégicos e/ou considerados relevantes nesta área específica. Simultaneamente, foi efetuado um levantamento prévio de dados estatísticos oficiais de caracterização da realidade concelhia junto de fontes oficiais (Instituto Nacional de Estatística ou outros órgãos da administração pública), e de diversas entidades chave do território, o que permitiu obter informação detalhada e produzida localmente que não se encontra disponível nos dados oficiais já publicados.

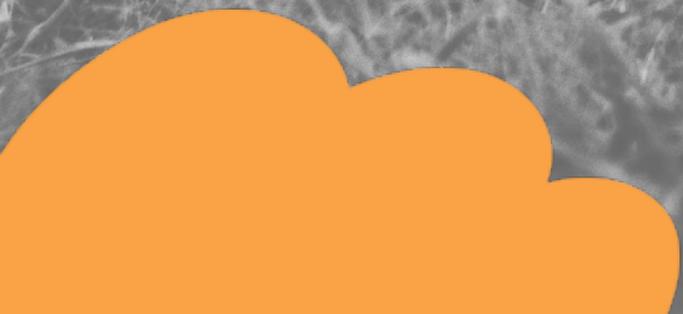
Posteriormente, foi realizado 1 *workshop* de diagnóstico com a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) da Amadora, num total de 34 participantes. Neste momento foram identificados problemas/necessidades, assim como recursos existentes no território e potencialidades de intervenção neste domínio.

Por fim, após a recolha de informação foi feita a sua interpretação e análise, numa lógica de cruzamento e complementaridade, da qual resultou a redação do Diagnóstico que foi submetido a validação do Núcleo Executivo do CLAS da Amadora.

De destacar que, os dados estatísticos oficiais apresentados neste relatório foram atualizados de acordo com a versão 2024 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), que veio alterar a designação de 'Área Metropolitana de Lisboa' por 'Grande Lisboa'.



**ANÁLISE
DEMOGRÁFICA**



ANÁLISE SOCIODEMOGRÁFICA

Neste capítulo apresenta-se uma análise demográfica, a partir de indicadores considerados relevantes na caracterização sociodemográfica da população infanto-juvenil residente no Concelho da Amadora.

Os dados dos Censos (2021), destacam o facto da Amadora ser o Concelho do país com a maior densidade populacional (7210 indivíduos em média por km²).

Os dados apontam para uma dinâmica demográfica de decréscimo da população residente no concelho (de -6,4%), mais notória no sexo masculino e no grupo etário entre os 15 e os 64 anos (mesmo sendo o grupo etário com maior representatividade).

Contudo, à semelhança da realidade a nível nacional, regista-se uma tendência de envelhecimento da população residente no concelho, com o aumento do número de residentes com 65 ou mais anos, face a 2011.

Em 2021 residiam no Concelho da Amadora 171.454 pessoas, das quais 53,7% mulheres (92.061) e 46,3% homens (79.393).

Num olhar mais detalhado sobre a população infanto-juvenil do concelho, e tendo como referência dados de 2022, as crianças e jovens até aos 19 anos de idade representavam 19,5% de toda a população residente no concelho, verificando-se alguma estabilidade nos últimos anos (variação abaixo de 1% face a 2018).

Gráfico 1 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por sexo, nos anos 2011 e 2021 (N°)

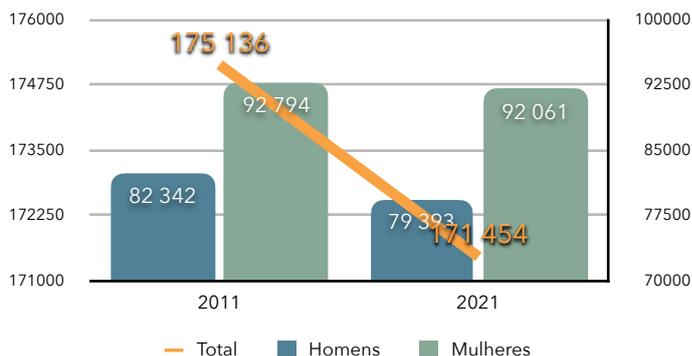
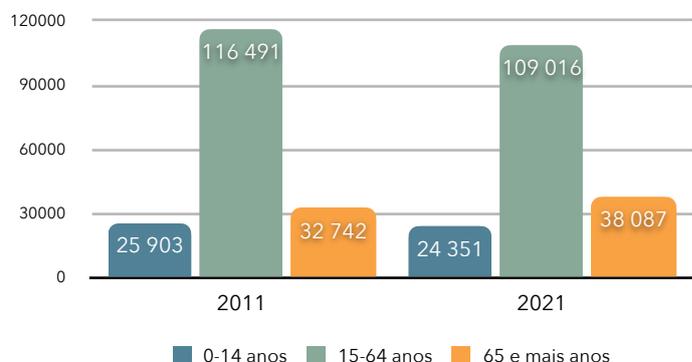
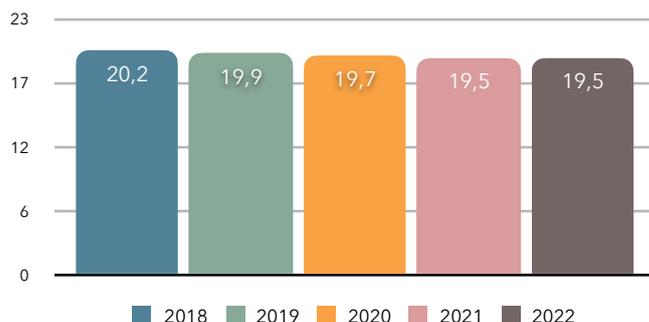


Gráfico 2 - Evolução da população residente no concelho da Amadora, por grupo etário, nos anos 2011 e 2021 (N°)



Fonte: INE, Censos 2021; PORDATA, 2021

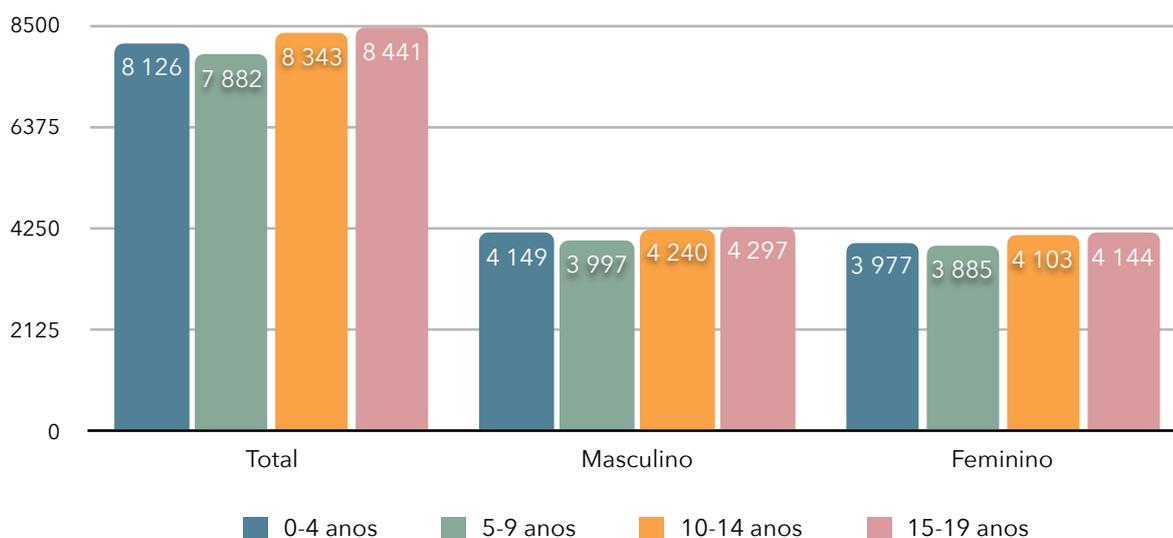
Gráfico 3 - Crianças residentes no concelho da Amadora, dos 0 aos 19 anos (2022) (%)



Fonte: PORDATA, 2022

Observando os diferentes grupos etários conclui-se que estão distribuídos de forma relativamente equilibrada: 8.126 têm entre 0 e 4 anos; 7.882 entre 5 e 9; 8.343 entre 10 e 14; 8.441 entre 15 e 19 anos, com maior destaque para o sexo masculino em todos os grupos etários. Destacam-se as freguesias de Mina de Água (n=8.920), Águas Livres (n=6.939), Encosta do Sol (n=5.451) e Venteira (n=4.414) com o maior número de crianças e jovens até aos 19 anos.

Gráfico 4 - Crianças e jovens residentes no concelho da Amadora, por sexo e grupo etário (até aos 19 anos) (2021) (Nº)



Fonte: INE, Censos 2021

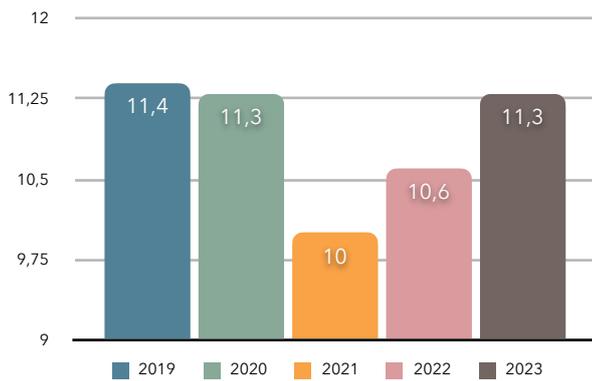
Em 2023, as mulheres em idade fértil residentes no Concelho tiveram em média 1,79 filhos. A leitura evolutiva permite verificar que, após uma tendência de diminuição entre 2019 e 2021, o índice sintético de fecundidade apresenta uma tendência de aumento desde 2022, sendo atualmente superior ao valor médio registado para a área da Grande Lisboa (1,65), situação que se manteve ao longo dos anos.

Gráfico 5 - Evolução do Índice sintético de fecundidade no concelho da Amadora (2019-2023) (Nº)



Fonte: PORDATA, 2024

Gráfico 6 - Evolução da Taxa bruta de Natalidade no concelho da Amadora (2019-2023) (%)



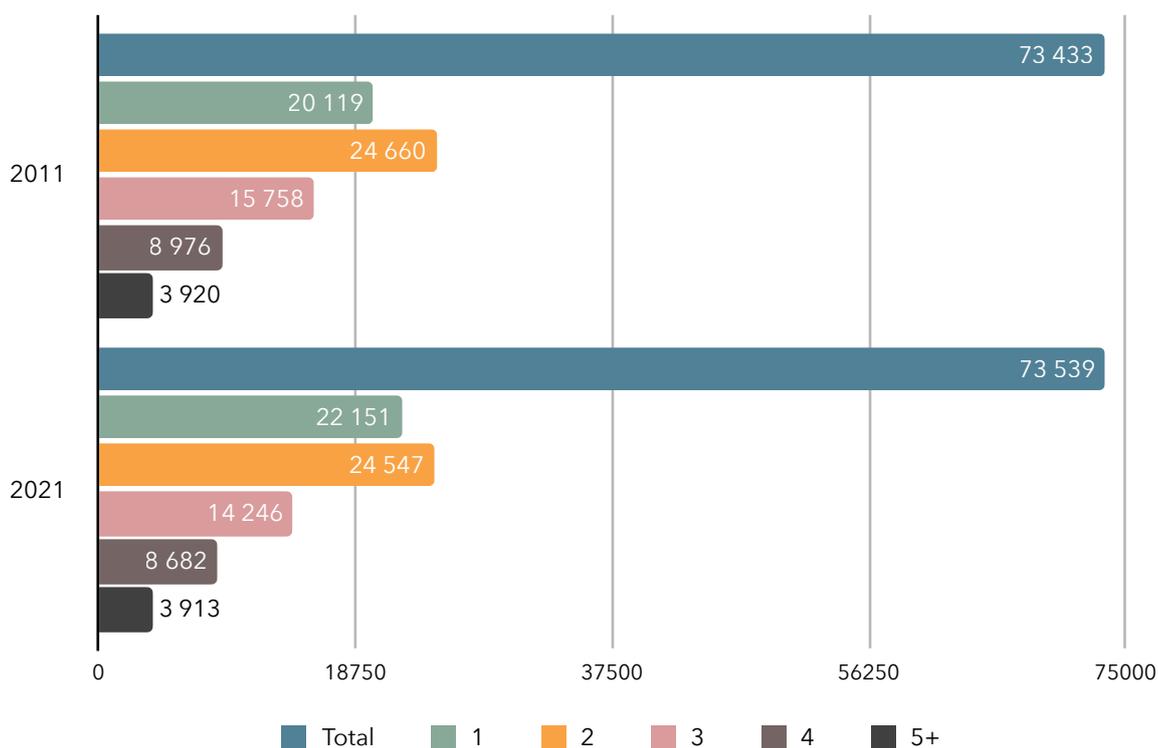
Fonte: PORDATA, 2024

A taxa bruta de natalidade do concelho da Amadora foi de 11,3% em 2023, acima da média para a Grande Lisboa (10,1%). Os dados apontam para um crescimento relativamente ao período homólogo, e mais próximo dos valores registados em anos pré-pandémicos. Também neste caso, o concelho da Amadora regista valores superiores à Grande Lisboa, em todos os anos em análise.

Analisando os agregados familiares residentes no concelho, no ano de 2021, a Amadora registava um total de 73.539 de famílias clássicas, destacando-se como predominantes as famílias compostas por 2 indivíduos (33,4%), seguindo-se as famílias compostas por 1 elemento (30,1%). Relativamente às famílias unipessoais, e de acordo com os Censos de 2021, a Amadora destacava-se como o 3º concelho da área da Grande Lisboa, com maior proporção deste tipo de agregado, dando conta de uma percentagem significativa da população que vive sozinha (n= 22.151).

Numa leitura evolutiva, verifica-se que o número total de agregados apresenta um ligeiro aumento, de cerca de 0,1%, entre 2011 e 2021. De notar que a percentagem de famílias unipessoais aumentou cerca 2,7% entre 2011 e 2021, ao contrário das famílias com 3 ou mais indivíduos, que apresentam uma tendência de diminuição no mesmo período. As famílias numerosas constituídas por 5 ou mais elementos, representavam apenas 5,3% do número total de famílias (3.913 famílias).

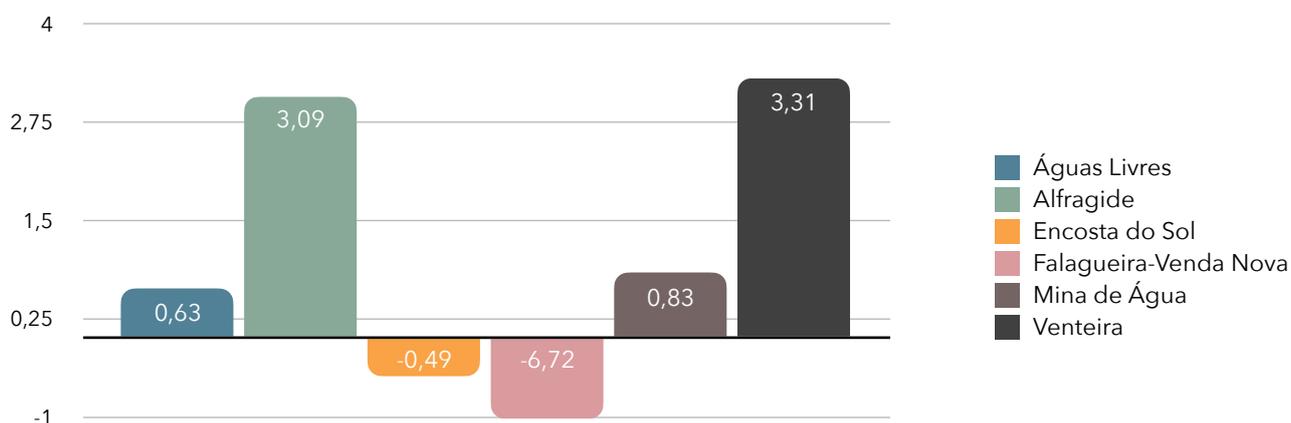
Gráfico 7 - Agregados Domésticos Privados no concelho da Amadora, por número de indivíduos (2011 e 2021) (Nº)



Fonte: PORDATA

Numa análise por freguesia, é possível observar que as freguesias de Alfragide e da Venteira apresentam as taxas de variação mais altas (acima dos 3 pontos percentuais), indicando um maior aumento do número de agregados domésticos a residir nessas freguesias. Por oposição, as freguesias da Encosta do Sol e da Falagueira-Venda Nova apresentam uma variação negativa.

Gráfico 8 - Taxa de variação dos Agregados Domésticos Privados 2011-2021, no concelho da Amadora, por freguesia de residência (%)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Relativamente ao **atendimento e ao acompanhamento social** prestado às famílias que residem no concelho da Amadora, os dados disponibilizados pelo ISS, I.P. indicam que no ano de 2023, existiam 25.535 beneficiários de Processos Familiares Ativos, dos quais 14.343 (56,2%) eram do sexo feminino e 11.192 (43,8%) do sexo masculino e na sua maioria de nacionalidade portuguesa (n= 21.346).

Importa, no entanto, salientar que por motivos relacionados com a manutenção de processos abertos na plataforma de gestão de ação social e RSI, a extração dos dados pode apresentar alguma imprecisão, levando a que tenham sido considerados como ativos processos que já não se encontram em acompanhamento.

A informação recolhida indica, ainda, que foram realizados 12.364 atendimentos a Beneficiários residentes no concelho e 1.334 atendimentos domiciliários a Beneficiários de Processos Familiares Ativos com Titular do Processo residente no Concelho da Amadora, sendo as crianças e jovens até aos 24 anos que mais beneficiaram de Processos Familiares Ativos no ano de 2023 (15 e os 25 anos - 15,6%; até 14 anos - 14,6%). Analisando as famílias com Processos Familiares Ativos, novos e existentes, residentes no concelho da Amadora, conclui-se que o acompanhamento incidiu nos agregados unipessoais, representando quase metade do total (44,65%), seguindo-se as famílias monoparentais (28,02%) e as famílias nucleares com filhos (14,34%), dando conta que as pessoas isoladas e as famílias com crianças são as mais acompanhadas.

Tabela 1 - Número de Famílias com Processos Familiares Ativos, Novos e Existentes, residentes no Concelho da Amadora, por tipo de família (em dezembro de 2023) (Nº; %)

Tipo de Família	Nº de Processos Familiares	% do total
Nuclear sem filhos	909	14,3%
Nuclear com filhos	1837	28,0%
Monoparental	3591	44,7%
Isolado	5721	0,70%
Extensa	90	0,44%
Composta	56	0,12%
Avós com netos	16	4,36%
Alargada	559	0,19%
Avô/Avó com netos	24	0,09%
Desconhecido	11	14,3%
Total	12.364	100%

Fonte: ISS,IP\Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024 (Sistema de Estatísticas da Segurança Social)

Os dados do SAAS - Amadora¹ relativos à intervenção realizada no ano de 2023 mostram que foram efetuadas cerca de 12.446 diligências/intervenção junto de cerca de 3.098 agregados familiares, destacando-se o RSI (45,4%) e o Atendimento Geral (AG) (32,1%) como os eixos de intervenção com maior percentagem de processos/agregados familiares em acompanhamento.

Tabela 2 - Número Agregados familiares que recorreram ao SAAS-Amadora e o número de diligências efetuadas (2023) (Nº; %)

SAAS	Processos/Agregados Familiares	% do total	Diligências (Atendimentos, VD,...)
Emergência	311	10,0%	410
AS - Atendimento Geral	993	32,1%	4111
RSI	1407	45,4%	5790
AS - Atendimento especializado	387	12,5%	2135
Total	3098	100%	12446

Fonte: SAAS - Amadora (Relatório de Execução Anual 2023)

Nota: dados referentes ao período de abril a dezembro de 2023

No âmbito do RSI, a freguesia de Águas Livres detém um maior número de processos (n=314), seguida da Mina de Água (n=238), da Falagueira- Venda Nova (n=237) e Encosta do Sol (n=229)².

Quanto ao Atendimento Geral, as Freguesias da Encosta do Sol, Águas Livres e Mina de Água foram as que mais atendimentos efetuaram em 2023, destacando-se as freguesias da Mina de Água e da Venteira, como aquelas onde existe maior número de municípios em acompanhamento social (dado proporcional à dimensão destas freguesias).

A maioria dos titulares dos agregados familiares que recorreram ao AG eram do sexo feminino (76,8%), predominando as famílias monoparentais (36,8%). Destacam-se os/as utentes com idade compreendida entre 35 e 64 anos (59,6%). Relativamente às principais problemáticas identificam-se a ausência/insuficiência de rendimentos (66,4%) e os problemas de saúde (15%) como as mais prevalentes, sendo de notar que 644 pessoas recorreram ao atendimento social de 1ª linha com pedido de apoio alimentar.

¹ O SAAS - Amadora assegura o atendimento e acompanhamento social geral e especializado de municípios, atendimento de emergência social e celebra/acompanha os contratos de inserção do RSI no município.

² Números referentes ao 4º trimestre de 2023

EM SUMA...



171.454 pessoas residentes no concelho da Amadora, sendo o concelho com a maior densidade populacional



32.792 crianças e jovens até aos 19 anos de idade, representando cerca de 19% do total da população residente, com maior prevalência nas freguesias de Mina de Água, Águas Livres, Encosta do Sol e Venteira



Tendência de envelhecimento da população residente no concelho (aumento do nº de residentes com 65 anos ou mais entre 2011 e 2021), verificando-se alguma **tendência de estabilidade da população infanto-juvenil** nos últimos anos)



Censos 2021

73.539 de famílias clássicas, com maior preponderância das famílias compostas por 2 indivíduos (33,4%) e por 1 elemento (30,1%)



2023

Índice sintético de fecundidade de 1,79, registando-se uma tendência de aumento face a 2022

Taxa bruta de natalidade 11,3%, acima da média para a Grande Lisboa (10,1%), e com tendência de crescimento face ano anterior

25.535 beneficiários de Processos Familiares Ativos e **3.098** agregados familiares acompanhados pelo SAAS - Amadora



2023

12.364 atendimentos a Beneficiários de Processos Familiares Ativos e **12.446** diligências efetuadas pelo SAAS - Amadora

Atendimento e acompanhamento social com maior incidência nos **agregados unipessoais** (44,65%), nas **famílias monoparentais** (28,02%) e **famílias nucleares com filhos** (14,34%)

Principais problemáticas no AG do SAAS são a **ausência/insuficiência de rendimentos** (66,4%) e os **problemas de saúde** (15%)



**GRUPOS
CRIANÇAS MAIS
VULNERÁVEIS**



CARACTERIZAÇÃO DE GRUPOS DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE MAIOR VULNERABILIDADE

Como referido anteriormente, a pobreza infantil é uma realidade complexa e multifacetada que afeta profundamente o desenvolvimento e o bem-estar das crianças. Contudo, a existência de fatores adicionais de vulnerabilidade podem criar desvantagens específicas que deverão ser equacionadas e enquadradas na definição de políticas públicas (cfr. Recomendação UE 2021/1004 do Conselho, Ponto 5, in PAGPI 2022-2030).

Neste sentido, importa identificar e caracterizar os grupos de crianças mais vulneráveis a nível local, proporcionando um olhar mais aprofundado sobre a realidade destas crianças. No concelho da Amadora, esta questão reveste-se de particular importância devido à sua densidade populacional e diversidade socioeconómica. Entre os grupos mais afetados encontram-se crianças de famílias com baixos rendimentos, crianças de etnias minoritárias, crianças migrantes e crianças com necessidades especiais.

CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE E/OU COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Estudos nacionais e europeus sobre direitos das pessoas com deficiência destacam que, apesar das melhorias registadas, o risco de pobreza e exclusão social das crianças com deficiência e das suas famílias, comparativamente às pessoas sem deficiência, se mantêm quase inalteradas. As desigualdades que ainda se verificam no acesso aos direitos deste grupo populacional, leva a que as estas crianças e jovens enfrentem fortes barreiras e constrangimentos ao seu pleno desenvolvimento, com impacto no seu processo de inclusão (PAGPI 2022-2030).

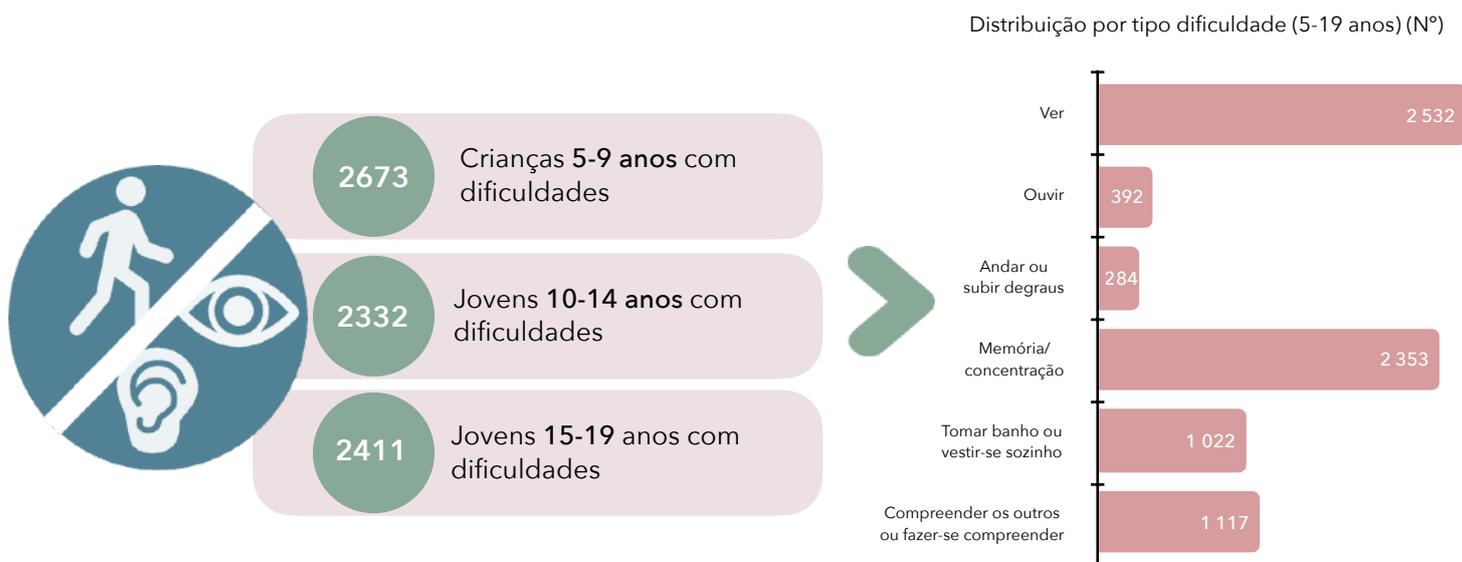
De acordo com os dados censitários, refletidos no Diagnóstico da Deficiência e Incapacidade do concelho da Amadora (2023), verificou-se um aumento significativo da proporção da população residente no Concelho, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade na última década (15,8% em 2011 e 42,2% em 2021)³.

³ A partir dos Censos 2011, a aferição dos tipos de deficiência passou a ser realizada através de dimensões relacionadas com limitações funcionais (andar ou subir degraus, ver, ouvir, tomar banho ou vestir-se sozinho, memória ou concentração e compreender os outros ou fazer-se compreender), deixando de ser diferenciado o tipo e grau de deficiência.

Mais concretamente no que respeita às crianças e aos jovens residentes no concelho, em 2021, registou-se um total de 7.416 crianças e jovens com dificuldades (2.673 crianças dos 5 aos 9 anos, 2.332 crianças dos 10 aos 14 anos e 2.411 jovens entre os 15 e os 19 anos).

Identificando os tipos de dificuldades reportadas em maior número, verifica-se que as mais predominantes relacionam-se com dificuldades ao nível da visão, da memória e/ou concentração e da compreensão. De destacar que as dificuldades de visão apresentam uma tendência de aumento à medida que a idade vai avançada, sendo mais prevacentes dos 15 aos 19 anos, enquanto que as dificuldades de compreensão apresentam tendência contrária, registando maior número no grupo das crianças dos 5 aos 9 anos.

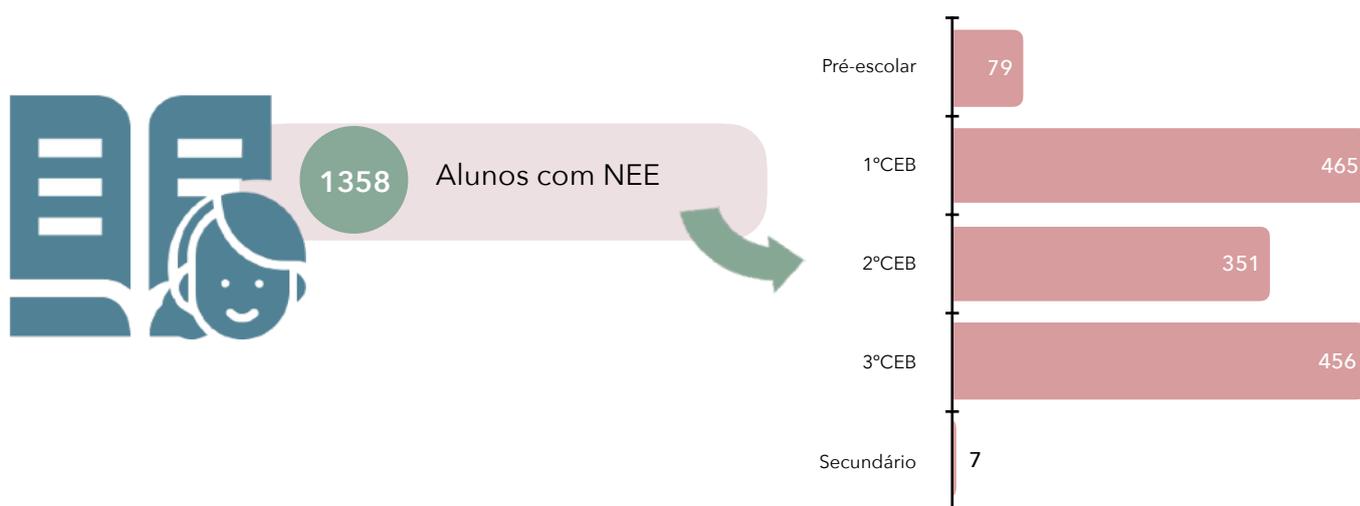
Figura 1 - População residente na Amadora, entre os 5 e os 19 anos, com dificuldades (Nº de dificuldades), por grupo etário e tipo de dificuldade (2021) (Nº)



Fonte: INE, Censos 2021

No que se refere aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), os dados apontam para um total de 1.358 alunos com NEE a frequentar os agrupamentos de escolas do concelho no presente ano letivo, destacando-se o ensino básico com o maior número de alunos (1º ciclo - 465; 2º ciclo - 351; 3º ciclo - 456).

Figura 2 - Crianças e jovens com NEE a frequentar Agrupamentos de Escolas do concelho da Amadora (ano letivo 2023/2024) (Nº)



Fonte: CM da Amadora, 2024

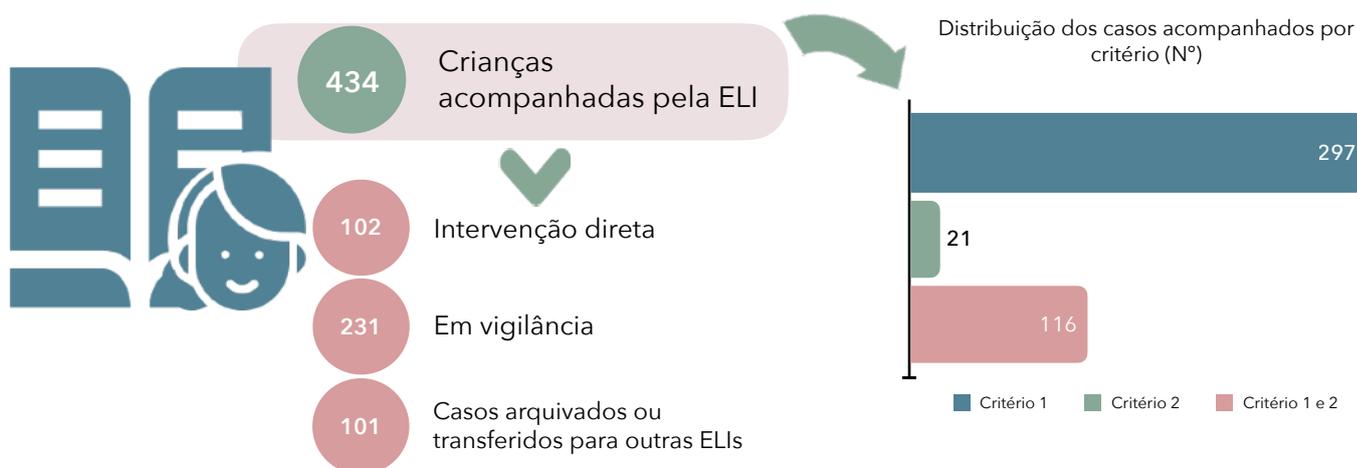
De sinalizar, ainda, as crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) do concelho da Amadora, quer seja em intervenção direta (n=102) ou em processo de vigilância (n=231), tendo sido arquivados ou transferidos 101 casos, num total de 434 crianças acompanhadas no ano de 2023.

Esta intervenção destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos, sinalizadas por atraso de desenvolvimento (Grupo 1) ou risco grave de atraso de desenvolvimento (Grupo 2). Estes grupos, que refletem os critérios de elegibilidade no âmbito do SNIPI (DL 282/2009), são subdivididos em dois grandes critérios, nomeadamente:

- Critério 1 - Alterações nas funções ou estruturas do corpo
 - 1.1 Atrasos de desenvolvimento sem etiologia conhecida
 - 1.2 Atrasos de desenvolvimento por condições estabelecidas
- Critério 2 - Risco grave de atraso de desenvolvimento
 - 2.1 Exposição a fatores de risco biológico
 - 2.1 Exposição a fatores de risco ambiental - parentais e/ou contextuais

Como se observa na figura, em 2023, a maioria das crianças foram acompanhadas por atrasos de desenvolvimento (relacionados com o critério 1), correspondendo a 68,4% do total de casos acompanhados. Destaca-se, igualmente, a percentagem significativa de crianças acompanhadas que apresentam fatores de risco enquadrados em ambos os critérios (n=116; 26,7%).

Figura 3 - Crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção precoce, em 2023 (volume processual e casos acompanhados por critério de risco) (Nº)



Fonte: Dados Estatísticos ELI Amadora 2023 - SNIPI (dados à data de 31/12/2023)

A informação recolhida junto da equipa da ELI, no âmbito do Diagnóstico da Deficiência e Incapacidade do concelho da Amadora (2023) aponta para um aumento do número de referençiações nos últimos anos, sem que o número de técnicos/profissionais tenha aumentado na mesma proporção.

CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS

Os dados revelam que o risco de pobreza não atinge da mesma forma todos os grupos da população, sendo um dos grupos mais afetados os estrangeiros. À semelhança do que se verifica nos restantes países europeus, em Portugal os estrangeiros residentes (em particular os estrangeiros extracomunitários) apresentam maiores riscos de pobreza e de viverem com maior privação material (Observatório das Migrações, 2022), ficando em situação de maior desvantagem no acesso a direitos fundamentais.

Em 2022, 28,5% dos estrangeiros residentes no nosso país estavam em risco de pobreza, representando um aumento de 1,3% face a 2021 (27,2%) (ICOR, 2021, 2022). Acresce o facto de 30,5% da população estrangeira residente se encontrar em risco de pobreza ou exclusão social (Observatório das Migrações, 2022).

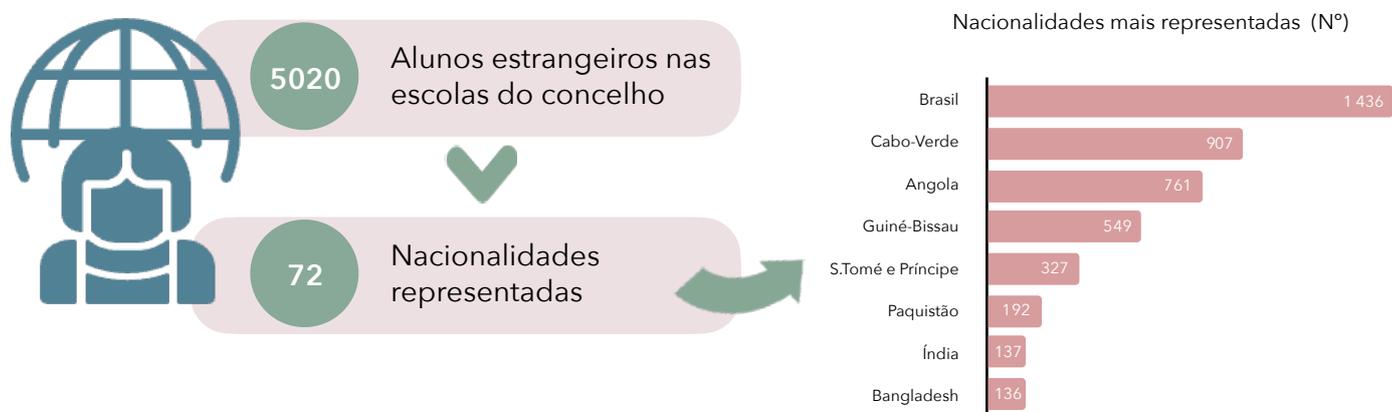
Um dos aspetos identificados em sede do Diagnóstico Social relaciona-se com o aumento significativo da população estrangeira a residir no concelho da Amadora nos últimos anos, contribuindo para o aumento do número de crianças e jovens estrangeiros que frequentam as escolas do concelho, com os desafios inerentes ao seu

processo de integração escolar. Com efeito, as crianças e jovens imigrantes tendem a apresentar maiores dificuldades em conseguir aproveitamento escolar quando comparadas com os estudantes nacionais (PAGPI, 2022-2030).

De acordo com dados atualizados fornecidos pela CM da Amadora, e que constam do Diagnóstico de Migrantes da Amadora - 2023, no ano letivo de 2023/24, estavam inscritos nos agrupamentos de escolas do concelho 5.020 alunos estrangeiros, num total de 72 nacionalidades diferentes (mais 7 nacionalidades em comparação com o ano letivo anterior), sendo indicativo de um contexto educativo marcado pela convivência entre múltiplas culturas e nacionalidades.

Entre os alunos estrangeiros, apesar da maioria dos alunos serem naturais dos PALOP, destacam-se os alunos de nacionalidade brasileira com maior representatividade (28,6%), seguindo-se os alunos oriundos de Cabo-Verde (18,1%), Angola (15,2%) e Guiné-Bissau (10,9%).

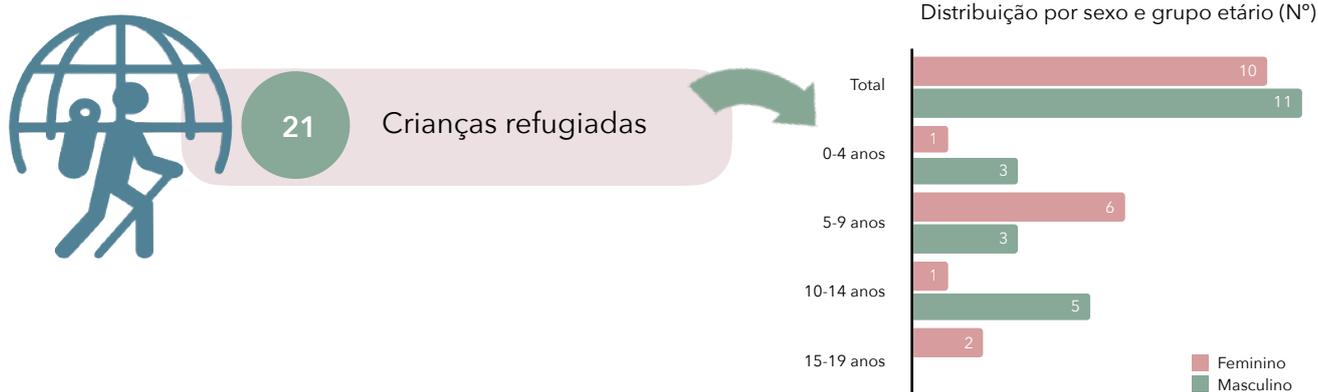
Figura 4 - Alunos de Nacionalidade Estrangeira a frequentar Agrupamentos de Escolas da Amadora, no ano letivo 2023/2024 (Nº)



Fonte: CM da Amadora

Relativamente à crianças refugiadas a residir no Concelho da Amadora, em 2023, os dados dão conta de um total de 21 crianças refugiadas, de ambos os sexos (52,4% do sexo masculino e 47,6% sexo feminino), e maioritariamente entre os 5 e os 14 anos de idade (71,4%).

Figura 5 - Crianças refugiadas a residir no concelho da Amadora, em 2023 (Nº)



Fonte: CM da Amadora (Relatório de execução financeira do Protocolo existente entre a CMA e o Conselho Português para os Refugiados e Programa Porta de Entrada)

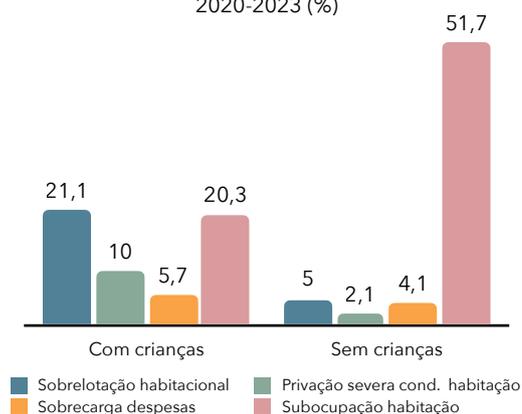
CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO HABITACIONAL

O acesso a uma habitação digna assume uma importância central no projeto de vida de cada criança e jovem, bem como das suas famílias. É no acesso à habitação que se inicia o garante da dignidade e se assume a primordialidade da oportunidade de serem quebrados ciclos intergeracionais de pobreza (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024).

Analisando os dados de 2023, e considerando a composição dos agregados familiares, verifica-se que, quer a taxa de sobrelotação, quer a taxa de privação severa das condições da habitação afetam principalmente as famílias com crianças dependentes (21,1% e 10,0%, face a 5% e 2,1% das famílias sem crianças, respetivamente).

É também nos agregados familiares com crianças que a sobrecarga de despesas com habitação apresenta maior expressividade (5,7% face a 4,1% das famílias sem crianças).

Gráfico 9 - Indicadores de privação habitacional, por composição agregado familiar, em Portugal, 2020-2023 (%)

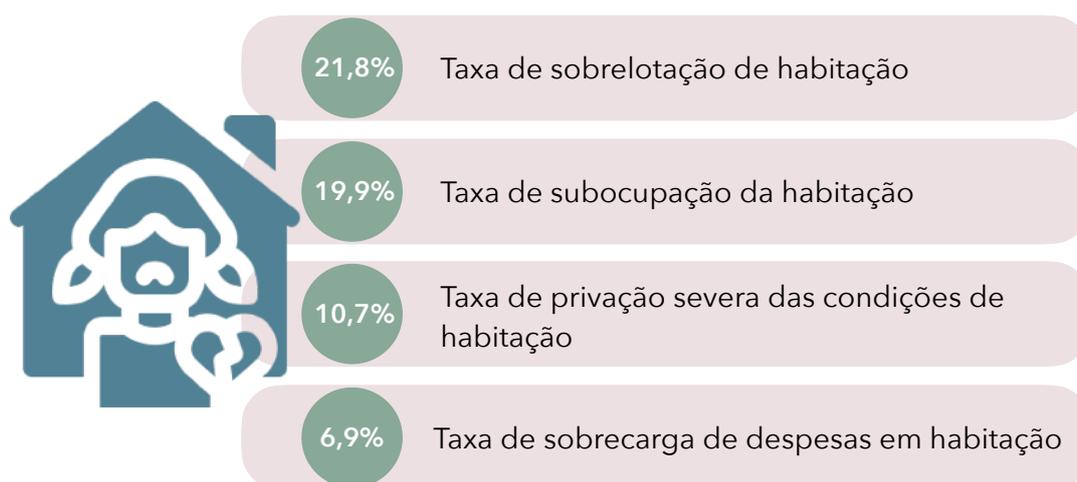


Fonte: INE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2023

A única exceção relaciona-se com a subocupação da habitação⁴, em que as famílias sem crianças apresentam uma taxa superior (51,7%, face a 20,3% das famílias com crianças). Este dado pode estar relacionado com um dos aspetos identificados em sede de Diagnóstico Social do concelho, relativo ao aumento percecionado de situações de sobrelotação de habitações no concelho.

Mais especificamente, no que respeita às crianças e jovens dos 0 aos 17 anos, os dados revelam ser o grupo mais exposto a situações de privação habitacional, quando comparado com os restantes grupos etários, quer em termos de sobrelotação (21,8%), privação severa das condições de habitação (10,7%) e de sobrecarga de despesas habitacionais (6,9%)⁵, dando conta da maior vulnerabilidade deste grupo populacional no que se refere à pobreza.

Figura 6 - Indicadores de privação habitacional nas crianças entre 0-17 anos, em Portugal, 2023 (%)



Fonte: INE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2023

⁴ Alojamentos em que o número de divisões habitáveis ($\geq 4 \text{ m}^2$) era superior ao que seria necessário para o número e o perfil demográfico dos membros do agregado.

⁵ Taxa sobrelotação - 18-64 anos: 13,9%; 65 ou + anos: 4,4%
Taxa de privação severa condições de habitação - 18-64 anos: 6,2%; 65 ou + anos: 2,2%
Taxa sobrecarga despesas de habitação - 18-64 anos: 5,2%; 65 ou + anos: 2,6%

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ABANDONO E CRIANÇAS INTEGRADAS EM RESPOSTAS DE ACOLHIMENTO

Um novo relatório UNICEF (2024)⁶ sobre crianças institucionalizadas identifica Portugal como o país com mais crianças institucionalizadas na Europa, com a maior taxa de crianças em unidades de acolhimento residencial (294 por 100 mil crianças, quase o triplo da média mundial). Entre os principais motivos para a institucionalização encontra-se a pobreza, abuso ou negligência. Neste sentido, compreender a pobreza na infância implica também refletir acerca das crianças e jovens que se encontram em situação de desproteção, no sentido de acautelar a sua segurança, bem-estar e acesso a igualdade de oportunidades.

No que se refere ao Acolhimento Residencial e Familiar de crianças e jovens, em 2022, encontravam-se acolhidas em Portugal, nas diferentes respostas sociais, 6.347 crianças e jovens até aos 24 anos, com maior incidência nas casas de acolhimento (84%), seguindo-se as famílias de acolhimento (3,6%)⁷ (Relatório CASA, 2022). Apesar da tendência de decréscimo do número de crianças e jovens integrados em estruturas de acolhimento residencial, e o aumento, sobretudo a partir de 2019, das respostas de cuidados alternativos de carácter não residencial, os dados são reveladores de uma percentagem ainda muito diminuta de crianças e jovens nestas respostas, nomeadamente no Acolhimento Familiar (Relatório CASA, 2022; PAGPI 2022-2030).

Numa análise geográfica, em 2022, Lisboa foi o distrito com maior percentagem de crianças e jovens acolhidos/as (20,5%), com maior incidência dos jovens que se encontram na faixa etária dos 12 aos 17 anos (44,9%) (Relatório CASA, 2022).

Os dados relativos ao Concelho da Amadora, parecem seguir a mesma linha, registando-se, no final de 2023⁸, 53 crianças em Acolhimento Residencial (21 acompanhadas pela CPCJ da Amadora e 32 pelo NIJ). No mesmo período existiam 4 crianças integradas em Acolhimento Familiar (1 acompanhada pela CPCJ e 3 pelo NIJ).

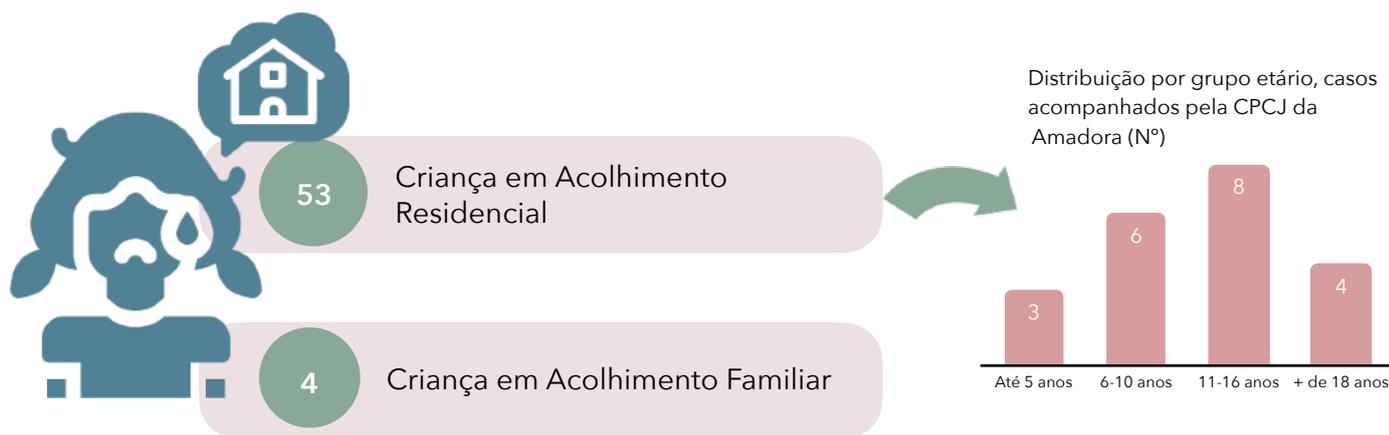
Numa breve caracterização dos casos em acolhimento residencial acompanhados pela CPCJ da Amadora, destaca-se o facto da maioria serem jovens na fase da adolescência, entre os 11 e os 16 anos (38,1%), seguindo-se as crianças entre os 6 e os 10 anos (28,8%).

⁶ Relatório "Pathways to Better Protection: taking stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia" (UNICEF, 2024)

⁷ Dados referentes ao período entre 1 de novembro de 2022 e 28 fevereiro de 2023 (Relatório CASA, 2022)

⁸ Dados da CPCJ da Amadora, à data de 27 de dezembro de 2023; e do NIJ, à data de 31 de dezembro de 2023

Figura 7 - Crianças e jovens (0 aos 17 anos) em acolhimento residencial e familiar no concelho da Amadora em 2023 (Nº)



Fonte: CPCJ da Amadora; NIJ Amadora, 2023

O Relatório de Atividades da CPCJ da Amadora, referente à intervenção realizada no ano de 2023, revela um total de 16 situações sinalizadas por motivo de abandono da criança ('Criança abandonada/entregue a si própria'), transversal a todas os escalões etários entre os 0 e os 17 anos, representando uma diminuição de 6 casos face ao ano anterior.

Importa, no entanto, destacar o aumento do número de situações sinalizadas por negligência (225 em 2023, face a 197 em 2022), estando algumas delas relacionadas com a falta de supervisão e acompanhamento familiar.

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Aumento significativo da proporção da população residente no Concelho, com 5 ou mais anos, com pelo menos uma dificuldade entre 2011 e 2021.

- ▶ Em 2021, existiam 7.416 crianças e jovens com dificuldades (5 aos 19 anos), com maior prevalência das dificuldades relacionadas com a visão, memória e/ou concentração e compreensão.

- ▶ 1.358 alunos com NEE a frequentar os Agrupamentos de Escolas do concelho no ano letivo 2023/2024, destacando-se o ensino básico com o maior número de alunos (1º ao 3º ciclo).

- ▶ Aumento do número de crianças acompanhadas pela Equipa Local de Intervenção Precoce (ELI) do concelho (434 em 2023, face a 410 em 2021), na sua maioria por atrasos de desenvolvimento relacionados com alterações nas funções ou estruturas do corpo (critério 1).

- ▶ Os estrangeiros residentes em Portugal apresentam maiores riscos de pobreza e de viverem com maior privação material. No concelho da Amadora verificou-se um aumento significativo da população estrangeira nos últimos anos, e conseqüentemente o aumento do número de crianças e jovens estrangeiros que frequentam as escolas do concelho, com os desafios inerentes ao seu processo de integração escolar (5.020 alunos estrangeiros em 2023/24, num total de 72 nacionalidades diferentes).

- ▶ Em 2023, encontravam-se a residir no concelho 21 crianças refugiadas, maioritariamente entre os 5 e os 14 anos de idade (71,4%).

- ▶ Em 2023, as famílias portuguesas com crianças dependentes foram mais afetadas em termos de sobrelotação, privação severa das condições da habitação e sobrecarga das despesas habitacionais (comparativamente às famílias sem crianças)

- ▶ As crianças e jovens (0 aos 17 anos) constituem-se como o grupo mais sujeito a situações de privação habitacional, em 2023, quando comparado com os restantes grupos etários.

- ▶ Distrito de Lisboa com a maior percentagem de crianças e jovens acolhidos/as, em 2022. No concelho da Amadora, existiam 53 crianças em Acolhimento Residencial e 4 em Acolhimento Familiar no ano de 2023.

- ▶ Dados de intervenção da CPCJ da Amadora, dão conta de 16 situações sinalizadas por motivo de abandono da criança ou entregue a si própria, e de um aumento de sinalizações por negligência.



RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ No Concelho são disponibilizadas um conjunto de respostas educativas específicas para a população com deficiência e/ou incapacidade como sejam Unidade de Ensino Estruturado; Unidades de Apoio Especializadas em Multideficiência; Centro de Recursos para a Inclusão; Centro de Recursos TIC para a Educação Especial; Unidade de Apoio ao Desenvolvimento Infantil.

- ▶ Intervenção precoce assegurada pela ELI da Amadora, um serviço especializado e gratuito, cujos destinatários são crianças dos 0 aos 6 anos de idade.

- ▶ Intervenções, serviços e projetos de iniciativa pública e/ou privada no concelho no âmbito do acolhimento e integração de migrantes (ex. Guia de Acolhimento para a População Migrante da Amadora; Gabinete de Apoio à Documentação, entre outros)

- ▶ Amadora integra a Rede Portuguesa de Cidades Interculturais

- ▶ Existência de projetos comunitários/respostas locais de proximidade, com intervenção no âmbito da proteção e promoção dos direitos das crianças (Ex: projetos Escolhas)

- ▶ Rede da CPCJ da Amadora coesa e efetiva, com facilidade de articulação entre entidades na resposta às sinalizações, e ativa no desenvolvimento de projetos com vista à promoção dos direitos das crianças.

- ▶ Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens



DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Apostar numa intervenção concelhia centrada nos direitos das crianças, como forma de garantir que dimensões como a não discriminação, igualdade, participação e responsabilização, sejam tidos em conta no combate à pobreza na infância no concelho.

- ▶ Desenvolver uma ação concertada no concelho no sentido de promover a cidadania ativa e a inclusão social de grupos mais vulneráveis.

- ▶ Assegurar uma intervenção concertada com vista a uma efetiva integração da população estrangeira.

- ▶ Dar continuidade ao investimento em políticas locais que promovam a integração escolar e formativa das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, desde a creche à transição para a vida pós-escolar.

- ▶ Criar mecanismos locais de diagnóstico e monitorização dos grupos que apresentam um risco acrescido de pobreza ou exclusão social, por forma a uma melhor identificação e caracterização das necessidades existentes.



RENDIMENTOS E APOIOS SOCIAIS



RENDIMENTOS E APOIOS SOCIAIS

Como se caracterizam as famílias que residem no concelho da Amadora quanto aos seus recursos financeiros?

A análise das condições de vida é fundamental para compreender a realidade do impacto da pobreza na infância no concelho da Amadora. Nesse sentido, este capítulo foca-se na análise de medidas de pobreza monetária/financeira, na medida em que permite aferir acerca da capacidade das famílias residentes na Amadora de terem acesso a condições que lhes permita satisfazer as suas necessidades básicas.

Considera-se que a caracterização e reflexão nos domínios do emprego e nível de rendimentos irão contribuir para um melhor conhecimento e compreensão sobre a pobreza na infância no concelho, que se define essencialmente pelas crianças que crescem em famílias sem rendimentos suficientes para evitar a privação material e que não lhes permitem assegurar uma vida digna.

Os dados mais recentes indicam que 17% dos portugueses encontravam-se em risco de pobreza⁹ em 2022, um aumento de 0,6 pontos percentuais face ao ano anterior (16,4%), realidade também observada ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, com um aumento em 2021 (10,4% para 14,7% em 2022).

Este dado, acrescido do aumento da taxa de intensidade da pobreza¹⁰ (25,6%, mais 3,9 p.p. do que no ano anterior - 21,7%), dão conta de um agravamento do limiar de pobreza na população portuguesa e do aumento da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza.

Como se observa na tabela 3, após um decréscimo verificado entre 2020 e 2021, o risco de pobreza voltou a aumentar de forma generalizada em 2022, contudo, não atinge da mesma forma todas as pessoas.

⁹ A taxa de risco de pobreza (depois de transferências sociais) é a proporção da população que vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza, isto é, a proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 7.095€ (591€ por mês) (ICOR, 2023)

¹⁰ A taxa de intensidade da pobreza permite avaliar em que medida o rendimento monetário disponível mediano dos pobres (pessoas que vivem em agregados com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza) se aproxima ou afasta do limiar de pobreza

Em 2022, o aumento do risco de pobreza abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos (mais 2,2 p.p. relativamente a 2021 - 18,5%), quando comparado com os restantes grupos, o que leva a concluir que as crianças e jovens são os grupos da população mais vulneráveis em termos do risco de pobreza (tabela 3).

A análise dos dados revela uma relação positiva entre a escolaridade e a integração profissional com a redução da pobreza, verificando-se que esta tendência se tem acentuado ao longo do tempo. Com efeito, a população que tinha concluído, no máximo, o ensino básico apresenta um maior risco de pobreza (22,7%), comparativamente à população que terminou o ensino secundário ou pós-secundário (13,5%) e a quem concluiu o ensino superior (5,8%) (Tabela 3).

Por sua vez, os dados demonstram que os desempregados apresentam maior risco de pobreza (46,4%), tendo este aumentado face ao ano anterior (mais 3,3 p.p.), retomando os valores registados em 2020. Pelo contrário, o risco de pobreza para a população empregada diminuiu relativamente a 2021 (de 10,3% para 10%), confirmando a tendência de decréscimo desde 2020 (Tabela 3). Ainda assim, a proporção da população empregada em risco de pobreza é ainda significativa, indicando que estar a trabalhar não garante, por si só, a resposta a necessidades básicas e o evitamento da condição de pobreza.

Tabela 3 - Taxa de risco de pobreza de acordo com as características socio-demográficas (2020-2022)¹¹(%)

	2020	2021	2022
Total da população residente	18,4	16,4	17,0
Sexo			
Masculino	17,5	15,9	16,2
Feminino	19,2	16,8	17,7
Grupo Etário			
0-17 anos	20,4	18,5	20,7
18-64 anos	17,2	15,6	16,0
65 ou mais anos	20,1	17,0	17,1
Escolaridade			
Até ensino básico	24,5	21,9	22,7

¹¹ Apesar da recolha de dados ter sido realizada em 2023, os dados reportam-se aos rendimentos do ano anterior. Na tabela faz-se referência aos anos dos rendimentos apurados.

Ensino secundário e pós secundário	15,0	13,8	13,5
Ensino superior	6,9	5,5	5,8
Situação Laboral			
Empregado	11,2	10,3	10,0
Desempregado	46,5	43,4	46,4
Reformado	18,0	14,9	15,4
Outra inatividade	30,8	27,8	31,2

Fonte: INE - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2021-2023

Apesar da tendência de decréscimo da taxa de desemprego na Amadora na última década, os dados censitários revelam que a taxa de desemprego no concelho situava-se nos 9,9% em 2021, acima do valor registado para a área da Grande Lisboa (8,5%) e a nível nacional (8,1%)¹².

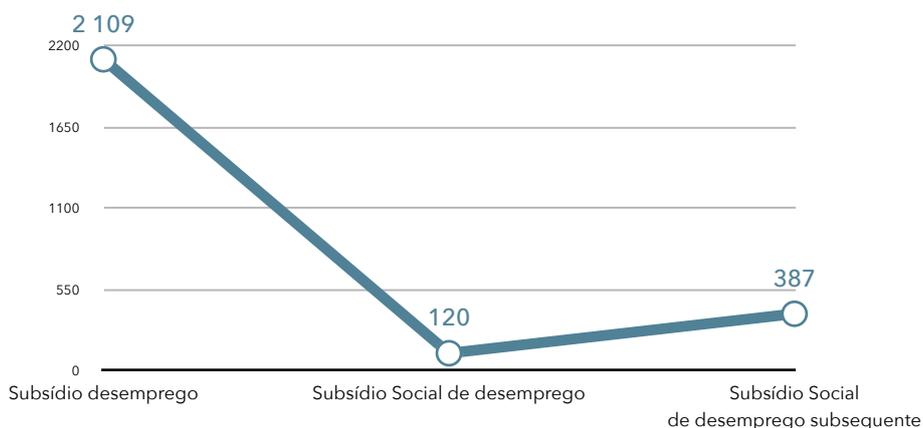
Por outro lado, os dados do IEFP sobre desemprego dão conta de um total de 4.332 pessoas inscritas no Centro de Emprego da Amadora, em dezembro de 2023. A comparação com os dados de anos anteriores mostra que, apesar de se verificar uma diminuição face a dezembro de 2021 (4.840; cerca de 10,5%), regista-se um aumento do número de pessoas inscritas no Centro de Emprego face ao mesmo período de 2022 (4.150, correspondendo a 4,4%)¹³, sendo indicativo de uma tendência de aumento do número de pessoas desempregadas.

A este respeito, e como se observa no gráfico abaixo, em 2023, 2.616 pessoas beneficiaram de prestações de desemprego, na sua maioria do subsídio de desemprego (2.109, correspondendo a 80,6%). Importa salientar que este valor representa um aumento face a 2022, onde se registou um total de 2.444 beneficiários de prestações de desemprego.

¹² Fonte: PORDATA, 2024

¹³ Fonte: IEFP - Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, Direção de Serviços Estudos, Planeamento e Controlo de Gestão - Estatísticas Mensais por concelhos, 2021, 2022 e 2023

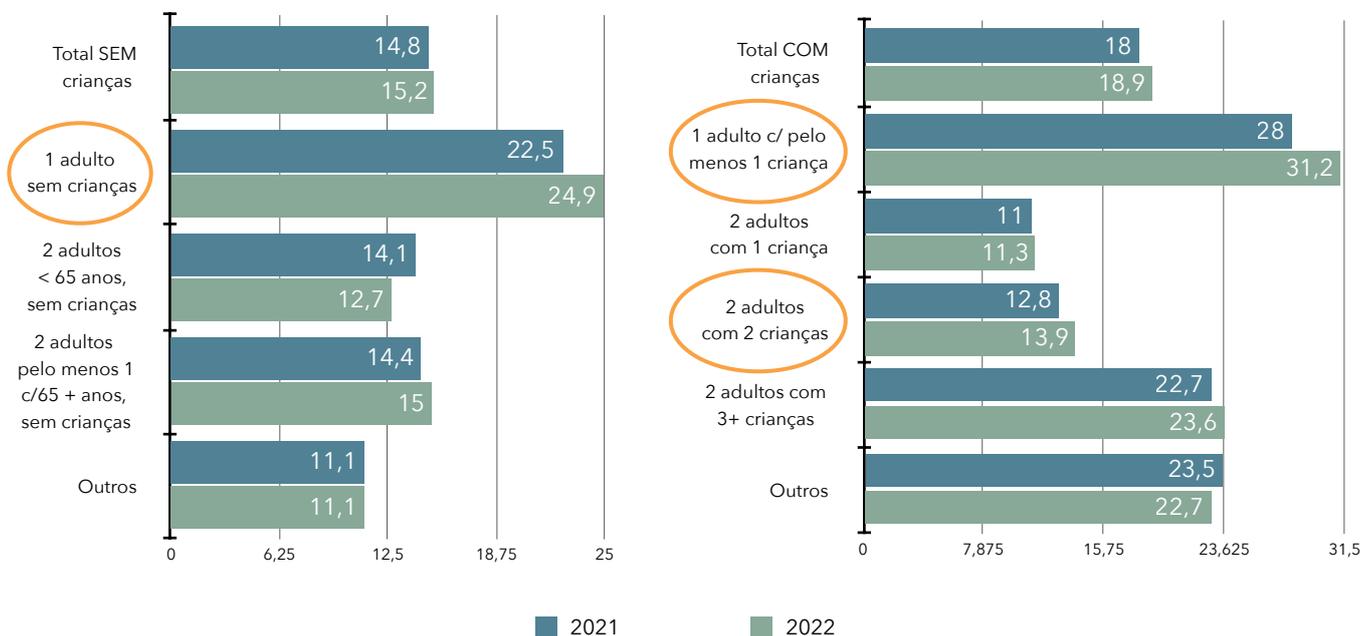
Gráfico 10 - Beneficiários com processamento de prestações de desemprego no concelho da Amadora, em dezembro de 2023 (Nº)



Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Outra leitura importante a realizar prende-se com a relação entre a composição dos agregados familiares e o risco de pobreza. Os últimos dados indicam um aumento da taxa do risco de pobreza para todas as famílias, com ou sem crianças dependentes, sendo no entanto mais predominante nos adultos que vivem sozinhos (22,7% em 2021 para 24,9% em 2022), para as famílias monoparentais (28,0% para 31,2%), e para as famílias com dois adultos e duas crianças dependentes (12,8% para 13,9%), evidenciando dessa forma que a presença de crianças no agregado familiar pode aumentar a propensão para estar em situação de pobreza.

Gráfico 11 - Taxa de risco de pobreza, segundo a composição do agregado familiar, Portugal (2021-2022) (%)



No que respeita a prestações sociais atribuídas a famílias e/ou pessoas em situação de maior vulnerabilidade, importa referir que, em dezembro de 2023, beneficiaram de RSI 1.308 agregados familiares residentes no concelho da Amadora, com um valor médio mensal de 304,74€, verificando-se uma diminuição do número de beneficiários face ao mesmo período de 2022 (n=1.514).

Na sua maioria são famílias com rendimentos (54,6%) e unipessoais (46,9%), seguindo-se os agregados constituídos por 2 pessoas (16,4%) ou 3 pessoas (12,8%), demonstrando maior incidência de processamento de RSI nas famílias com menos elementos (gráfico 12).

Gráfico 12 - Agregados Familiares com processamento RSI no concelho da Amadora, em dezembro de 2023, por dimensão da família (%)

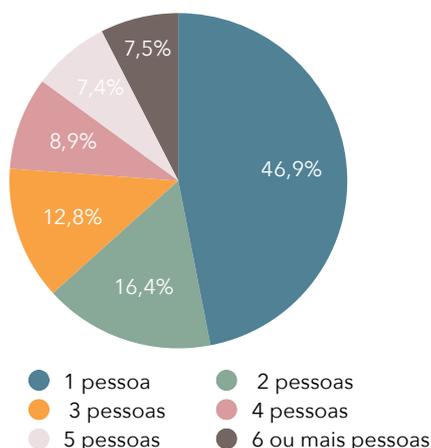
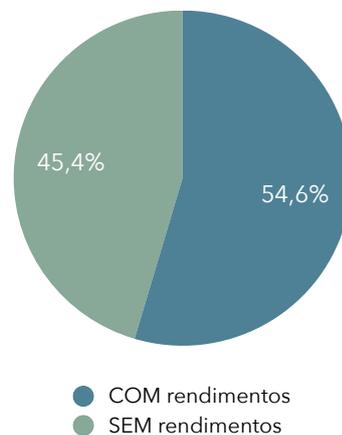


Gráfico 13 - Agregados Familiares com processamento RSI no concelho da Amadora, em dezembro de 2023, por situação face a rendimentos (%)



Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Verifica-se, ainda, que é nas freguesias da Falagueira-Venda Nova (22,9%) e da Encosta do Sol (19,2%) que se contabilizam o maior número de beneficiários, seguindo-se as freguesias de Águas Livres e Alfragide (ambas com 18,4%).

Relativamente à faixa etária dos beneficiários de RSI, é notório o número mais elevado de beneficiários com idade igual ou inferior a 18 anos, representando 41,2% do número total de beneficiários.

Gráfico 14 - Beneficiários de RSI, residentes no concelho da Amadora, por freguesia, em dezembro de 2023 (Nº)

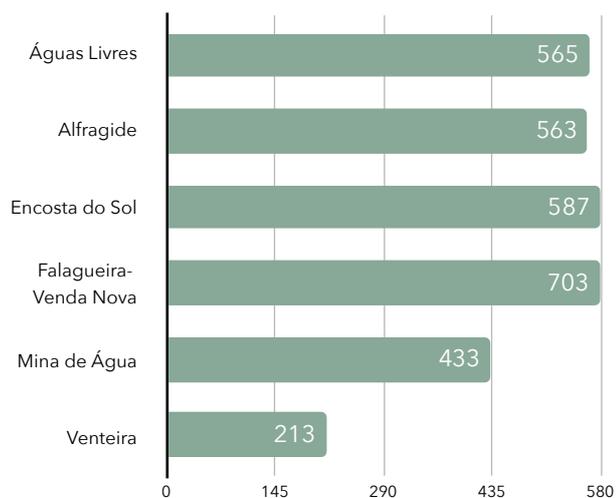
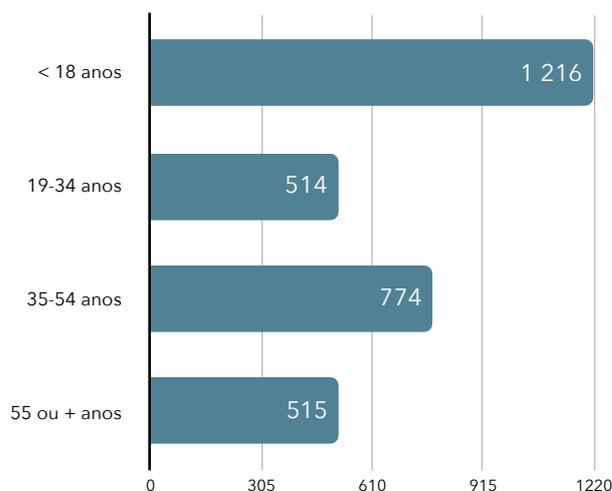


Gráfico 15 - Beneficiários de RSI, residentes no concelho da Amadora, por escalão etário, em dezembro de 2023 (Nº)



Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

Relativamente a outras prestações familiares, mais concretamente para agregados com crianças, os dados evidenciam que o Abono de Família foi o apoio mais processado em dezembro de 2023, num total de 21.254 beneficiários residentes no concelho da Amadora. É de destaca-se o número de famílias que beneficiam de majorações ou montante adicional ao abono de família, num total de 16.942 beneficiários.

Salienta-se ainda, os 4.456 beneficiários com processamento da Garantia para a Infância, um apoio destinado a crianças e jovens com idade inferior a 18 anos, titulares da prestação de abono de família, pertencentes a agregados familiares que se encontram em situação de pobreza extrema, dando conta de situações de grande vulnerabilidade económica no concelho.

Tabela 4 - Titulares com processamento de prestações familiares no concelho da Amadora, em dezembro de 2023 (Nº)

Tipo de prestação familiar	Nº beneficiários
Abono de família para crianças e jovens	21.254
Majoração Abono de família para crianças e jovens até aos 36 meses	3.477
Abono de família para crianças e jovens com majoração monoparental	8.733
Montante adicional de Abono de família para crianças e jovens (abono a dobrar no mês de setembro)	4.732

Garantia para a Infância	
Garantia para a infância do abono de família para jovens entre 3 e 5 anos	1.146
Garantia para a infância do abono de família para jovens entre 6 e 17 anos	3.310
Outras Prestações	
Bonificação por deficiência	860
Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial	3
Abono de família pré-natal	476
Subsídio por assistência de terceira pessoa	248
Bolsa de estudo	1.028

Fonte: ISS,IP\ Gabinete de Planeamento e Estratégia, 2024

As perceções recolhidas no âmbito deste diagnóstico alinham-se com os dados apresentados e com as perceções recolhidas no âmbito do Diagnóstico Social, na medida em que consideram existir um aumento e agravamento das situações de carência e vulnerabilidade social e económica no concelho. De acordo com os profissionais, o aumento do custo de vida e dos custos com habitação, associado a situações laborais precárias, e à ausência de rede de suporte familiar e/ou social nalguns agregados, têm contribuído fortemente para o agravamento dos casos e para o incremento das desigualdades sociais e económicas. Por outro lado, e também em linha com as perceções recolhidas em sede de Diagnóstico Social, o aumento do número de residentes estrangeiros em processo de legalização/regularização, e portanto sem acesso a documentação, tem contribuído para o aumento de situações de vulnerabilidade económica e social no concelho.

É, ainda, referida a existência de uma pobreza transgeracional nalgumas zonas do território, dando conta de ciclos de pobreza instalados, difíceis de quebrar, e que em muito contribuem para as carências e desigualdades sociais.

O aumento dos casos sociais e de solicitações acarretou dificuldades na resposta atempada e efetiva às necessidades destas pessoas, na medida em que os recursos humanos são percecionados como insuficientes face ao número elevado de solicitações.

Na voz dos profissionais/entidades...

- Aumento (e agravamento) das situações de carência económica e social, expresso no aumento do número de pedidos de apoio alimentar e económico junto das entidades e do número de famílias que não veem as suas necessidades básicas satisfeitas.
- Incremento das situações de desigualdade social no concelho, não só pelo aumento das dificuldades económicas, como pela realidade das famílias, marcada pela instabilidade/precariedade laboral, baixos salários e/ou pela ausência de rede familiar e/ou social de suporte, como sejam o caso das famílias monoparentais e dos agregados que chegam ao concelho sem rede de suporte e que se encontram em processo de integração.
- Algumas zonas do território (com expressão no concelho) são marcadas por ciclos de pobreza intergeracionais.
- Aumento da população migrante no concelho sem documentação e em processo de legalização, acrescido das barreiras linguísticas, que têm contribuído para o crescimento das situações de vulnerabilidade social e económica no concelho pela impossibilidade de mobilização de apoios e recursos existentes.
- Incapacidade de apoiar todas as famílias que solicitam apoio, uma vez que os recursos humanos são insuficientes face ao aumento do número de pedidos e do agravamento das situações.

Fonte: *Workshops* Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Agravamento do limiar de pobreza na população portuguesa e do aumento da insuficiência de recursos da população em risco de pobreza em 2022 (aumento da taxa de risco de pobreza da população portuguesa - 17% e da taxa de intensidade da pobreza - 25,6%).
- ▶ O aumento verificado em 2022 abrangeu todos os grupos etários, embora de forma mais significativa os menores de 18 anos, sendo as crianças e jovens o grupos da população mais vulnerável a risco de pobreza.
- ▶ O aumento do risco de pobreza abrangeu, igualmente, todas as famílias, com ou sem crianças, com maior predominância nos adultos a viver sozinhos (24,9%), nas famílias monoparentais (31,2%) e famílias com dois adultos e duas crianças dependentes (13,9%).
- ▶ Os dados revelam uma relação positiva entre um nível de escolaridade mais alto e a integração profissional com a redução da pobreza. População que tenham concluído o ensino básico, no máximo, e/ou estejam desempregados apresentam maior risco de pobreza.
- ▶ Apesar da tendência de decréscimo da taxa de desemprego no concelho da Amadora, em 2021, a taxa de desemprego situava-se nos 9,9%, acima do valor registado para a área da Grande Lisboa e a nível nacional. Por outro lado, regista-se um aumento do nº de inscritos no Centro de Emprego da Amadora, quando comparado o mês de dezembro de 2022 e 2023.
- ▶ Perceção de aumento das situações de carência económica e social. A fragilidade económica de algumas famílias com crianças e jovens expressa-se em 21.254 beneficiários com processamento de abono de famílias, 16.942 beneficiários com majorações ou montante adicional ao abono de família e 4.456 beneficiários com processamento da Garantia para a Infância.

➤ RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Serviços disponibilizados pela CMA para a população com maior vulnerabilidade social e económica, nomeadamente:
 - **SAAS** - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social do Município da Amadora;
 - **'Cartão Amadora Solidária'**, que pretende suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene pessoal e habitacional, e promover a melhoria das condições de vida dos munícipes em situação de carência económica;
 - **Serviço de Atendimento Social de Emergência** disponibilizado pelo Gabinete de Ação Social da CMA;
 - **Linha de Apoio Social da CMA** com vista a prestar informação sobre projetos/atividades em curso no município, procurando dar resposta a necessidades identificadas pelos munícipes.

- ▶ **Ajuda alimentar e/ou de outros bens** aos agregados em situação de vulnerabilidade, como seja:
 - 'Espaço Solidário' da responsabilidade da Cruz Vermelha Portuguesa - Amadora;
 - 'Cantina Social' da Associação Cultural Moinho da Juventude;
 - 'Lojas Solidárias' da responsabilidade das juntas de freguesia.

 - ▶ **Plano Municipal para a Igualdade da Amadora 2023-2025**, que inclui medidas locais de conciliação da vida profissional e familiar.

 - ▶ **Rede concelhia de parceiros coesa e consolidada**, que articula e congrega esforços na intervenção social no concelho.
-

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Promover uma ação social próxima e integrada, junto dos agregados com crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade social e financeira, contemplando não só o acompanhamento/intervenção, mas também o mapeamento local dos fatores de pobreza e de exclusão social que afetam as crianças e jovens do Concelho.

 - ▶ Reforçar a ação da rede concelhia que se encontra já consolidada, no sentido de rentabilizar respostas existentes e recursos humanos, em ações concertadas.

 - ▶ Apostar na criação mecanismos de trabalho partilhados entre as entidades com atuação na área social no concelho, com vista a uma maior eficácia do diagnóstico e monitorização das famílias, com crianças e jovens dependentes, em situação de pobreza e exclusão social.

 - ▶ Promover o planeamento do desenvolvimento económico local de forma integrada entre as várias áreas inerentes à intervenção social (ação social, emprego, educação, habitação...), incentivando o desenvolvimento empresarial no concelho, em particular próximo de zonas mais vulneráveis do território. Desta forma permitiria criar maior dinamismo local, mais oportunidades de trabalho e de inclusão social dos moradores dessas zonas.
-



EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO

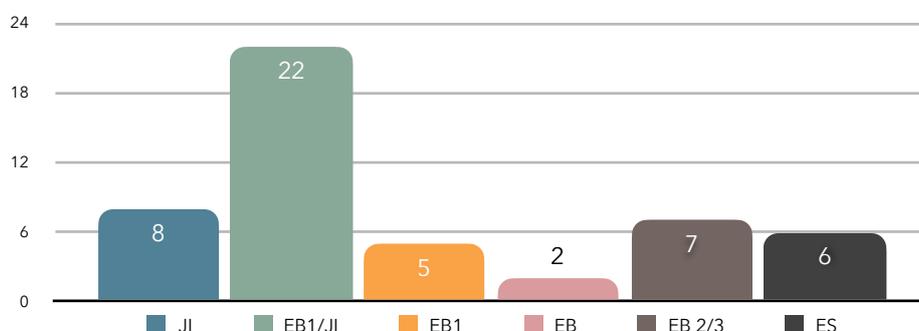
Como se caracteriza o acesso à educação no Concelho da Amadora?

O acesso a uma educação gratuita, universal e de boa qualidade assume na sociedade a função primordial de corrigir desigualdades sociais, quebrar ciclos intergeracionais de pobreza e contribuir para a criação de uma sociedade mais justa (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024).

O direito à educação e à cultura encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa e é operacionalizado através da Lei de Bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro de 1986). Cabe ao Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. Atualmente, o Estado oferece uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que visam cobrir as necessidades de toda a população, assegurando a igualdade de oportunidades de ensino a todas as crianças e jovens.

No Concelho da Amadora, existem atualmente 12 Agrupamentos de Escolas distribuídos por todo o concelho, que no total reúnem 50 equipamentos da Rede Pública de Ensino: 31 com Educação Pré-escolar, 30 com 1º Ciclo de Ensino Básico, 12 com 2º Ciclo de Ensino Básico, 13 com 3º Ciclo de Ensino Básico, 4 com Ensino Básico CEF¹⁴, 6 de Ensino Secundário (cursos gerais) e 6 com Ensino Profissional¹⁵.

Gráfico 16 - Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública de Ensino no Concelho da Amadora, por nível de ensino (ano letivo 23/24) (Nº)



Fonte: Website da CM da Amadora

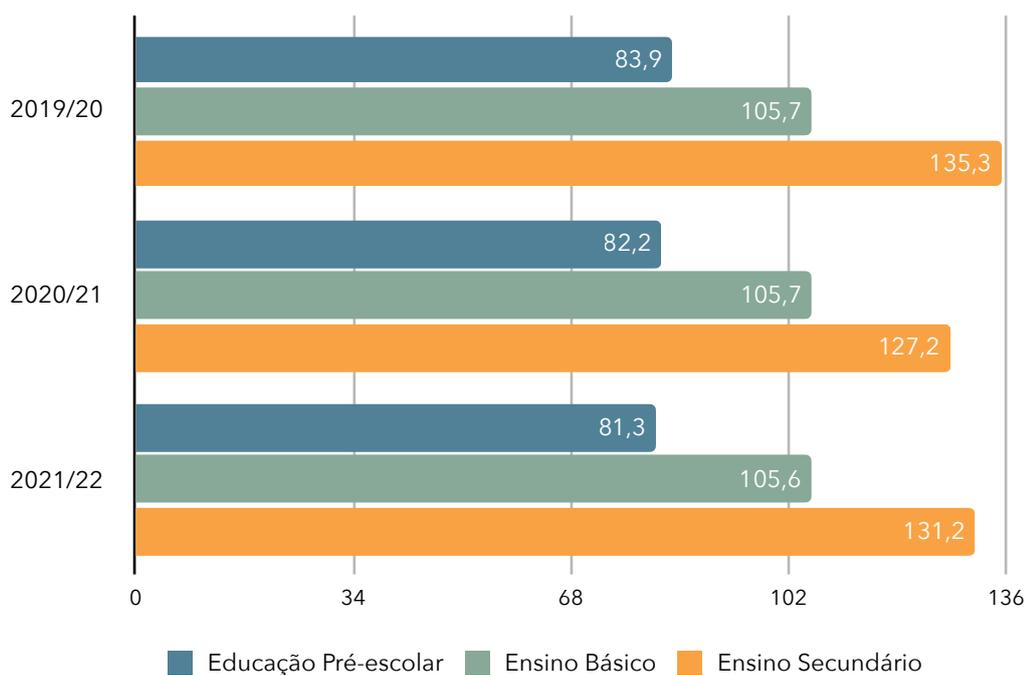
¹⁴ Cursos de Educação e Formação com equivalência ao 3º ciclo do Ensino Básico

¹⁵ Cursos Profissionais com equivalência ao Ensino Secundário

Como se observa no gráfico abaixo, no ano letivo de 2021/22, foram registadas taxas de escolarização de 81,3% para o Ensino Pré-Escolar, de 105,6% para o Ensino Básico e de 131,2% para o Ensino Secundário. Uma análise evolutiva revela uma tendência de decréscimo no caso da taxa de pré-escolarização; alguma estabilidade no que respeita ao Ensino Básico, e um aumento no caso do Ensino Secundário face ao último ano letivo, mas mais abaixo do valor registado no ano letivo 2019/2020.

No que se refere à taxa bruta de pré-escolarização no concelho, registam-se valores abaixo dos 100%, em todos os anos letivos em análise, o que indica que nem todas as crianças em idade pré-escolar estão integradas em contexto educativo. Pelo contrário, as taxas brutas de escolarização do Ensino Básico e Secundário no concelho da Amadora têm registado valores superiores a 100% nos últimos anos, o que permite concluir que todas as crianças e jovens residentes no concelho, com idade referente a estes níveis de escolaridade, se encontram integradas nos mesmos. Contudo, é importante salientar que poderão existir crianças e jovens que ainda não se encontram contabilizadas na população residente e que frequentam os estabelecimentos de educação do concelho, o que poderá contribuir para as taxas de escolarização superiores a 100%. Outro dos possíveis motivos prende-se com a frequência de crianças e jovens em níveis de escolaridade abaixo dos supostos para a sua faixa etária, devido a retenção.

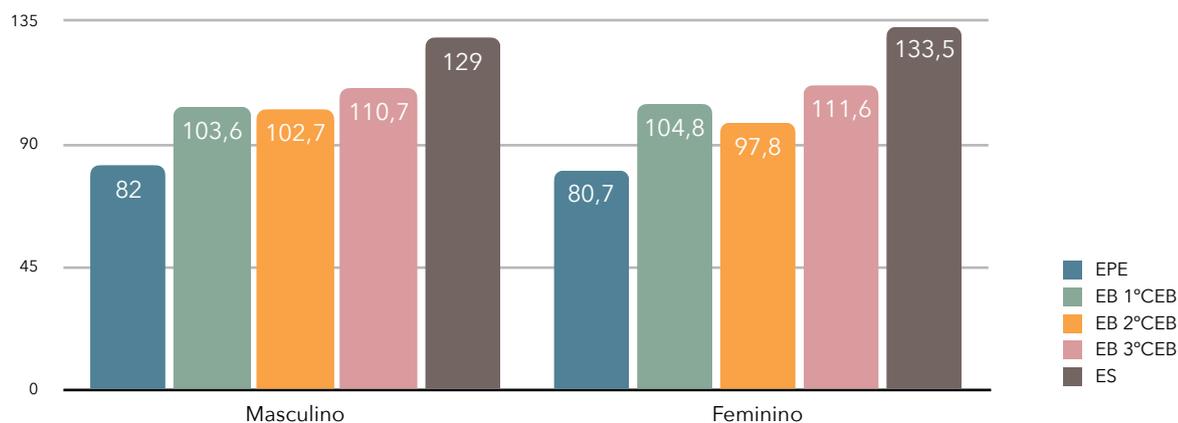
Gráfico 17 - Taxa bruta de escolarização no concelho da Amadora, por nível de ensino, entre os anos letivos 2019/20 e 2021/22 (%)



Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Quando analisadas as taxas brutas de escolarização, por sexo, destaca-se que estas são superiores para o sexo masculino ao nível da Educação Pré-escolar, verificando-se o inverso no Ensino Secundário. No caso específico do Ensino Básico, verifica-se que as raparigas apresentam maior escolarização que os rapazes no 1º e 3º ciclo, ao contrário do 2º ciclo onde a taxa é mais alta para o sexo masculino, e onde se regista a maior diferença percentual na taxa de escolarização em razão do sexo.

Gráfico 18 - Taxa bruta de escolarização no concelho da Amadora no ano letivo 2021/2022, por nível de ensino e sexo (%)

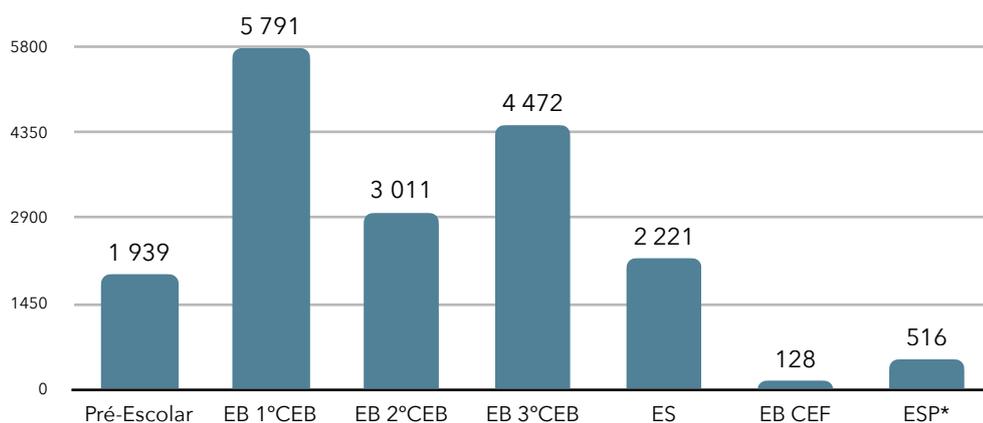


Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No ano letivo 2023/2024 encontravam-se a frequentar os estabelecimentos públicos do concelho um total de 18.197 alunos nos diferentes níveis de ensino, constatando-se um aumento face ao ano anterior (17.147).

Os dados demonstram que existe uma predominância de alunos a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico (31,8%), seguindo-se o 3º Ciclo (24,6%) e o 2º Ciclo (16,4%). De destacar que os alunos a frequentar o ensino secundário (curso científico-humanísticos) representam uma percentagem menor da população total de alunos (12,2%).

Gráfico 19 - Alunos a frequentar as Escolas do concelho da Amadora, no ano letivo 2023/2024, por nível de ensino (Nº)

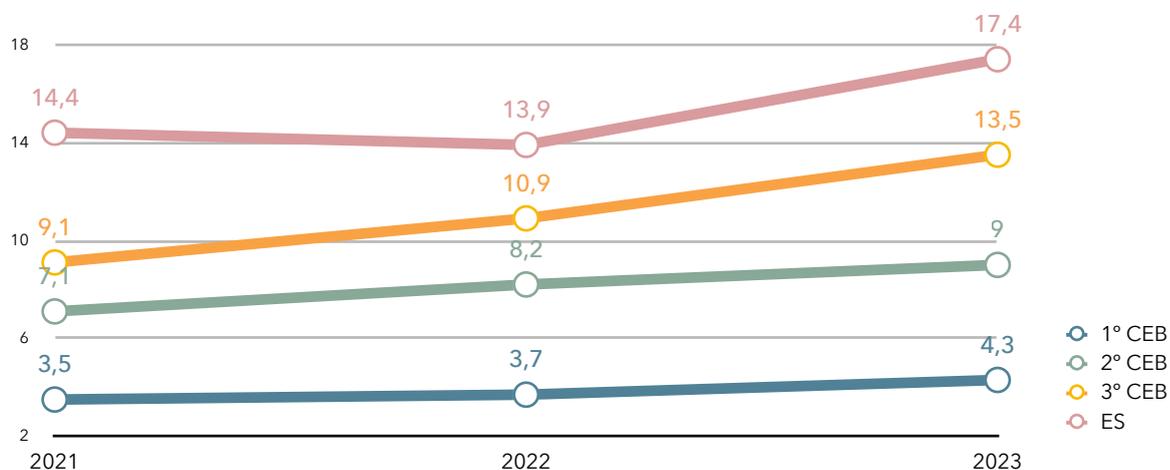


Fonte: CM da Amadora
* ESP - Ensino Profissional

A taxa de retenção e desistência no concelho, para o ensino básico e ensino secundário, tem vindo a aumentar de forma generalizada nos dois níveis de ensino, entre 2021 e 2023, verificando-se em todos os anos em análise valores superiores aos registados para a área da Grande Lisboa.

Em 2023, as taxas de retenção e desistência mais altas registam-se no ensino secundário (17,4%) e no 3º ciclo do ensino básico (13,5%). Com efeito, observa-se uma tendência de aumento dos valores registados à medida que os níveis de ensino vão crescendo, sendo indicativo de uma maior percentagem de alunos com percursos de insucesso escolar (retenção e desistência) nos níveis de ensino mais altos.

Gráfico 20 - Taxas de retenção e desistência no Ensino Básico e do Ensino Secundário, no concelho da Amadora, entre 2021 e 2023 (%)



Fonte: PORDATA

Nesta linha, importa destacar as perceções recolhidas junto das entidades com atuação na área da infância, que dão conta de um acentuado absentismo escolar, sobretudo entre os jovens, levando a percursos educativos de insucesso. De acordo com os profissionais, o absentismo pode estar associado a desmotivação dos jovens relativamente ao seu percurso escolar, mas também, em muitas situações, com a falta de supervisão parental por se tratarem de famílias com trabalhos precários e horários pouco alinhados com as necessidades das crianças/jovens.

É, ainda, referido o aumento do número de alunos estrangeiros como uma das dificuldades sentidas ao nível da educação, pela dificuldade de integração destas crianças e jovens no meio escolar, em linha com os dados recolhidos no âmbito do Diagnóstico Social e Diagnóstico de Migrantes da Amadora (2023).

Por fim, e igualmente alinhado com as perceções recolhidas no processo de Diagnóstico Social, é referida a dificuldade de integração de crianças em equipamentos de creche e pré-escolar, pelo número insuficiente de equipamentos e de vagas existentes face às necessidades, com impacto não só no desenvolvimento e integração social destas crianças, como em alguns casos na integração profissional dos pais.

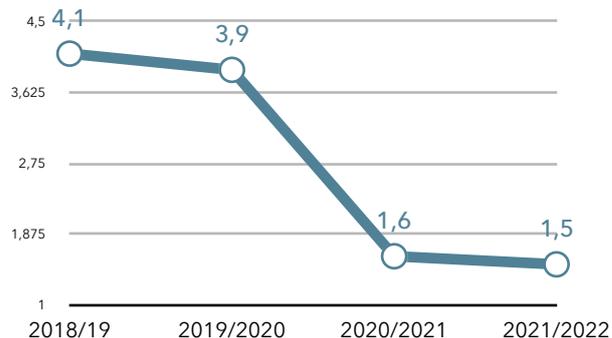
Na voz dos profissionais/entidades...

- Existência de situações de absentismo escolar acentuado, decorrente da não valorização/desmotivação escolar por parte de alguns jovens, mas também da falta de supervisão familiar em muitas situações.
- Dificuldade de integração escolar dos alunos estrangeiros, aumentando os casos de insucesso nas escolas do concelho.
- Equipamentos educativos e vagas insuficientes (creche e pré-escolar) face às necessidades existentes, com impacto no desenvolvimento psicossocial das crianças e até na integração profissional das famílias.
- Falta de recursos humanos ao nível da intervenção precoce (já mencionada em capítulo anterior).

Fonte: *Workshop* Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024

Relativamente à utilização de recursos tecnológicos, destaca-se que no Concelho da Amadora, no ano letivo 2021/2022, existia em média 1,5 alunos por computador com ligação à internet, valor que tem vindo a diminuir significativamente desde o ano letivo 2018/2019, como se observa no gráfico. A diminuição generalizada deste indicador entre 2018 e 2022 pode estar relacionada com as medidas e políticas públicas adotadas no período de pandemia, que obrigou os alunos a terem aulas à distância.

Gráfico 21 - Alunos por computador com internet, por nível de ensino, entre 2018/2019 e 2021/2022 (Nº médio)

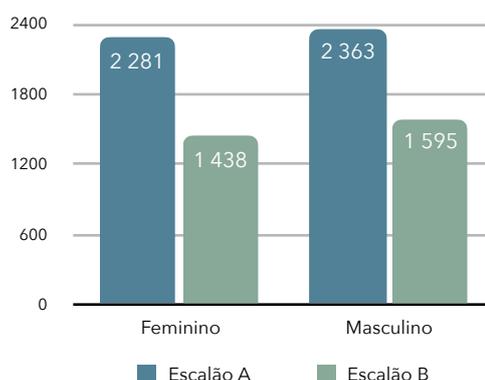


Fonte: DGEEC - Dashboard Educação em Números I Portugal

Para além das medidas de carácter universal que se dirigem a todas as crianças e jovens integradas no sistema educativo, existem apoios do Estado especialmente dirigidos às crianças em situação de pobreza, dos quais se destacam os Serviços de Ação Social Escolar (SASE) e a Cantina Escolar.

Sabe-se que o concelho da Amadora conta com um total de 7.677 crianças abrangidas pelo SASE, das quais na sua maioria são beneficiários do escalão A (60,5%) e do sexo masculino (52%). As crianças com SASE do escalão A representam 24,7% do total de alunos inscritos nas escolas do concelho e as crianças com Escalão B representam 16,1%, indicando que cerca de 40% das crianças residentes na Amadora estão abrangidas pelo SASE.

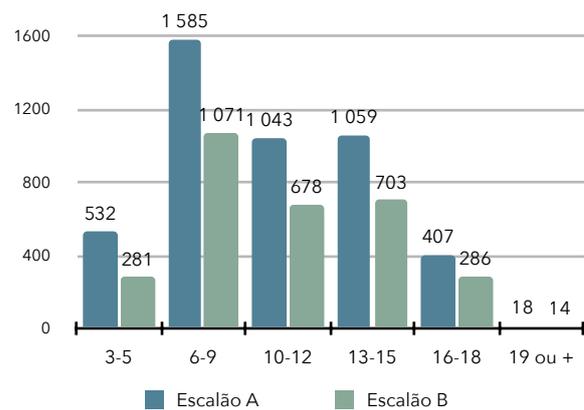
Gráfico 22 - Crianças abrangidas pelo SASE na Amadora, em 2023, por sexo e segundo os escalões (Nº)



Fonte: Departamento de Educação e Desenvolvimento Socio Cultural da CM da Amadora

Numa análise por idade, verifica-se que é no grupo etário correspondente ao 1º Ciclo do Ensino Básico (dos 6 aos 9 anos) que se regista a maior percentagem de alunos com SASE (em ambos os escalões), representando 35% de todos os alunos que recebem SASE no concelho. Seguem-se os grupos etários correspondentes ao 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (22% e 23% respetivamente).

Gráfico 23 - Crianças abrangidas pelo SASE na Amadora, em 2023, por grupo etário e segundo os escalões (Nº)



Fonte: Departamento de Educação e Desenvolvimento Socio Cultural da CM da Amadora

No que respeita ao acesso que as crianças têm às Cantinas Escolares, os dados fornecidos permitem concluir que 100% dos alunos têm acesso ao refeitório escolar no concelho da Amadora. Destaca-se, no entanto, que apenas 37,28% das crianças consome, em média, a refeição almoço, sendo que da totalidade do universo escolar 64,57% corresponde ao Pré-escolar e 1º Ciclo e 18,2% aos restantes ciclos de ensino.

Os dados demonstram, assim, a existência de uma adesão inferior a 40% do total de alunos matriculados, com menor incidência junto dos mais novos, o que poderá estar relacionado com uma maior autonomia dos alunos a partir do 2º ciclo que encontram outras alternativas ao almoço escolar, dentro ou fora da escola. Acresce o facto de a partir deste nível de ensino os horários escolares não terem a duração do dia inteiro (ou terem intervalos de almoço maiores), permitindo que alguns alunos possam almoçar em casa, o que ajudaria a explicar a baixa percentagem de alunos que opta por consumir a refeição de almoço da escola, ainda que seja um apoio disponibilizado a todos os alunos.

Estes dados são indicativos da importância de refletir acerca dos comportamentos e escolhas alimentares dos alunos e sobre estratégias que contribuam para aumentar a adesão dos alunos do concelho às refeições escolares, em particular dos alunos mais velhos.

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Aumento do número de alunos no concelho no ano letivo 2023/24 (18.197, face a 17.147 no ano de 2022).

- ▶ As taxas de escolarização do Ensino Básico e Secundário apresentam uma evolução positiva, de crescimento no Secundário e de estabilidade no Básico, contudo, a taxa de retenção e desistência no 3º CEB e no Secundário aumentou entre 2021 e 2023, registando valores superiores aos da área da Grande Lisboa (17,4% para secundário e 13,5% para 3º ciclo).

- ▶ Perceção de absentismo escolar acentuado no concelho, o que pode justificar ao aumento da taxa de retenção e desistência.

- ▶ A taxa de pré-escolarização apresenta uma tendência de decréscimo nos últimos anos, apresentando um valor de 81,3% em 2021/2022, indicando que nem todas as crianças em idade pré-escolar estão integradas em contexto educativo.

- ▶ Perceção de dificuldade de integração escolar dos alunos estrangeiros.

- ▶ Fragilidade económica de algumas famílias com crianças e jovens. Cerca de 40% das crianças residentes na Amadora estão abrangidas pelo SASE (7.677), na sua maioria beneficiárias do escalão A (60,5%) e pertencentes ao 1º Ciclo do Ensino Básico (6 aos 9 anos) (35%).

- ▶ Baixa adesão dos alunos do concelho à refeição de almoço da escola (apenas 37,3% consome, em média, a refeição almoço), sobretudo por parte dos alunos mais velhos, a partir do 2º Ciclo do Ensino Básico.

- ▶ Perceção de falta de equipamentos e de vagas, sobretudo de creche e pré-escolar, assim como de recursos humanos para um adequado acompanhamento do percurso educativo de todas as crianças, mas em particular das que apresentam maior vulnerabilidade

➤ RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ Programa **AmadoraEduca**, que visa o trabalho em rede e integrado entre as várias escolas do Município e, sobretudo, entre os diferentes graus de ensino, e do qual fazem parte diversos programas e iniciativas, entre os quais as Atividades de Enriquecimento Curricular, Programa "Aprender & Brincar", Projeto Orquestra Geração, Evento AmadoraEduca, Prémio de Mérito Académico, entre outros.

- ▶ **App Amadora Educa** que visa uma comunicação mais próxima com as famílias permitindo aos pais/encarregados de educação aceder a informações sobre a vida escolar dos seus educandos

- ▶ **Projeto 'Amadora Sorri'**, um projeto socioeducativo de resposta ao combate ao abandono e insucesso escolar, com o objetivo reintegrar crianças e jovens no sistema educativo (projeto desenvolvido no âmbito da parceria entre a CM da Amadora, a Empresa Municipal Amadora Inova e o Agrupamento de Escolas de Alfovelos, em articulação com a rede escolar do Concelho da Amadora).
- ▶ **Ação Social Escolar**, medida de apoio às famílias para comparticipação de despesas escolares dos alunos que frequentam escolas públicas, particulares, cooperativas e profissionais, conforme o Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho.
- ▶ Existência de **Gabinete de Acolhimento para alunos estrangeiros** e um **Programa de Mentorias** no AE Amadora Oeste.
- ▶ Instituição do **Prémio de Mérito Académico** pela Autarquia em parceria com os Serviços Intermunicipais de Águas e Saneamento | Oeiras e Amadora, que distingue, anualmente, os melhores alunos do ensino secundário das escolas da rede pública, privada e solidária do município.
- ▶ Iniciativas educativas desenvolvidas pela Autarquia, no âmbito da arte e do desporto, como sejam 'Mostra de Teatro das Escolas'; 'Arte na Escola' (exposição anual) e 'Jogos Juvenis Escolares'.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Face à realidade local, com o aumento das taxas de retenção e desistência e acentuado absentismo escolar, torna-se importante refletir sobre a definição e implementação de medidas/ações locais específicas no âmbito da promoção do sucesso escolar, nomeadamente através de estratégias que incentivem o envolvimento da família na vida escolar.
- ▶ Desenvolver medidas/ações de apoio ao estudo nas escolas do concelho, apostando na implementação de projetos com vista ao aumento do sucesso escolar.
- ▶ Tendo por base uma abordagem sistémica e holística da intervenção na área da educação, são fundamentais as equipas de intervenção local que promovam a valorização da escola e do processo formativo das crianças e jovens, bem como um trabalho ao nível da definição de projetos de vida que valorizem a sua educação e formação.
- ▶ Reduzir as desigualdades em razão da nacionalidade no processo de integração escolar, apoiando a reflexão sobre a flexibilidade dos projetos educativos nas escolas de forma a contemplar as especificidades dos alunos estrangeiros.
- ▶ Atendendo à baixa adesão dos alunos à refeição do almoço, importa:
 - Promover a reflexão conjunta sobre as estratégias mais adequadas para aumentar a adesão às refeições escolares, focando o equilíbrio entre uma alimentação nutritiva e a diversificação da oferta das escolas;
 - Investir e apoiar iniciativas de educação alimentar nas escolas do concelho, com vista a aumentar o conhecimento e competências de alunos e suas famílias neste domínio.
- ▶ Dar continuidade (e/ou reforçar) ao desenvolvimento de projetos que possibilitem a participação de todos os alunos do concelho em atividades extracurriculares, como sejam as iniciativas de cariz artístico e/ou desportivo.



**RESPOSTAS
EDUCATIVAS E SOCIAIS
PARA A 1^o INFÂNCIA**



RESPOSTAS EDUCATIVAS E SOCIAIS PARA A 1ª INFÂNCIA

Que respostas de educação e sociais existem no Concelho para as crianças até aos 6 anos de idade?

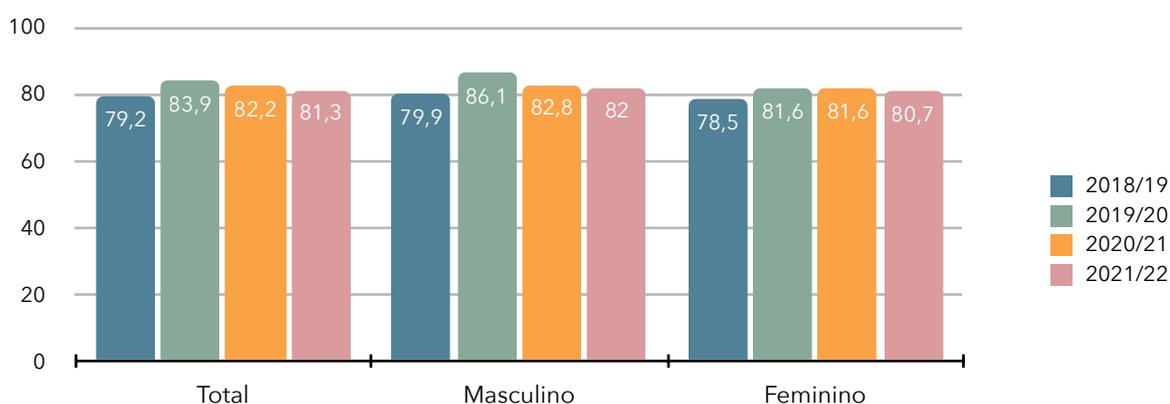
A existência de uma rede de equipamentos e serviços sociais de primeira infância com capacidade para responder às necessidades das famílias, revela-se um fator determinante para o bem-estar e a melhoria das condições de vida das famílias e das crianças e jovens (PAGPI 2022-2030).

Dados de 2022, indicam que Portugal integra o conjunto dos países da UE com maior taxa de crianças menores de 3 anos integradas em respostas de educação e acolhimento (45,9%), acima da média da UE (35,7%). Por sua vez, entre as crianças com idades entre os 3 e os 6 anos - educação pré-escolar - a taxa de frequência, em 2021, era de 90,5%, abaixo da média da UE (92,5%) (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024), mas ainda assim alta.

A realidade do concelho da Amadora parece reforçar estes dados. Com efeito, a taxa de pré-escolarização no concelho foi de 81,3% no ano letivo 2021/2022. É possível constatar uma tendência de decréscimo desde o ano letivo de 2019/20 possivelmente explicado pelo contexto de pandemia, registando-se, no entanto, um aumento de cerca de 2,1% face ao ano letivo 2018/19.

Numa análise comparativa por sexo, verifica-se que é superior para o sexo masculino em todos os anos letivos em análise, apresentando uma diferença de 1,3 pontos percentuais no ano letivo 2021/22.

Gráfico 24 - Taxa bruta de pré-escolarização no concelho da Amadora entre os anos letivos 2018/20 e 2021/22 (%)

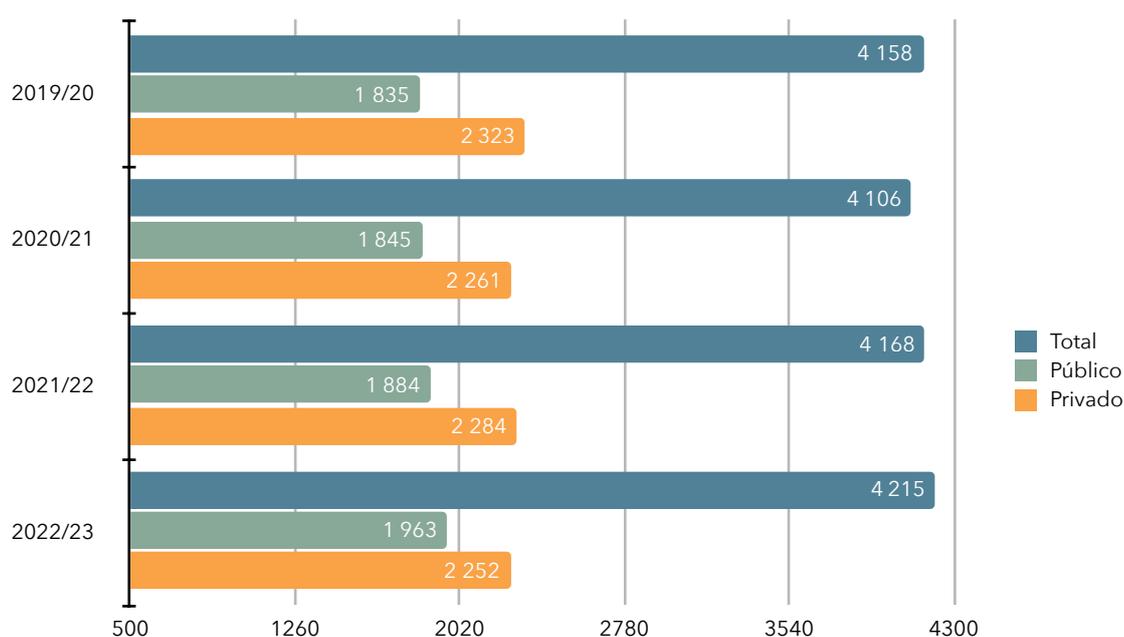


Fonte: INE - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

No que se refere à resposta de creche, os dados indicam que, em 2023, existia um total de 1.828 crianças inscritas. Quanto ao ensino pré-escolar, no ano letivo de 2022/23, existiam 4.215 crianças inscritas nestes equipamentos na Amadora, na sua maioria em estabelecimentos privados (53,4%). Como se verifica, após uma diminuição em 2020/2021 (que não é indiferente ao contexto de pandemia), o número de crianças a frequentar o ensino pré-escolar apresenta uma tendência de crescimento, desde o ano letivo de 2020/2021, registando-se um aumento de cerca de 2,6% face a esse ano.

De salientar que, em todos os anos em análise, o número de crianças inscritas em estabelecimentos de ensino privados foi sempre superior ao número de crianças inscritas em estabelecimentos públicos. Contudo, salienta-se o facto de, em 2022/23, se verificar um aumento dos alunos no ensino público (mais 79 crianças) e uma ligeira diminuição das crianças a frequentar estabelecimentos privados (menos 32 crianças).

Gráfico 25 - Número de crianças inscritas em pré-escolar, por natureza do estabelecimento de ensino, no concelho da Amadora entre os anos letivos 2019/20 e 2022/23 (Nº)



Fonte: DGEEC - Dashboard Educação em Números I Portugal

Em Portugal, a implementação das políticas de cuidados à primeira infância e de educação, passa pelo desenvolvimento de respostas de enquadramento social e educativo para as crianças na primeira infância e em idade pré-escolar, permitindo às famílias uma maior conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (Coordenação Nacional Garantia para a Infância, 2024). As respostas existentes podem ser prestadas pelo setor público, privado ou solidário.

No caso particular da resposta de **Creche**, o concelho da Amadora conta atualmente com um total de 41 equipamentos, das quais a maior parte pertencem à rede privada lucrativa (n=10) e à rede solidária, nomeadamente Solidariedade Social (n=15). Estes equipamentos apresentam atualmente uma capacidade total para 1993 crianças e um total de utentes de 1828, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 91,7%¹⁶.

Figura 8 - Número de creches no concelho da Amadora, em 2023, segundo a natureza jurídica (Nº)



Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2024

No que se refere aos **equipamentos de pré-escolar** da rede escolar pública do concelho, no ano letivo 2023/24 contabilizava-se um total de 31 - 7 Jardins de Infância e 23 EB 1/JI - para um total de 1.939 crianças matriculadas. Dados referentes ao ano letivo 2022/23 indicavam a existência de 32 Jardins de Infância privados no concelho¹⁷.

¹⁶ Importa salientar que à data de recolha dos dados apresentados já se encontrava em vigência o Programa 'Creche Feliz'. Contudo, os dados não foi possível obter dados desagregados, não sendo possível contabilizar as 'vagas creche feliz'.

¹⁷ Fonte: DGEEC - Dashboard Educação em Números I Portugal

Figura 9 - Número de equipamentos pré-escolar no concelho da Amadora, no ano letivo 2023/2024, por Agrupamento de Escolas (Nº)



Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2024

Ainda que a CM da Amadora cumpra os rácios de pessoal definidos pelo Ministério da Educação para as escolas, as perceções recolhidas junto dos profissionais apontam para a falta de recursos humanos para o acompanhamento de grupos específicos, como seja a intervenção precoce, os alunos com NEE e os alunos estrangeiros, face ao aumento do número de casos. Adicionalmente, e como já referido no capítulo anterior, de acordo com os profissionais, existe uma insuficiência dos equipamentos de infância no concelho, ao nível de creche e jardim de infância (*Workshop Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024*).

OUTROS PROGRAMAS EDUCATIVOS E RESPOSTAS SOCIAIS NA ÁREA DA INFÂNCIA

O Município da Amadora disponibiliza outras respostas educativas direcionadas à população mais jovem, em particular as crianças, designadamente:

- **Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC):** são uma parte importante do ambiente escolar, proporcionando aos alunos experiências lúdicas, formativas e culturais que abrangem os domínios do desporto, arte, ciência e tecnologia, permitindo enriquecer o currículo escolar e oferecer oportunidades de aprendizagem além das aulas regulares. Na Amadora, as AEC funcionam em todas as escolas do 1.º Ciclo da rede pública municipal e complementam as atividades letivas até às 17h30. A Câmara Municipal promove o Programa em colaboração com os Agrupamentos de Escolas, ficando a operacionalização a cargo de entidades públicas e Instituições Particulares de Solidariedade Social.
- **Programa Aprender & Brincar:** decorre da parceria da Câmara Municipal com instituições e funciona antes e/ou depois do horário escolar e nas férias. Consiste na dinamização de atividades pedagógicas que integram jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, que têm como objetivo promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor das crianças. É dirigido às crianças em idade de pré-escolar, na modalidade de Atividades de Animação e Apoio Familiar - AAAF, e de 1.º ciclo do ensino básico, na modalidade de Componente de Apoio à Família - CAF, que frequentam os estabelecimentos escolares da rede pública.
- **Programa de Sensibilização e Educação para a Redução dos Riscos:** visa consciencializar a comunidade escolar sobre a importância de identificar e diminuir os riscos em diferentes contextos da vida, através de estratégias e atividades que complementam os currículos escolares, abordando questões relacionadas com a segurança, riscos e medidas de autoproteção em diferentes áreas.
- **Orquestra Geração Amadora:** inspirado no "Sistema de Orquestras Infantis e Juvenis da Venezuela", tem como objetivo facilitar o acesso à prática de orquestra a crianças e jovens, focando o desenvolvimento social através da música, e enfatizando o esforço coletivo como fator-chave para a motivação para o trabalho em equipa, promovendo valores como cooperação, rigor e respeito pelos outros.

A nível social, destacam-se medidas implementadas pelo Município da Amadora que contemplam:

- **Ação Social Escolar:** medida de apoio às famílias para comparticipação de despesas escolares dos alunos que frequentam escolas públicas, particulares, cooperativas e profissionais, conforme o Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho. Através desta medida, podem ser comparticipadas as despesas com material escolar e refeições, sendo que na educação pré-escolar a ASE destina-se a participar, exclusivamente, as despesas de refeição.
- **Transporte Escolar:** visa assegurar, organizar e gerir o transporte, de modo a garantir uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso à Educação - Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, através de medidas como o Título de Transporte gratuito ou Transporte Adaptado - Circuitos Especiais destinado a alunos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE).

Fonte: *Website* da CM Amadora

Importa, destacar a existência de medidas a nível nacional que têm contribuído para a defesa de uma “Educação Para Todos”, nomeadamente i) ao nível da descentralização e transferência de competências na área da Educação para as autarquias locais, o que tem permitido maior autonomia na tomada de decisões ajustadas às necessidades locais, da escola, das famílias e dos alunos (Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro, Lei n.º 5-A/2002, Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de julho); ii) e o Programa ‘Creche Feliz’, que consiste na gratuidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, com vista à integração e igualdade de acesso de oportunidades a todas as crianças independentemente do contexto socioeconómico em que vivem.

PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Tendência de crescimento do número de crianças inscritas em equipamentos de educação pré-escolar no concelho da Amadora, entre o ano letivo 2020/21 e 2022/23. No ano letivo 2022/23, registou-se um total de 4.215 crianças nestes equipamentos, na sua maioria em estabelecimentos privados e da rede solidária (54,8%). Em 2023, existiam 1.828 crianças inscritas em creche.

- ▶ Apesar do aumento do número de crianças inscritas, verifica-se uma tendência de decréscimo da taxa de pré-escolarização, entre ano letivo 2019/20 e 2021/22, indicando que nem todas as crianças em idade pré-escolar estão integradas em contexto educativo.

- ▶ O concelho conta, em 2023, com 41 creches, na sua maioria pertencentes à rede privada e rede solidária, com uma taxa de cobertura próxima do seu limite (91,7%).

- ▶ Contabilizam-se 31 equipamentos de pré-escolar da rede escolar pública do concelho, no ano letivo 2023/24, para um total de 1.939 crianças matriculadas. Dados referentes ao ano letivo 2021/22 indicam a existência de 32 Jardins de Infância privados no concelho.

- ▶ Perceção de número insuficiente de equipamentos e vagas nas respostas para a infância (em particular de creche).

- ▶ Perceção de falta de recursos humanos/técnicos especializados para o acompanhamento de grupos específicos, como seja as crianças com necessidade de intervenção precoce, os alunos com NEE e os alunos estrangeiros, face ao aumento de casos.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Promover a reflexão conjunta sobre a estratégia local para aumentar a taxa de cobertura das respostas sociais de 1ª infância.

- ▶ Potenciar a qualificação das respostas sociais e educativas para a infância, bem como um maior ajustamento do funcionamento destas respostas à realidade laboral das famílias.

A grayscale photograph of a hand holding a small, light-colored heart. The hand is positioned in the upper left, with fingers gently cupping the heart. The background is a blurred, striped fabric.

SAÚDE



SAÚDE

Como se caracteriza o acesso à saúde das crianças e jovens residentes no Concelho da Amadora?

O nível de saúde das populações é um dos fatores preponderantes no desenvolvimento das sociedades, sendo os aspetos socioeconómicos uma das variáveis mais significativas na base das desigualdades em saúde (PAGPI 2022-2030). Neste sentido, torna-se importante refletir acerca do acesso efetivo aos cuidados de saúde por parte da população, na medida em que o direito à proteção da saúde está consagrado como um dever e um direito de acesso universal, estando consagrada, em Portugal, a gratuitidade total de acesso por isenção de pagamento de taxas moderadoras a todas as crianças até aos 18 anos.

O Agrupamento de Centros de Saúde do Concelho da Amadora (ACES Amadora) integrou, desde janeiro de 2024, a Unidade Local de Saúde de Amadora/ Sintra, que pretende agregar, numa única entidade, o Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (HFF), o futuro Hospital de Proximidade de Sintra e os Centros de Saúde de Amadora e Sintra, servindo uma população de cerca de 600 mil pessoas.

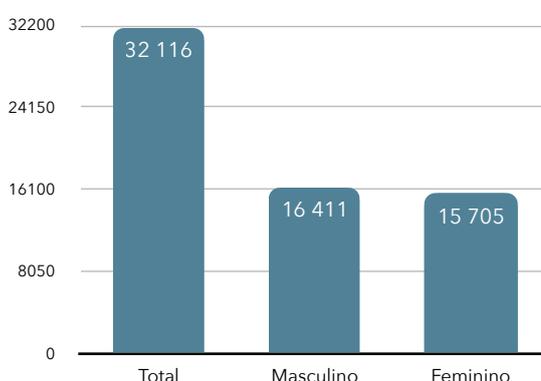
O ACES da Amadora é constituído por 10 unidades funcionais, nomeadamente 7 Unidades de Saúde Familiares (USF) e 3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP).

À data de dezembro de 2023, encontravam-se inscritos nos ACES da Amadora um total de 181.238 utentes inscritos, para um total de 81 médicos de família, perfazendo um rácio de cerca 2.237 utentes por médico de família. De destacar o facto do número de pessoas inscritas no ACES ser superior ao número de habitantes residentes no concelho (em 2021), o que pode estar relacionado com o facto de algumas pessoas manterem a inscrição no Centro de Saúde apesar de já não residirem no concelho.

Entre os utentes inscritos, 32.116 eram crianças e jovens até aos 17 anos, correspondendo a 17,7% do total de utentes.

De acordo com os dados fornecidos, 51,1% eram do sexo masculino e 48,9% eram do sexo feminino, existindo um maior número de inscritos na faixa etária correspondente ao 1º ciclo (7.567 utentes, representando 23,6% do total de crianças e jovens inscritos). Seguem-se os utentes entre os 13 e os 15 anos (5.699 inscritos; 17,7% face ao total) e os utentes em idade pré-escolar, dos 3 aos 5 anos (5.427 inscritos; 16,9% face ao total), e correspondente ao 2º ciclo, dos 10 aos 12 anos (5.408 inscritos; 16,8% face ao total).

Gráfico 26 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, em dezembro de 2023, por sexo e condição relativa a médico de família (Nº)



Fonte: URAP Amadora, 2024

Como se observa, na sua maioria, as crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora tinham médico de família (69,6%), embora a percentagem de inscritos sem médico de família¹⁸ seja ainda elevada (9.704 utentes, correspondendo a 30,2%), sendo mais alta nas crianças na primeira infância (36,9% até aos 2 anos; 31,5% entre 3 e 5 anos).

Tabela 5 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, em dezembro de 2023, por grupo etário e condição face a médico de família (Nº)

Grupo Etário	Com médico de família	Sem médico de família	Total por grupo etário	% de utentes sem médico de família, por grupo etário
Até 24 meses	2850	1669	4526	36,9%
3 - 5 anos	3703	1712	5427	31,5%
6-9 anos	5382	2171	7567	28,7%
10- 12 anos	3877	1517	5408	28,1%
13 - 15 anos	4032	1652	5699	29,0%
16-17 anos	2497	983	3489	28,2%
Total	22341	9704	32116	30,2%

Fonte: URAP Amadora, 2024 (dados de dezembro de 2023)

¹⁸ Não foram consideradas as crianças e jovens inscritos sem médico por opção

Os dados revelam que no ano de 2023 foi realizado um total de 41.673 consultas no âmbito da Saúde Infantil do ACES da Amadora. Verifica-se uma taxa de utilização destes serviços de 58% por parte das crianças e jovens inscritos, destacando-se o grupo de crianças até aos 4 anos de idade com o maior número de consultas (n=19.783) e maior percentagem de utilização destes serviços (87,6%), face aos restantes grupos etários.

Tabela 6 - Dados referentes à Saúde Infantil do ACES da Amadora, em 2023 (Nº; %)

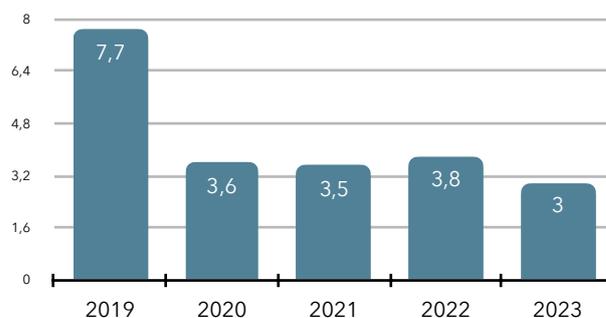
Grupo Etário	Nº de consultas	Nº de utilizadores	Nº de Inscritos	% de utilização dos serviços das crianças inscritas
0-4 anos	19783	7183	8196	87,6%
5-9 anos	8959	4745	9455	50,2%
10-14 anos	6492	3687	9403	39,2%
15-19 anos	6439	3195	5396	59,2%
Total	41673	18810	32450	58,0%

Fonte: URAP Amadora, 2024

Estudos longitudinais evidenciam que os benefícios de um desenvolvimento infantil saudável se prolongam até à idade adulta, nomeadamente, o peso à nascença, o crescimento infantil e o desenvolvimento físico e cognitivo estão associados às capacidades físicas e cognitivas dos adultos mais velhos (inclusive no que respeita à esperança de vida) (Clark et. al, 2020), sendo por isso importante analisar alguns indicadores de saúde.

No concelho da Amadora, a taxa de mortalidade infantil tem-se mantido estável nos últimos anos. Em 2023, registaram-se cerca de 3 mortes de crianças com menos de 1 ano, por cada 1000 nascimentos, representando um decréscimo significativo comparativamente ao ano de 2019.

Gráfico 27 - Taxa de mortalidade infantil no concelho da Amadora, nos anos 2019 a 2023 (%)

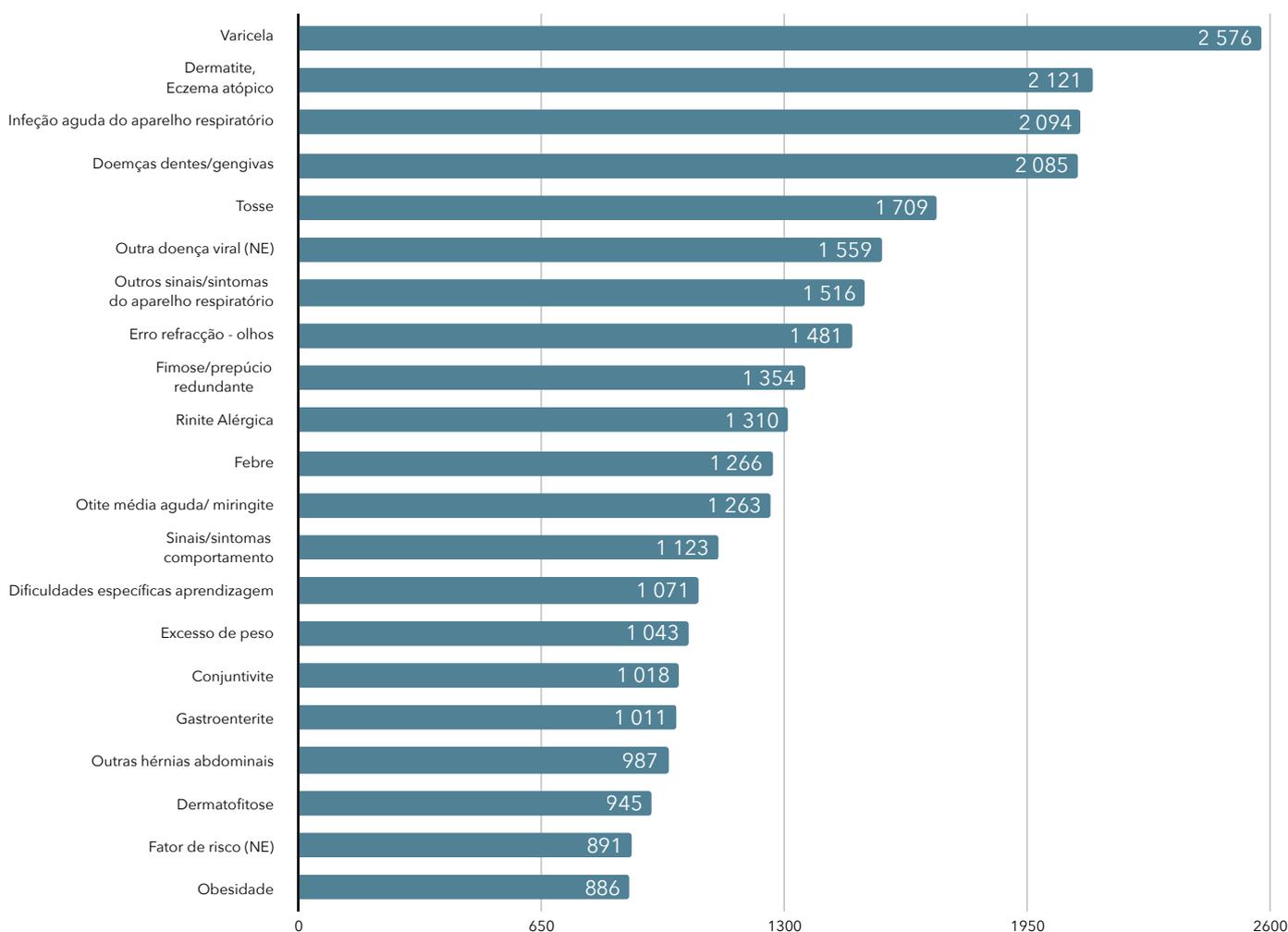


Fonte: PORDATA, 2024

Outro indicador positivo relaciona-se com a elevada taxa de vacinação registada no ACES da Amadora nas crianças até aos 24 meses: 92,9% para crianças com menos de 1 ano de idade e 106,9% acima de 1 ano de idade¹⁹.

No que respeita às principais doenças identificadas na população infanto-juvenil abrangida pela ACES da Amadora, destacam-se a varicela (n=2.576), a dermatite e eczema atópico (n=2.121), a infeção aguda do aparelho respiratório superior (n=2.094) e doenças dos dentes/gengivas (n=2085), como as que apresentam o maior número de problemas. De destacar as doenças relacionadas com excesso de peso e obesidade, que no seu conjunto representaram, em 2023, um total de 1.929 problemas.

Gráfico 28 - Principais doenças nas crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora (top 20), em 2023 (Nº - quantidade de problemas)



Fonte: URAP Amadora, 2024

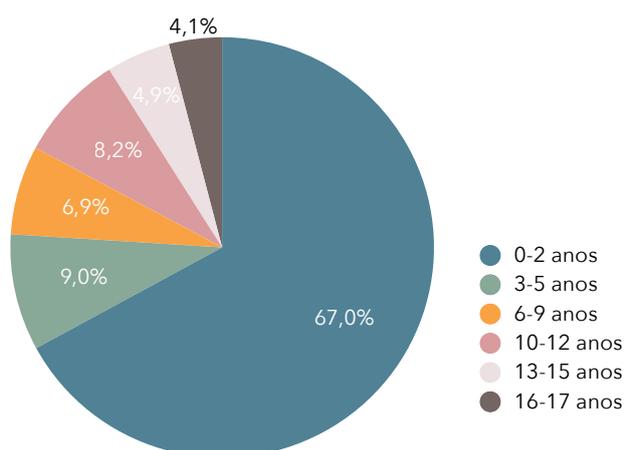
¹⁹ No caso das crianças acima de 1 ano foi contabilizada a vacinação de inscritos e não inscritos, o que pode explicar a percentagem acima dos 100%

Sabe-se que as crianças que vivem em situação de pobreza ou em contextos mais desfavorecidos são mais suscetíveis a encontrarem obstáculos no acesso a uma alimentação saudável e a um estado nutricional adequado (PAGPI 2022-2030).

De acordo com os dados do estudo COSI Portugal²⁰, em 2021/2022, 13,5% das crianças portuguesas (6-8 anos) apresentavam obesidade e 31,9% excesso de peso (incluindo obesidade), tendo-se verificado um aumento de 1,6 pp de obesidade e 2,2 pp na prevalência de excesso de peso infantil, entre 2019 e 2022.

No concelho da Amadora, em dezembro de 2023, as crianças e jovens (até 17 anos) inscritos no ACES da Amadora com esta patologia representavam 4,4% do total de inscritos (n=1.429), sendo mais prevalente nas crianças até aos 2 anos (958 casos, representando 67% do total de utentes com esta patologia).

Gráfico 29 - Crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora, dos 0 aos 17 anos, com obesidade (%)



Fonte: URAP Amadora, 2024

De acordo com as perceções recolhidas, tem aumentado o número de crianças que fazem as suas refeições na escola, podendo ser indicativo de uma maior dificuldade por parte das famílias em assegurar a alimentação das crianças. Contudo, e não obstante a perceção dos profissionais auscultados, como mencionado acima, a adesão ao almoço escolar é baixa (37,28%), o que reforça a necessidade de promover uma reflexão conjunta (entre entidades) acerca dos fatores que contribuem para este fenómeno, mas também sobre as estratégias mais adequadas para aumentar a adesão das famílias à refeição escolar, assim como a uma alimentação variada e nutricionalmente mais equilibrada.

²⁰ Integrado no *Childhood Obesity Surveillance Initiative* da Organização Mundial da Saúde (OMS Europa)

No que se refere à área da saúde, os profissionais destacam, ainda, a dificuldade de acesso aos cuidados de saúde (primários e de especialidade), quer pela insuficiência das respostas, pelo tempo de espera prolongado para consultas de especialidade no serviço nacional de saúde e pela falta de recursos humanos para responder às necessidades, reforçando as perceções recolhidas no âmbito do Diagnóstico Social. De acordo com os profissionais, esta situação torna-se ainda mais evidente no que respeita à saúde mental.

O aumento das situações de carência económica (como mencionado acima) impossibilita o acesso a respostas/serviços privados, condicionando ainda mais o acesso a cuidados de saúde.

Na voz dos profissionais/entidades...

- Dificuldade (generalizada) de acesso aos cuidados de saúde, quer pelo número insuficiente de respostas face às necessidades (ao nível dos cuidados primários e de especialidade), quer pelos tempos de espera muito prolongados para consultas de especialidade, como é o caso da área da saúde mental.
- Falta de recursos técnicos na área da saúde mental, quer em contexto dos serviços de saúde, quer em contexto escolar.
- Necessidade de apostar em repostas/ações preventivas da saúde física e mental, desde a infância.
- Dificuldade das famílias em garantirem uma alimentação nutritiva e diversificada às crianças (pelas dificuldades financeiras, bem como por falta de competências neste âmbito).
- Aumento do consumo de substâncias e de comportamentos aditivos na camada mais jovem da população.

Fonte: *Workshop* Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ 181.238 utentes inscritos no ACES da Amadora, dos quais 17,7% eram crianças jovens até aos 17 anos, existindo um maior número de inscritos na faixa etária correspondente ao 1º ciclo (23,6% do total de crianças e jovens inscritos) (dezembro de 2023).
- ▶ 81 médicos de família no ACES da Amadora, perfazendo um rácio de cerca 2.237 utentes por médico de família (dezembro de 2023).
- ▶ A maioria das crianças e jovens inscritos no ACES da Amadora tinham médico de família (69,6%), embora a percentagem de inscritos sem médico de família seja ainda elevada (30,2%), sobretudo nas crianças na primeira infância (68,4% entre 0 e 5 anos).
- ▶ Taxa de utilização dos serviços de Saúde Infantil do ACES da Amadora de 58%, destacando-se o grupo de crianças até aos 4 anos de idade com o maior número de consultas realizadas no ano de 2023.
- ▶ Taxa de mortalidade infantil no concelho apresenta um decréscimo significativo face a 2019, mantendo-se estável desde então, podendo estar relacionado com a diminuição da taxa de natalidade entre 2020 e 2022 (anos de pandemia), mas também com a prestação de cuidados de saúde de qualidade, nomeadamente a elevada taxa de vacinação que se regista no ACES da Amadora nas crianças até aos 24 meses.
- ▶ As doenças relacionadas com excesso de peso e obesidade ganham destaque entre as principais doenças identificadas na população infanto-juvenil. Em dezembro de 2023, os casos de obesidade de crianças e jovens representavam 4,4% do total de inscritos, sendo mais prevalente nas crianças até aos 2 anos.

➤ RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ O concelho é servido pelo Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca e por 10 UF (ACES Amadora), tendo integrado recentemente a Unidade Local de Saúde de Amadora/ Sintra.
- ▶ **Clínica Solidária** dirigido a toda a população, em particular à comunidade migrante, disponibilizados pela AJPAS.
- ▶ Município da Amadora integra a **Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis**, que tem como missão apoiar a divulgação, implementação e desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis, dando conta do compromisso da autarquia em assumir a promoção da saúde como uma prioridade de intervenção.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Garantir o acesso de todas as crianças e jovens residentes no concelho a cuidados de saúde primários.

- ▶ Promover a reflexão conjunta em torno do planeamento estratégico no âmbito da intervenção em saúde mental junto das crianças e jovens, com vista a uma atuação integrada ao nível da prevenção, monitorização e acompanhamento.

- ▶ Apostar na implementação de programas/ações locais (interinstitucionais) de prevenção e promoção da saúde, dirigidos à população mais jovem, sobretudo em contexto escolar.

- ▶ Reforçar o desenvolvimento de ações de sensibilização e de acompanhamento das famílias com crianças e jovens dependentes no sentido de promover hábitos alimentares saudáveis.

- ▶ Investir e apoiar iniciativas de educação alimentar nas escolas do concelho, com vista a aumentar o conhecimento e competências de alunos e suas famílias neste domínio.

- ▶ Atualizar o conhecimento sobre a realidade do concelho na área da saúde, nomeadamente através da atualização do Perfil de Saúde da Amadora e da Carta de Equipamentos de Saúde do concelho e sua respetiva divulgação.



HABITAÇÃO



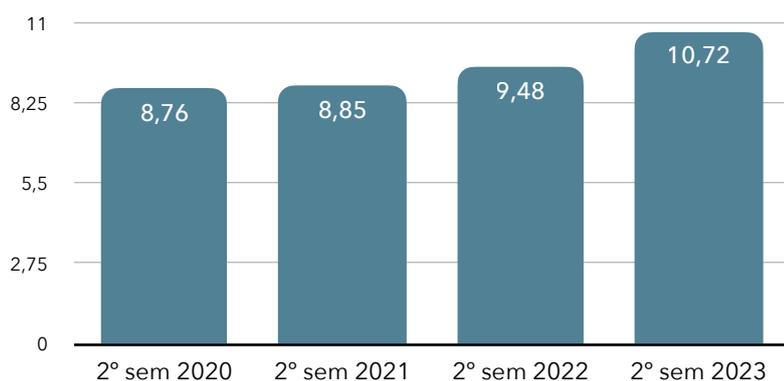
HABITAÇÃO

Como se caracteriza as condições de habitação das crianças e jovens residentes no Concelho da Amadora?

Como já referido no presente relatório, o acesso a habitação adequada é uma das dimensões cruciais no garante de condições de vida dignas da população. Neste sentido, a carência de habitação e/ou as más condições de habitabilidade são dimensões com impacto significativo no risco de pobreza das crianças, podendo constituir obstáculos no acesso à educação, à saúde e ao seu bem-estar geral (PAGPI 2022-2030).

A falta de acesso a habitações, para arrendar e para adquirir, a preços acessíveis é um dos constrangimentos identificados a nível nacional. No Concelho da Amadora, o valor mediano das rendas por m², de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, tem vindo a aumentar consideravelmente nos últimos anos. No 2º semestre de 2023 o valor mediado por m² foi de 10,72€ (mais 1,24€ face a período homólogo do ano anterior). De salientar, ainda, o facto deste valor se encontrar acima do valor registado em Portugal (7,21€), mas abaixo do registado na AML (11,05€).

Gráfico 30 - Valor mediano das rendas por m², de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, no concelho da Amadora, nos segundos semestres dos anos 2020, 2021, 2022 e 2023 (€)



Fonte: INE - Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local

As perceções recolhidas junto dos profissionais alinham-se com os dados apresentados, identificando uma situação de crise habitacional no concelho (à semelhança do que acontece em todo o país), marcada pela dificuldade das famílias

em suportar os custos com habitação, originando o aumento das situações de sobrelotação habitacional ou mesmo de despejos (*Workshop Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024*).

Numa análise relacional entre o risco de pobreza (monetária) e os indicadores de privação habitacional estabelecidos, em 2023, 27,7% dos agregados familiares portugueses encontravam-se em situação de sobrelotação da habitação, 14,8% em situação de privação severa das condições de habitação e 18,8% apresentavam sobrecarga de despesas habitacionais, valores em muito superiores aos agregados sem risco de pobreza (9,8%; 4,2% e 2,0% respetivamente).

Constata-se, assim, que a população pobre sofre de maior privação habitacional em todas as dimensões (comparativamente à população não pobre), verificando-se um aumento das dificuldades face aos anos anteriores, no que respeita à sobrelotação e à privação severa das condições de habitação.

Tabela 7 - Indicadores de privação habitacional, por condição de pobreza, em Portugal, 2020-2023 (%)

Indicadores	Em risco de pobreza				Sem risco de pobreza			
	2020	2021	2022	2023	2020	2021	2022	2023
Taxa de sobrelotação da habitação	14,3	18,8	20,5	27,7	8,0	8,7	7,2	9,8
Taxa de privação severa das condições de habitação	7,2	x	x	14,8	3,3	x	x	4,2
Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	17,3	24,0	19,4	18,8	1,5	1,8	2,2	2,0

Fonte: INE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2023

x Dado não disponível

A análise dos dados revela, ainda, que o risco de viver numa situação de insuficiência do espaço habitacional e em privação severa das condições de habitação era mais significativo para a população mais jovem (21,8% e 14,8% para o grupo etário até aos 17 anos respetivamente), diminuindo com a idade, e para a população residente em áreas predominantemente urbanas (14,9% e 7,7% respetivamente). A taxa de sobrecarga das despesas de habitação regista a mesma tendência de predominância.

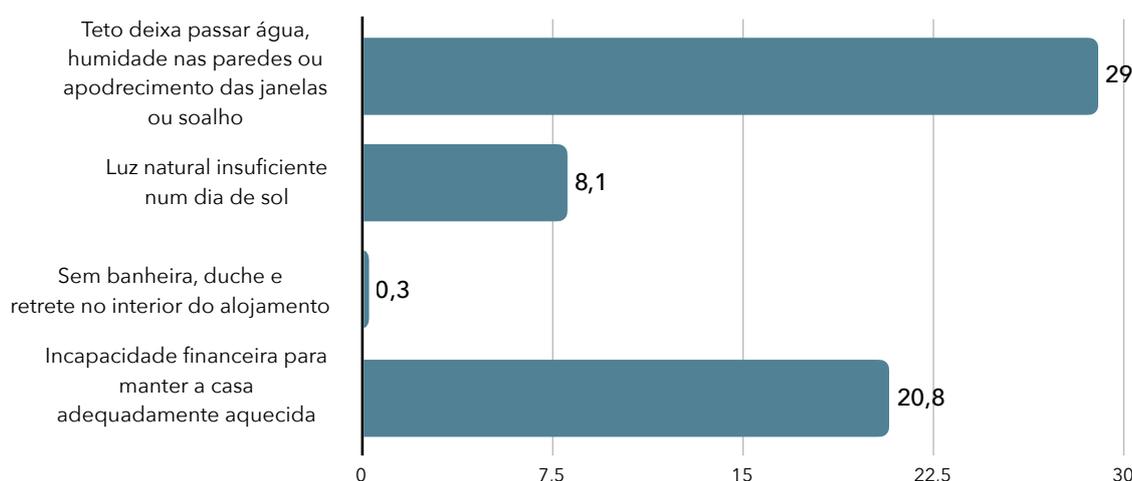
Tabela 8 - Indicadores de condições físicas, sanitárias e de aquecimento das habitações em Portugal, 2023 (%)

Indicadores	Grupo Etário			Grau de urbanização da área de residência		
	0-17 anos	18-64 anos	65 ou + anos	Predominantemente urbana	Medianamente urbana	Pedominantemente rural
Taxa de sobrelotação da habitação	21,8	13,9	4,4	14,9	12,5	9,1
Taxa de privação severa das condições de habitação	10,7	6,2	2,2	7,7	5,3	3,3
Taxa de sobrecarga das despesas de habitação	6,9	3,7	3,6	6,2	5,2	2,6

Fonte: INE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2023

Mais concretamente, analisando as condições físicas, sanitárias e de aquecimento dos alojamentos das famílias portuguesas, verifica-se que, em 2023, as principais dificuldades sentidas nas habitações relacionam-se com a impermeabilidade do telhado e humidade nas casas (29%) e com a incapacidade financeira para manter a cada adequadamente aquecida (20,8%, , mais 3,3 p.p. do que em 2022).

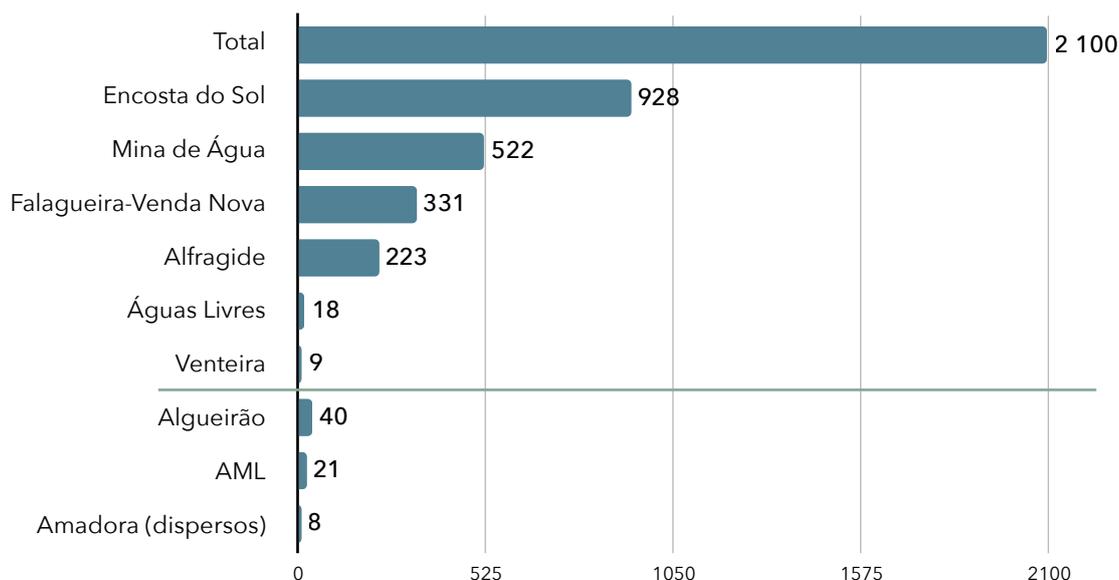
Gráfico 31 - Indicadores das condições físicas, sanitárias e de aquecimento das habitações em Portugal, 2023 (%)



Fonte: INE: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2023

O Parque Habitacional Municipal da Amadora é constituído por 2.100 fogos, distribuídos por 223 edifícios, dispersos pelo território do município e pela AML-Norte, sendo nas freguesias da Encosta do Sol (44,2%) e Mina de Água (24,9%) que se encontram o maior número de fogos. Dos fogos existentes, 2.008 estavam ocupados e 92 vagos para novos realojamentos.

Gráfico 32 - Fogos do PHM da Amadora, por freguesia, em 2023 (Nº)



Fonte: DHRU da CM da Amadora, 2023

Relativamente aos pedidos de habitação por parte das famílias, de acordo com a informação fornecida pelo Departamento de Habitação e Requalificação Urbana da Câmara Municipal, verifica-se uma constância no número de pedidos anual. No ano de 2023, foram formalizadas 784 candidaturas, num total de 1.906 indivíduos, maioritariamente das freguesias de Águas Livres (n=273), Mina de Água (n=149) e Encosta do Sol (n=124).

Destaca-se o facto de 40,6% das candidaturas serem de famílias monoparentais, maioritariamente com 1 dependente ou 2 dependentes a cargo. Por outro lado, os pedidos provêm maioritariamente de famílias com baixos rendimentos, umas que nunca conseguiram a sua autonomização habitacional (e que residem em núcleos precários, em anexos e em construções não licenciadas) e outras que, manifestam dificuldade em manter a sua situação habitacional, apresentando dificuldades económicas para o pagamento da renda mensal (DHRU, 2023).

EM SUMA...

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Dificuldade da população do Concelho no acesso a habitação a custos controlados, para arrendar ou adquirir, em parte devido ao aumento do valor das rendas, mas também habitação social.

- ▶ Em 2023, 27,7% dos agregados familiares portugueses encontravam-se em situação de sobrelotação da habitação, 14,8% em situação de privação severa das condições de habitação e 18,8% apresentavam sobrecarga de despesas habitacionais, valores em muito superiores aos agregados sem risco de pobreza.

- ▶ O risco de viver em situação de sobrelotação e de privação severa das condições de habitação é mais significativo para a população pobre, para as crianças e jovens (0-17 anos) e para a população residente em áreas predominantemente urbanas.

- ▶ A população em risco de pobreza sofre maior privação habitacional (comparativamente à população não pobre), verificando-se um aumento das dificuldades em 2023, face aos anos anteriores, no que respeita à sobrelotação e à privação severa das condições de habitação.

- ▶ Principais dificuldades sentidas nas habitações relacionam-se com a impermeabilidade do telhado e humidade nas casas (29%) e com a incapacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida (20,8%).

- ▶ Verifica-se uma constância no número de pedidos de habitação municipal anual. Em 2023, foram formalizadas 784 candidaturas, maioritariamente das freguesias de Águas Livres, Mina de Água e Encosta do Sol; de famílias monoparentais; e de famílias com baixos rendimentos.

➤ RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ **A Estratégia Local de Habitação da Amadora - 1º Direito**, componente parcial da Carta Municipal de Habitação da Amadora - 2035, constitui o documento enquadrador e de suporte à Candidatura do Município a este Programa, a vigorar para o período 2021-25.

- ▶ **Estratégia de Reabilitação Urbana - Amadora 2025**, que foca a habitação e a reabilitação urbana como uma questão prioritária no Concelho.

- ▶ **Programa de Apoio à renda no Parque Habitacional Privado** (aprovado a 23/02/2023), que consiste na atribuição de apoio financeiro, destinado ao pagamento da renda mensal, dos arrendatários do parque privado do Município.

- ▶ **Programa Municipal de Apoio ao Auto Realojamento** (Regulamento Municipal nº 358/2020 publicado no DR 2ª S de 9 de abril de 2020), que pretende apoiar sujeitos ou agregados familiares desfavorecidos ou dependentes (em situação de precariedade social e financeira), que residam no município da Amadora.

- ▶ A **erradicação dos núcleos precários** é a principal prioridade do município em termos de política de habitação, nomeadamente do Bairro da Quinta da Lage e da zona norte da Estrada Militar da Mina.

- ▶ Está previsto por parte da CM da Amadora criar e implementar o **Regulamento ao Arrendamento Acessível**, sendo mais uma medida integrada na Nova Geração de Políticas de Habitação para o acesso a uma habitação pública.

- ▶ Encontram-se em fase de conceção dois **Projetos de Intervenção nos Bairros Sociais** do concelho, por parte da CM da Amadora:
 - 'Projeto Reflexos': Diagnóstico dos agregados familiares, do fogo, do prédio e do Bairro;
 - 'Projeto Mais Eficiência, Maior Conforto_Boba': Estratégias de acompanhamento e sensibilização dos moradores para o bom uso, manutenção e conservação do PHM.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Dar continuidade à implementação da Estratégia Local de Habitação da Amadora - 1º Direito.

- ▶ Promover a reflexão conjunta sobre a implementação de estratégias de dinamização do mercado de arrendamento local e sobre estratégias de controlo de preços praticados no arrendamento e aquisição de habitação a custos controlados.

- ▶ Reforçar a divulgação e comunicação dos apoios existentes, quer ao nível dos programas e medidas de apoio ao arrendamento, quer dos apoios municipais existentes para a requalificação do edificado.



PROTEÇÃO



PROTEÇÃO

Como se caracteriza a promoção e proteção dos direitos das crianças no Concelho da Amadora?

O direito à proteção está consagrado nos artigos 19º a 22º e 32º a 37º da CDC, destacando-se, desde logo, a declaração do Comité dos Direitos da Criança no que respeita à aplicação do princípio do superior interesse da criança: "todos os órgãos ou instituições legislativas, administrativas e judiciais são chamados a aplicar o princípio (...) considerando sistematicamente como é que os direitos e os interesses da criança são ou serão afetados pelas suas decisões e ações" (CRC/GC/2003/5, de 27 de novembro 2003, p. 4, tradução própria).

Destaca-se a intervenção dos Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco da Amadora, num total de 2 (1 do ACES Amadora e 1 hospitalar)²¹, com um papel importante na intervenção de 1ª linha, antes de qualquer sinalização para a CPCJ, ao identificar e atuar preventivamente em possíveis situações de maus tratos.

Em 2023, o NACJR da Amadora acompanhou um total de 468 casos, entre novos casos, casos transitados do ano anterior e casos arquivados e encaminhados para CPCJ, na sua maioria de crianças do sexo feminino (n=250) e com menos de 1 ano de idade (n=134). O principal motivo para o acompanhamento (dos casos novos abertos em 2023), foi a negligência ativa (por ação).

Tabela 9 - Casos acompanhados pelo NACJR da Amadora, de acordo com a idade, sexo e tipologia de caso em 2023 (Nº)

	< 1 ano		1-2 anos		3-5 anos		6-10 anos		11-14 anos		15 ou + anos		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Novos casos	33	41	17	17	11	10	9	10	10	7	4	5	174
Casos transitados	5	2	5	18	10	37	4	27	3	8	3	7	129
Casos arquivados	27	26	16	19	15	7	13	7	12	9	4	3	158
Casos sinalizados para a CPCJ	1	2	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	7

Fonte: Dados fornecidos pela Rede Social da Amadora, 2024

²¹ NACJR na Amadora: Núcleo de Apoio à Criança e Jovem em Risco Amadora +, do ACES Amadora; e Núcleo Hospitalar, no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca

A análise dos dados fornecidos pela CPCJ da Amadora permite verificar que o volume processual tem aumentado nos últimos anos, à semelhança do número de processos ativos (mais 170 casos em 2023, face a 2021). Contudo, é de destacar o facto do número de processos em que a intervenção cessou também ter aumentado (1.401 em 2023, face a 1.091 em 2021).

Em termos dos casos sinalizados e acompanhados pela CPCJ da Amadora, em 2023, o volume processual traduziu-se num total de 2.098 processos. Nesse ano, registou-se um total de 1.146 novas comunicações, tendo sido instaurados 1.163 processos de promoção e proteção, dos quais, 940 corresponderam a novas entradas, 942 transitaram do ano anterior e 160 foram reabertos.

Tabela 10 - Caracterização processual da CPCJ da Amadora, entre 2021 e 2023 (Nº)

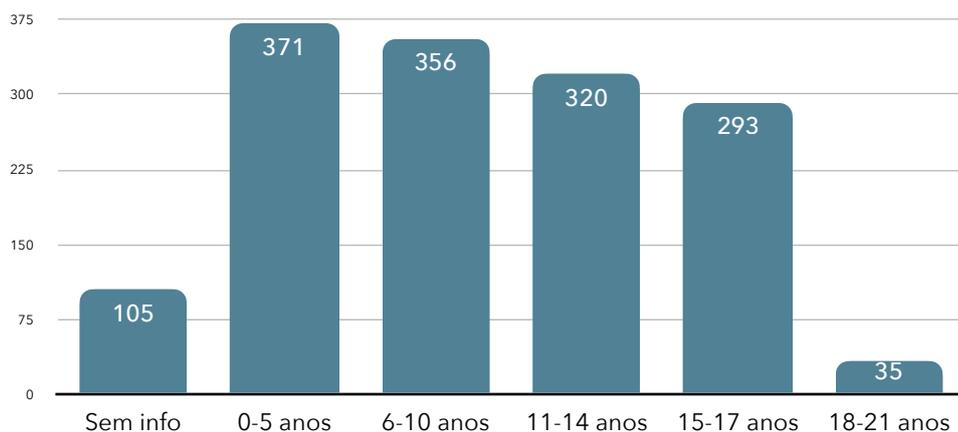
Ano	Volume processual	Processos Ativos	Processos Instaurados	Novas entradas	Processos Transitados	Processos Reabertos	Processos em que cessou intervenção
2021	1917	896	1060	895	899	142	1091
2022	2048	948	1028	1025	898	174	1316
2023	2098	1066	1163	940	942	160	1401

Fonte: CPCJ da Amadora, 2024

A estes números acrescem as 448 crianças com processos de promoção e proteção ativos acompanhadas pelo NIJ Amadora, dos quais 144 transitaram de anos anteriores (110 de 2022 e 34 de 2021).

No que se refere aos casos acompanhados pela CPCJ, e como é possível observar no gráfico abaixo, a grande maioria dos processos em 2023 relacionou-se com sinalizações de crianças entre os 0 e os 10 anos (727 casos, representando cerca de 49% do total de sinalizações), com destaque para as crianças mais novas, na 1ª infância (n=371). A menor prevalência de casos verifica-se nos jovens entre os 18 e os 21 anos (2,4%). No caso deste último grupo, o menor número de casos pode encontrar justificação no facto de alguns destes jovens poderem ser abrangidos por medidas tutelares aplicadas pelo tribunal, uma vez que já são considerados imputáveis para as situações de risco/crime mais graves que cometam.

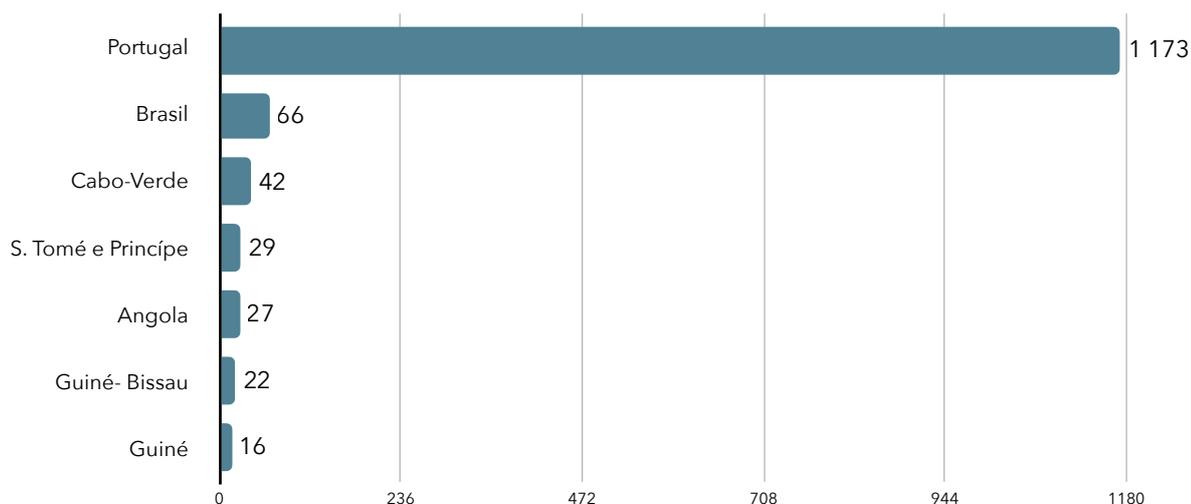
Gráfico 33 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, por grupo etário (Nº)



Fonte: CPCJ da Amadora, 2024

A análise dos casos acompanhados por nacionalidade, mostra que a maioria dos casos acompanhados são de crianças/jovens de nacionalidade portuguesa, representando 54,9% do total de casos. De destacar que o grupo de crianças estrangeiras acompanhadas representa um percentagem significativa (45,1%), destacando-se as nacionalidades Brasileira (n=66), Cabo Verdiana (n=42), São Tomense (n=29) e Angolana (n=29) com maior prevalência, em linha com as nacionalidades mais representadas entre os cidadãos estrangeiros a residir no concelho.

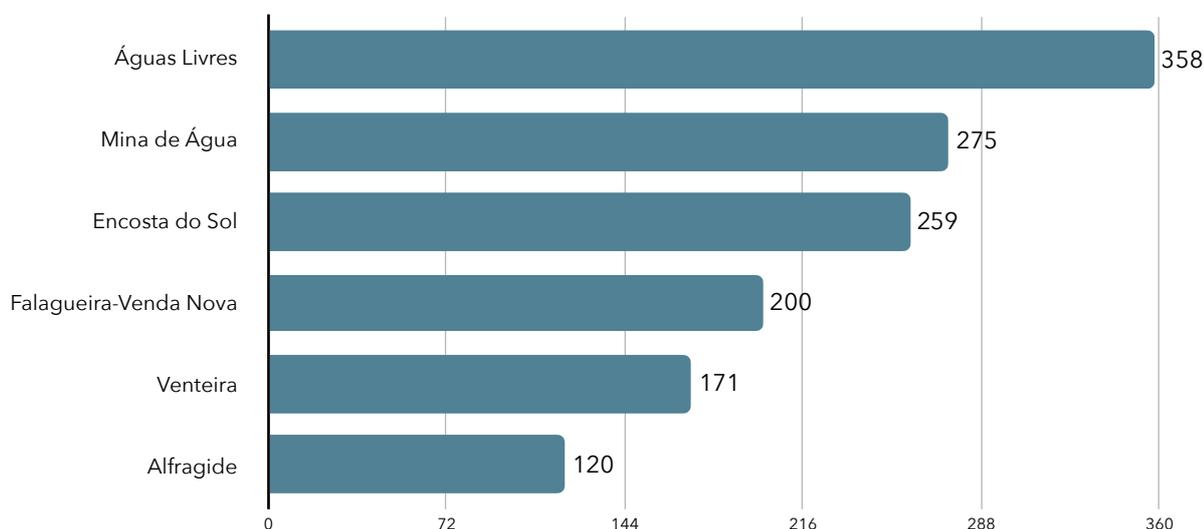
Gráfico 34 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, pelas nacionalidades mais representadas (Nº)



Fonte: CPCJ da Amadora, 2024

É, ainda, possível verificar que a grande maioria dos casos acompanhados pela CPCJ em 2023 residem nas freguesias de Águas Livres (n=358), de Mina de Água (n=275), da Encosta do Sol (n=259) e da Falagueira-Venda Nova (n=200).

Gráfico 35 - Distribuição do número de sinalizações em 2023, por freguesia (Nº)



Fonte: CPCJ da Amadora, 2024

No que se refere à tipologia das situações de perigo, verifica-se em 2023, uma predominância das situações de exposição a violência doméstica (n=477), transversal a todas as faixas etárias, embora com maior expressão nas idades mais novas, entre os 0 e os 10 anos (69,2% do total). De destacar, ainda, com elevada prevalência:

- Os casos em que as crianças/jovens assumem comportamentos de perigo que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento (n=226), com maior preponderância entre os 11 e os 17 anos (85,8%);
- os casos de negligência (n=225), igualmente transversal a todas os escalões etários, embora mais presente entre os 0 e os 10 anos (75,1% dos casos de negligência);
- as situações de perigo relacionadas com a educação, nomeadamente absentismo/abandono escolar (n=154), com maior expressão entre os 15 e os 17 anos (42,2%);
- Os casos de maus-tratos, físicos e psicológicos, que no seu conjunto atingem um total de 146 casos. No caso dos maus tratos físicos (n=108), é mais prevalente no grupo etário dos 11 aos 14 anos (33,3%) e no caso dos maus-tratos psicológicos apresenta maior preponderância nas faixas etárias mais novas (0-10 anos; 68,4%).

Comparando os dados com o ano anterior, com exceção do absentismo escolar que registou uma ligeira diminuição face a 2022, verifica-se um aumento do número de casos em todas as tipologias de perigo mais representadas.

A aplicação de medidas de Promoção e Proteção por parte da CPCJ da Amadora tem como objetivo principal remover a situação de perigo que a criança está sujeita, assegurando a promoção e a proteção dos seus direitos, devendo ter em conta o superior interesse do mesmo/a.

A análise dos dados permite verificar que, em 2023, foram aplicadas 353 medidas, com maior prevalência para o 'Apoio junto dos pais' (88%), salientando-se em seguida a medida 'Apoio junto de outro familiar' (7%). A preferência por estas medidas alinha-se com um dos princípios orientadores da intervenção das CPCJ, previsto na LPCJP, o da prevalência da família, que preconiza que "na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável" (Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro). Esta medida contempla apoio a vários níveis, de forma a que as famílias reúnam os recursos necessários para garantir as condições de segurança, saúde, educação e formação ao desenvolvimento integral das suas crianças.

Tabela 11 - Tipo e Nº de medidas de promoção e proteção aplicadas e executadas, em 2023 (Nº)

	Apoio Junto dos Pais	Apoio Junto de Outro Familiar	Acolhimento Residencial	Acolhimento Familiar	Confiança a Pessoa Idónea	Autonomia de vida	Total
Aplicadas	310	24	13	3	1	2	353
Executadas	318	23	10	1	1	1	354

Fonte: CPCJ da Amadora, 2024

No que concerne às situações acompanhadas pelo NIJ Amadora, dos 448 casos com processos de promoção e proteção ativos (à data de dezembro de 2023), 241 beneficiaram de medida de promoção e proteção em meio natural de vida e 35 de medida de colocação. De destacar que à data de recolha da informação, 172 casos ainda se encontravam em fase de avaliação ou a aguardar decisão judicial.

Os dados recolhidos relativos à intervenção no âmbito da área tutelar educativa indicam que, em 2023, foram recebidos 72 pedidos para execução de medidas nesta área, na sua maioria referentes a jovens do sexo masculino (62,5%). Analisando as medidas executas, verifica-se que a maioria se relaciona com suspensão do processo (40,3%); acompanhamento educativo (25%) e imposição de obrigações (23,6%).

Tabela 12 - Pedidos recebidos para execução de medidas na área tutelar educativa, por medida e sexo (2023) (Nº)

Medida	Masculino	Feminino	Total
Suspensão Processo	16	13	29
Tarefas Favor Comunidade	4	2	6
Imposição Obrigações	11	6	17
Acompanhamento Educativo	12	6	18
Período Supervisão Intensiva	2	0	2
Total	45	27	72

Fonte: DGRSP - Equipa Lisboa 2, 2024

Entre os pedidos recebidos para execução de medidas em 2023, verificou-se um total de 77 crimes registados, de tipologia diversa, mas com maior destaque para o crime de ofensa à integridade física voluntária simples (24,7%), seguido de outros crimes contra a integridade física (11,7%).

Tabela 13 - Tipologias de crimes registadas nos processos judiciais de origem dos pedidos recebidos para execução de medidas na área tutelar educativa, por sexo (2023) (Nº)

Tipologia Crime	Masculino	Feminino	Total
Ofensa à integridade física voluntária simples	11	8	19
Outros crimes contra a integridade física	6	3	9
Outros roubos	5	2	7
Roubo na via pública (exceto por esticção)	5	2	7
Outros furtos	3	2	5
Ofensa à integridade física voluntária grave	3	2	5
Ameaça e coação	3	2	5
Roubo em estabelecimento ensino	2	–	2
Outros crimes contra reserva vida privada	2	–	2

Detenção e tráfico armas proibidas	2	–	2
Furto em supermercado	–	3	3
Furto em edifício comercial/industrial sem arrombamento	–	2	2
Difamação, calúnia e injúria	–	2	2
Total 10 crimes mais registados	42	28	70
Total de crimes registados	48	29	77

Fonte: DGRSP - Equipa Lisboa 2, 2024

As perceções dos profissionais alinham-se com os dados apresentados, na medida em que dão conta de um aumento do número de sinalizações para a CPCJ e do agravamento das problemáticas, com maior ênfase para os casos de violência doméstica. É, ainda, percecionado um aumento da delinquência juvenil, com início em idades mais precoces, para o qual pode contribuir os níveis de absentismo escolar no concelho e o facto de em muitas famílias faltar supervisão parental.

Na voz dos profissionais/entidades...

- Aumento dos casos sinalizados para a CPCJ e da gravidade da problemática.
- Aumento das situações de violência doméstica no concelho.
- Aumento da delinquência juvenil, iniciando em idades cada vez mais precoces.
- Ausência de supervisão parental, deixando muitas vezes as crianças e jovens em auto-gestão.
- Necessidade de ajustar a intervenção realizada aos contextos familiares caracterizados pela complexidade e co-existência de problemáticas.

Fonte: *Workshop* Comissão Alargada da CPCJ da Amadora, 2024

➤ PRINCIPAIS DADOS DE DIAGNÓSTICO...

- ▶ Existência de situações de vulnerabilidades específicas na Amadora, em particular casos de crianças/jovens expostas a violência doméstica, negligência e maus-tratos físicos e psicológicos.

- ▶ O número de casos sinalizados à CPCJ da Amadora tem aumentado nos últimos anos, assim como o número de processos ativos, sendo as problemáticas mais frequentes a 'violência doméstica'; 'crianças/jovens que assumem comportamentos de perigo que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento'; 'negligência'; 'abandono/absentismo escolar' e 'maus-tratos físicos e psicológicos'.

- ▶ A maioria dos processos acompanhados pela CPCJ, em 2023, são de crianças até aos 10 anos (49%), com destaque para as crianças mais novas, na 1ª infância (0-5 anos). A maioria dos casos são de nacionalidade portuguesa (54,9%), embora as sinalizações de crianças estrangeiras representem uma percentagem significativa (45,1%).

- ▶ Em 2023 foram recebidos 72 pedidos para execução de medidas na área tutelar educativa, na sua maioria relativos a jovens do sexo masculino (62,5%), tendo-se registado um total de 77 crimes.

- ▶ Perceção de aumento da delinquência juvenil no concelho, verificando-se o início deste tipo de comportamentos em idades cada vez mais novas.

➤ RECURSOS E POTENCIALIDADES...

- ▶ **Plano Municipal contra a Violência da Amadora**, com o objetivo de implementar estratégias e medidas de intervenção que contribuam para o combate e a prevenção da Violência Doméstica, para a investigação do fenómeno no Concelho da Amadora e para a sensibilização e formação dos vários agentes envolvidos.

- ▶ **Serviço de Atendimento Especializado a Vítimas de Violência (SAEVV)**, que tem como objetivo garantir o atendimento e acompanhamento social a pessoas vítimas de violência doméstica, através da realização de um plano de intervenção adequado às necessidades da vítima e agregado familiar.

- ▶ Implementação do **projeto 'A teu lado'** (projeto piloto) no concelho, que pretende quebrar o ciclo intergeracional da violência doméstica.

- ▶ **Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPCJ) 2021-2023**, que integra o Plano Municipal contra a Violência, e que pretende contribuir com ações que visem a promoção dos direitos e a proteção da infância e juventude no concelho da Amadora.

- ▶ Implementação do '**Selo Protetor - Garantir Os Direitos Da Criança Em Todos Os Contextos De Vida**', projeto da CNPDPCJ que se constitui como um sistema integrado de gestão do risco e perigo e representa uma oportunidade de autodiagnóstico e capacitação dirigida às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, no âmbito da promoção e proteção dos Direitos da Criança. Na Amadora existem 8 entidades com o Selo atribuído.

- ▶ Existência de **projetos/respostas locais de proximidade** (intervenção comunitária) com intervenção no âmbito da proteção e promoção dos direitos das crianças (como sejam os projetos Escolhas).

- ▶ Dinamização de **ações de sensibilização com o público escolar**, com vista à prevenção de situações de violência, por parte da CPCJ da Amadora, nomeadamente 'O Bullying em contexto escolar' e 'Violência no Namoro'.

- ▶ No âmbito da Promoção de Respostas Integradas na Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, foi dinamizado um grupo de trabalho para a criação de uma proposta de resposta para crianças vítimas de violência doméstica.

- ▶ **Rede Social e rede de parceiros da CPCJ da Amadora coesas e consolidadas.**

DESAFIOS E OPORTUNIDADES...

- ▶ Dar continuidade ao planeamento estratégico no que respeita à promoção e proteção dos direitos das crianças no concelho, através da elaboração de um novo Plano Local de Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens.

- ▶ Reforço da oferta de formação especializada, a nível concelhio, em matéria de infância e juventude dirigida a profissionais, em particular sobre os direitos das crianças e jovens.

- ▶ Definir uma estratégia concertada entre escolas e outras entidades relevantes na implementação de programas de prevenção de comportamentos de risco, em particular a delinquência juvenil.

- ▶ Incentivar a proximidade das Forças de Segurança à população infanto-juvenil do concelho, pela via da sensibilização e informação sobre o trabalho dos agentes de autoridade (em contexto escolar).

- ▶ Dar continuidade ao trabalho de articulação e intervenção concertada entre entidades na resposta às situações sinalizadas, contribuindo para uma maior celeridade nas intervenções realizadas pela CPCJ da Amadora.



ANÁLISE SWOT



ANÁLISE SWOT

Neste capítulo apresenta-se uma análise SWOT, que resulta de uma leitura transversal sobre as principais forças/potencialidades, fraquezas, ameaças e oportunidades identificadas no Concelho, mediante a análise dos documentos de planeamento estratégico locais existentes e de todos os dados estatísticos recolhidos, e das perceções recolhidas junto das entidades que compõem a Comissão Alargada da CPCJ da Amadora.

A análise SWOT tem em consideração os fatores internos/endógenos no âmbito da intervenção no âmbito da pobreza na infância na Amadora (potencialidades e fraquezas), bem como os fatores externos/exógenos, que não dependem da intervenção realizada no Município, mas que a podem facilitar (oportunidades) ou dificultar (ameaças).

Assim, esta ferramenta é fundamental para o planeamento estratégico do Município, nesta área de intervenção, ao permitir maximizar o potencial das "forças" e "oportunidades" existentes, e minimizar o impacto das "fraquezas" e "ameaças", contribuindo para tomadas de decisão mais claras e fundamentadas.

FORÇAS / POTENCIALIDADES	FRAQUEZAS / FRAGILIDADES
Estabilidade / manutenção da população infante-juvenil no concelho (desde 2019)	Tendência de envelhecimento da população residente no concelho
Existência de medidas e apoios locais de apoio a famílias em situação de maior vulnerabilidade social ou económica e que apresentam maior risco de exclusão / discriminação social	Aumento do número de agregados em situação de carência financeira e social no concelho (em linha com os dados a nível nacional que apontam para agravamento do limiar de pobreza na população portuguesa)
Rede Social coesa e consolidada, com uma efetiva intervenção articulada	Falta de dados estatísticos que permitam caracterizar de forma detalhada os casos de pobreza e exclusão social existentes no concelho, em particular de crianças e jovens
Rede da CPCJ da Amadora coesa e efetiva, com facilidade de articulação entre entidades na resposta às sinalizações, e ativa no desenvolvimento de projetos com vista à promoção dos direitos das crianças no concelho	Dificuldade de conciliação entre vida familiar e vida laboral, assinaladas pelos profissionais auscultados

FORÇAS / POTENCIALIDADES

Existência de um conjunto diversificado de respostas sociais no concelho
Existência de projetos comunitários/respostas locais de proximidade, com intervenção no âmbito da proteção e promoção dos direitos das crianças (Ex: projetos Escolhas)
Concelho multicultural, que valoriza as mais-valias da inter e multiculturalidade. Entidades com experiência de intervenção neste domínio
Município integra a a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis
Programa AmadoraEduca, que visa o trabalho em rede e integrado entre as várias escolas do Município
Existência de vários programas municipais de apoio ao arrendamento
Sistema de videovigilância instalado no concelho, que contribuiu para a melhoria do nível de segurança

OPORTUNIDADES

Localização geográfica do Concelho, perto de um grande centro urbano, poderá ser um fator atrativo para fixação da população jovem
Aumento da população estrangeira, por apresentar uma estrutura etária mais jovem, constituindo-se assim uma oportunidade para o rejuvenescimento da população
Aprovação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, que assume a redução da pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias como primeiro eixo estratégico

FRAQUEZAS / FRAGILIDADES

Taxa de desemprego do município acima da média da AML e a nível nacional
Respostas educativas e sociais para a 1ª infância percecionadas como insuficientes (em particular ao nível da creche)
Dificuldade no processo de integração da população migrante a residir no concelho (sobretudo pela demora no processo de legalização e barreiras linguísticas)
Dificuldade no acesso a cuidados de saúde, nomeadamente ao nível da saúde mental, mais notória entre a população infanto-juvenil.
Marcada desvalorização do ensino e ausência de projeção no futuro por parte de jovens nalgumas zonas do concelho, que se reflete em absentismo escolar
Dificuldade de acesso a habitação a custos controlados e habitação social
Aumento das situações de violência doméstica no concelho e da delinquência juvenil

AMEAÇAS

Elevada densidade populacional do concelho
Instabilidade política em Portugal, que pode levar à descontinuidade de políticas já implementadas
Crise económica e o contexto de guerra atual que pode exponenciar a fragilidade económica de alguns agregados

OPORTUNIDADES

Implementação da Garantia para a Infância em Portugal
Reforço do trabalho colaborativo e de uma ação concertada entre entidades de diferentes setores (partindo de uma Rede Social já consolidada)
Compromisso de Portugal com a promoção dos direitos das crianças, sobretudo ao nível da legislação, existindo instrumentos jurídicos que enquadram e ajudam a garantir o respeito e o cumprimento dos direitos das crianças
Novo Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens do concelho
Aposta na formação especializada de profissionais com intervenção em matéria de infância e juventude, numa lógica de sensibilização para os benefícios de uma intervenção centrada nos direitos da criança
Linhas de financiamento existentes a nível nacional (PRR) como oportunidade de desenvolvimento de projetos específicos de resposta às necessidades identificadas
Descentralização / transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, nomeadamente nos domínios da ação social e da educação.

AMEAÇAS

Aumento do risco de pobreza, sobretudo na população abaixo dos 18 anos
Zonas do concelho marcadas por ciclos de pobreza intergeracional, difíceis de quebrar
Políticas (macro) existentes no país nem sempre adequadas à realidade das famílias
Inexistência de políticas de família no país (estão mais diluídas nas 'políticas sociais e de solidariedade')
Crise na área da saúde que se vive atualmente no país, com dificuldade de dar resposta às necessidades existentes, em particular na saúde mental
Crise na habitação a nível nacional, com impacto no crescimento dos agregados em situação de privação habitacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Clark, H. et. al (2020). A Future for the World's children? A WHO-UNICEF-Lancet Commission. The Lancet, vol. 395, no.10224, pp. 605-658.

Comissão Europeia (2021). Estratégia Europeia sobre os Direitos da Criança. Bruxelas. URL: https://gfcj.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/estrategia_europeia_direitos_das_crianças.pdf

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora. Relatório 2023. Amadora: CPCJ da Amadora.

Coordenação Nacional Garantia para a Infância (2023). Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030.

Coordenação Nacional Garantia para a Infância (2024). Relatório Intercalar.

EAPN (2013). Para o bem-estar das crianças na Europa - Pobreza infantil na UE. Bruxelas: EAPN.

European Union Agency for Fundamental Rights (2018). Combating child poverty: an issue of fundamental rights. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Instituto Nacional de Estatística (2022 e 2023). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento. Lisboa: INE, IP.

Instituto Nacional de Estatística. Destaque "Rendimento e Condições de Vida - Pobreza, Trabalho e Educação, 2023", 20 de fevereiro de 2024.

Instituto Nacional de Estatística (2023). Destaque "Rendimento e Condições de Vida - Habitação, Dificuldades habitacionais e Eficiência Energética dos Alojamentos, 2023", 15 de março de 2024.

ISS, I.P. - Departamento de Desenvolvimento Social / Unidade de Infância e Juventude (2023). CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa: ISS, I.P.

Peralta, S., Carvalho, B. P., & Fonseca, M. (2023). Portugal, Balanço Social 2023: relatório anual. Nova School of Business and Economics. URL: <https://doi.org/10.34619/htzy-h8zf>

Recomendação da União Europeia 2021/1004 relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância, do Conselho de 14 de junho de 2021.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro. Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças 2021-2024. URL: <https://dre.pt/application/conteudo/151557423>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021. Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030.

Sarmiento, M. J. & Veiga, F. (2010). A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas. V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda.

UNICEF Regional Office for Europe and Central Asia (2024). TransMonEE analytical series: Path- ways to Better Protection - Taking stock of the situation of children in alternative care in Europe and Central Asia. UNICEF: Geneva.

Sites consultados

Câmara Municipal da Amadora (<https://www.cm-amadora.pt>)

Guia de Respostas Sociais do Concelho (https://www.cm-amadora.pt/images/INTERVENCAO_SOCIAL/RESPOSTAS_SOCIAIS/guia_respostas_sociais_jun2020.pdf)

DGEEC - Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, Diversos (<https://www.dgeec.mec.pt/np4/248/>)

IEFP - Estatísticas mensais (<https://www.iefp.pt/estatisticas>)

INE (<https://www.ine.pt>)

ISS, IP - Gabinete de Planeamento e Estratégia (<http://www.gep.mtsss.gov.pt/estatistica>)

PORDATA (<https://www.pordata.pt>)

